

PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE E DA INTEGRAÇÃO DE PROXIMIDADE

MANUAL PARA TÉCNICAS/OS



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



acidi

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.



claii

Centros Locais de Apoio
à Integração de Imigrantes

MALHEIROS, Jorge Macaísta, 1956-

Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade:
Manual para Técnicas/os

ISBN 978-989-685-011-1

CDU 326
314

TÍTULO

**PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE E DA INTEGRAÇÃO DE PROXIMIDADE
MANUAL PARA TÉCNICAS/OS**

AUTOR

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS

COLABORARAM NESTE MANUAL:

**ANA FINA E TIAGO ABREU, PELO CLAI DE MONTIJO; ANA RITA VIEGAS E MARIA PRISCILA SOARES,
PELO CLAI DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL; ELSA NETO, PELO CLAI DE TORRES VEDRAS;
ESTRELA BRANCO, PELO CLAI DE SANTARÉM, INÉS BARBOSA, PELO CLAI DE CASCAIS;
LEOTER VIEGAS E MARINA FONSECA, PELO CLAI DE PONTA DELGADA; LILIANA BRICEAG,
PELO CLAI DE PORTIMÃO; LUÍS ATAFONA, PELO CLAI DE LOURES; ISABEL RABAÇA, PELO CLAI DA
GUARDA; MARIA EMÍLIA CARVALHO, PELO CLAI DE AVEIRO; NUNO FILIPE DE SOUSA E CATARINA FAIAS,
PELO CLAI DO SEIXAL; SUSANA FERREIRA, PELO CLAI DE LEIRIA; MARIA RITA PRIETO, PELO CLAI
DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; ANTÓNIA VILAR BAIÃO, PELO CLAI DE MOURA; FÁTIMA FERREIRO,
PELO CLAI DE MACEDO DE CAVALEIROS; MARIA JOÃO GONÇALVES E EUNICE NEVES,
PELO CLAI DE VALONGO;
DULCINEIA VARELA, ELSA ANTUNES, JOHNSON MARQUES E PAULA MOURA PELO ACIDI**

EDIÇÃO

**ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)**

RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1050-025 LISBOA

TEL.: +(351) 218 10 61 00 FAX: +(351) 218 10 61 17

WWW.ACIDI.GOV.PT

acidi@acidi.gov.pt

DESIGN

BF

b.factory@mac.com

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

FÁBRICA DAS LETRAS

ISBN

978-989-685-011-1

DEPÓSITO LEGAL

322145/11

LISBOA, JANEIRO DE 2011

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
1. INTRODUÇÃO - PERTINÊNCIA E JUSTIFICAÇÃO PARA UM MANUAL	6
2. PANORÂMICA DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL – O CONTEXTO EM QUE INTERVIMOS	8
2.1 Os imigrantes em Portugal – um mosaico complexo, marcado por progressiva(s) diversidade(s)	10
2.2 A rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI)- um mecanismo fundamental da estratégia de integração de proximidade	14
3. A PROPÓSITO DOS CONCEITOS-CHAVE - OS 3I PARA A ACÇÃO: INOVAÇÃO SOCIAL, INTERCULTURALIDADE E INTEGRAÇÃO DE PROXIMIDADE	20
4. CONDIÇÕES E PRINCÍPIOS TRANSVERSAIS DA ACÇÃO DE TÉCNICAS/OS	30
4.1 Uma nota sobre competências: trabalhar no domínio da integração e da interculturalidade	30
4.2 Conceber e implementar actividades numa lógica de projecto I: pensar estrategicamente e planejar as actividades	33
4.3 Conceber e implementar actividades numa lógica de projecto II – uma síntese dos critérios	44
5. PRINCIPAIS DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO – EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES	48
5.1 Empowerment e promoção da cidadania	48
5.2 Integração económica: mercado de trabalho e empreendedorismo	60
5.3 Integração social: educação, cultura, desporto, apoio social e de emergência e acolhimento inicial	64
5.4 Interculturalidade em prática – promoção directa das interacções positivas	81
Referências Bibliográficas e webgrafia	93
Índice de Quadros	95
Índice de Figuras	95
Índice de Caixas	96
Anexos:	
I - Ficha de Análise das Actividades – Identificação de Boas Práticas	98
II - Check List – Dimensões para o processo de auto-análise dos projectos (concepção e final)	101
III - Lista de Recursos	105
IV - Lista de Projectos da 1ª Edição – “Promoção da Interculturalidade a Nível Municipal”	109

PREFÁCIO

No contexto das políticas públicas de integração de imigrantes de que o ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural) é responsável, a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes - CLAII nasce da convicção de que a integração efectiva dos cidadãos e cidadãs imigrantes se faz, sobretudo, ao nível local. É com esta missão que em 2003 surge uma rede de proximidade capaz de acolher e integrar os imigrantes, e que se tem constituído como um mecanismo eficaz na construção do processo multivectorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Tendo por base a cooperação entre o ACIDI, as autarquias e/ou entidades da sociedade civil, os CLAII, para além do atendimento integrado que prestam, têm vindo a desenvolver projectos na área da Promoção da Interculturalidade, fomentando assim uma integração mais plena em direitos e deveres para todas as pessoas.

É com o objectivo de contribuir para a sustentabilidade destes projectos que surge este Manual, assente na partilha do conhecimento e da experiência das técnicas e dos técnicos da Rede CLAII e financiado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros – FEINPT, no contexto do projecto conjunto “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”. Trata-se de uma ferramenta de uso fácil para todos quantos trabalham na área da interculturalidade, dentro e fora da própria Rede, bem como no âmbito desta ou de outras iniciativas equiparáveis.

Finalmente, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento ao Professor Doutor Jorge Macaísta Malheiros responsável pela concepção deste Manual, assim como a todas as técnicas e técnicos da Rede CLAII e da equipa de coordenação, que de forma directa ou indirecta contribuíram para sua materialização, com os produtos e boas práticas resultantes do seu trabalho.



Rosário Farmhouse
Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural

1. Introdução – pertinência, justificação e construção de um Manual

Este Manual é um produto colectivo que resulta de um processo de trabalho que permitiu conjugar a reflexão e o conhecimento de carácter macro e teórico-conceitual da academia com a reflexão e o conhecimento micro, ancorado na experiência e no conhecimento profundo dos problemas, detido pelas técnicas e pelos técnicos que desenvolvem actividades no domínio da integração dos imigrantes ao nível local, como é o caso de todos quantos integram a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes – CLAI¹.

O seu objectivo fundamental prende-se com a necessidade, sentida por organizações e profissionais, de possuírem um instrumento que, por um lado, estabeleça a ponte entre os princípios fundamentais da inovação social, interculturalidade e integração e as estratégias de actuação e implementação de projectos e, por outro, forneça às técnicas e aos técnicos um conjunto de referências, devidamente suportadas por exemplos de boas práticas (descritas e incorporadas pelos próprios e que servem de ilustração ao longo do Manual) provenientes de experiências concretas, que possam facilitar a concepção e a implementação de projectos nos domínios da integração de proximidade e da interculturalidade. Efectivamente,

A metodologia de construção do Manual envolveu um conjunto de etapas participativas que levaram técnicos, facilitadores e académicos a discutir, reflectir e validar colectivamente projectos e actividades.

te, ao ressaltar a prática de diversos técnicos e técnicas que trabalham, diariamente, ao nível local (sobretudo no âmbito dos CLAI), nos supracitados domínios, este Manual, que tenta evitar o uso do jargão académico, sem descuidar a referência a conceitos-chave e a termos e procedimentos técnicos essenciais, procura valorizar essa experiência enquanto *input* essencial para o “roteiro de acção”.

Precisamente por esta última razão, a metodologia de construção do Manual envolveu um conjunto de etapas participativas que, numa primeira fase, levaram técnicos, facilitadores e académicos a discutir, reflectir e validar colectivamente projectos realizados e em curso. Num segundo momento, partiu-se das problemáticas identificadas por técnicos e técnicas e do tipo de respostas que implementam, para seleccionar um conjunto ilustrativo de boas práticas desenvolvidas em domínios diversos, que foram trabalhadas numa lógica de identificação de pontos fortes e potencialidades, de modo a serem apresentadas como casos didácticos. Por último, a própria versão *draft* do Manual, já com elementos de contexto, procedimentos metodológicos e reflexão/apresentação de boas práticas, foi discutida colectivamente com um grupo de técnicos e

técnicas que procederam à sua validação, implicando isto a necessária introdução de ajustes e sugestões na versão final.

Evitou-se, portanto, a perspectiva do “Manual de especialista”, entregue como “dádiva iluminada”, optando-se pela construção colectiva ancorada no intercâmbio das experiências, na reflexão e na geração de inovação, surgidas no contexto da comunidade de prática que estes técnicos e técnicas efectivamente constituem.

Deve ainda frisar-se que a supracitada necessidade de possuir um instrumento de apoio à intervenção dos técnicos e técnicas assume particular relevância à escala local, não só porque é a este nível que se materializa, de facto, a inserção dos imigrantes na sociedade de destino, mas sobretudo porque a questão da integração e das políticas nesta matéria, se tem situado, essencialmente, ao nível nacional.

Pelo que se acaba de dizer, não se pretende que este Manual seja assumido como uma “Bíblia” ou “o Livro”, uma vez que as indicações que contém relativamente à concepção, implementação, avaliação e disseminação de projectos têm um carácter de *guidelines*, que devem ser adaptadas à cultura de cada organização e às circunstâncias específicas de cada intervenção. Só assim, num contexto de “utilização ajustada ao contexto”, este Manual faz sentido, sendo que a medida da sua utilidade, depende menos do produto físico, do que do modo como for incorporado na prática corrente dos técnicos, das técnicas e das organizações. Pensado como algo que pode contribuir para facilitar e ajudar a qualificar o trabalho daqueles actores, este produto só fará sentido se cumprir essa missão.

A medida da utilidade do Manual, depende menos do produto físico, do que do modo como for incorporado na prática corrente dos técnicos, das técnicas e das organizações.

Estando conscientes de que este Manual, como qualquer outro produto, possui um carácter circunstancial, na medida em que a evolução dos contextos de intervenção e o avanço dos conhecimentos o vão tornar, necessariamente, desactualizado, esperamos que durante o seu ciclo de vida possa servir o objectivo maior de, através do seu contributo para a qualificação dos procedimentos de técnicas e técnicos, se conseguirem melhorar, ainda mais, as respostas institucionais no domínio da integração dos imigrantes² e da promoção de processos de interacção positiva no quadro da sociedade portuguesa.

2 Este Manual toma como referência a integração de cidadãos originários de países não pertencentes à União Europeia. Contudo, muitas das problemáticas, indicações e exemplos referidos podem aplicar-se a grupos de imigrantes provenientes do espaço comunitário, o que, de resto, faz todo o sentido no quadro desejável da promoção da interculturalidade ao nível local.

2. Panorâmica da imigração em Portugal – o contexto em que intervenimos

*Portugal, país de imigração*³ é uma ideia recente, que traduz uma realidade surgida do processo de transição entre emigração e imigração que, após dois momentos específicos relacionados com chegadas das ex-colónias (a imigração cabo-verdiana da 2ª metade dos anos 60 e a imigração de todos os PALOP efectuada no quadro dos processos de descolonização e da transição política subsequente), se operou de forma sistemática e progressiva entre os anos 80 do século passado e o início do presente decénio.

Contudo, este “Portugal migrante” não é exclusivo deste quarto de século, pois uma leitura mais profunda da história mostra que, em diversos momentos, a chegada de imigrantes ao país foi significativa. Aconteceu assim no século XVI, com a população africana, que incluía

Portugal, país de imigração é uma ideia recente, que se afirmou de forma sistemática e progressiva entre os anos 80 do século passado e o início do presente decénio.

escravos e pessoas livres⁴, e, também os muitos comerciantes biscainhos, flamengos, genoveses e outros que demandavam a capital do Império e uma das mais importantes cidades da rede urbana europeia da época. Mais tarde, entre os finais do século XVIII e o início do século XX, os galegos deixaram a sua marca em Lisboa, mas também se tornaram visíveis noutras locais, como a cidade do Porto. E ao longo da primeira metade da centúria passada, migrantes forçados oriundos da África do Sul (*boers* fugidos à Guerra de 1899-1902 e acolhidos em Portugal), de Espanha no quadro da Guerra Civil e de diversos

países da Europa Central e do Norte (judeus oriundos da Europa ocupada que escapavam do holocausto gerado pelo Nazismo) passaram, de forma mais ou menos temporária, por diversas regiões portuguesas, onde procuraram acolhimento e/ou apoio para a continuação das suas jornadas.

Todos estes processos evidenciam um contacto histórico com a chegada de imigrantes, porventura de algum modo coarctada entre finais do século XIX e os anos 60 do século XX, quando, sobretudo durante a ditadura, o país se fechou mais sobre si mesmo e foi incapaz de gerar uma dinâmica económica que, não só se revelava repulsiva para a imigração (por razões políticas, mas, sobretudo, económicas), como nem sequer era suficiente para assegurar emprego e rendimentos para os autóctones. De resto, esta situação, que conduziu à

3 Título do livro coordenado por Maria do Céu Esteves e publicado em 1991, que efectuou a primeira sistematização da problemática da imigração contemporânea em Portugal.

4 Ver, a este propósito, Tinhoro (1989) ou Mahon (1999).

grande vaga emigratória do período 1950-1973/74, dominada, a partir do início dos anos 60 do século XX, pelos destinos europeus com destaque para a França, é exemplificativa da experiência portuguesa no domínio da emigração⁵, já antes experimentada para destinos como o Brasil e, em menor grau, os EUA, e que corresponde ao outro lado da moeda dos fluxos internacionais de população.

Embora esta chamada de atenção para fluxos migratórios que se perdem na profundidade da história e, também, para o quadro antigo da emigração portuguesa que conduziu à formação de uma diáspora de mais de 3 milhões de pessoas espalhadas por todo o planeta possa parecer descabida no contexto de um *Manual sobre integração de imigrantes em Portugal*, ela tem uma justificação principal: embora país recente de imigração, o contacto de Portugal e dos portugueses com o contexto dos movimentos internacionais de população não é novo, o que significa uma proximidade da consciência colectiva nacional relativamente ao fenómeno em causa. Daqui decorre, em nossa opinião, uma sensibilidade específica para o problema que ajuda a perceber porque é que a sociedade portuguesa tem vindo a manifestar, ao longo dos anos mais recentes, uma atitude predominantemente positiva e tolerante relativa aos imigrantes. Isto não significa que os portugueses sejam menos racistas do que os outros europeus ou particularmente anti-xenófobos; significa apenas que um trabalho institucional construtivo e bem elaborado no sentido da promoção da interculturalidade e da integração dos imigrantes tem boas possibilidades de encontrar, junto dos portugueses, uma resposta maioritariamente favorável. Mas tal trabalho, que dá continuidade a uma política de integração que, tanto em termos de legislação, como ao nível dos serviços teve ao longo dos últimos 15 anos respostas progressivamente melhores e de mais qualidade, a ponto de justificarem um profundo reconhecimento internacional, não pode ser interrompido, sobretudo num período onde os riscos do aumento das atitudes xenófobas são significativos. Nesta fase de consolidação da presença dos imigrantes e das suas famílias nas várias regiões do país, torna-se, portanto, necessário aprofundar o trabalho, tanto na frente integração como na frente diálogo intercultural, tornando-o mais assertivo e eficiente, fazendo bom uso de recursos que se vão tornando mais escassos, ao mesmo tempo que se capitaliza a experiência adquirida num processo de contínua aprendizagem.

O trabalho institucional construtivo e bem elaborado no sentido da promoção da interculturalidade e da integração dos imigrantes não pode ser interrompido no presente, uma vez que os riscos do aumento das atitudes xenófobas são agora mais elevados.

5

O historiador Vitorino Magalhães Godinho (1978) falava do "carácter estrutural da emigração portuguesa".

Caixa 2.1

O exemplo de Portugal: Boas respostas institucionais direccionadas para a integração de imigrantes

“Por exemplo, na nossa avaliação, a Índia apresenta o nível mais baixo no que respeita à atribuição de direitos e serviços aos migrantes internacionais, mas tem uma parcela de imigrantes inferior a 1% da população. Portugal é o país com a pontuação mais elevada, e tem uma parcela de imigrantes de 7%.”

PNUD (2009) - *Relatório do Desenvolvimento Humano*, p.38-39.

“Em alguns países os cuidados de saúde estão acessíveis a todos os migrantes, independentemente do seu estatuto legal, como no caso de Portugal e Espanha.”

PNUD (2009) - *Relatório do Desenvolvimento Humano*, p.56.

“Vários países europeus proporcionam cursos para o ensino da língua aos recém-chegados, através de programas oferecidos pelo governo central, escolas públicas, municípios e ONG, tais como o programa Sueco para Imigrantes, que remonta a 1965, o programa Portugal Acolhe, oferecido desde 2001...”

PNUD (2009) - *Relatório do Desenvolvimento Humano*, p.104.

“A relatively new country of immigration, Portugal has put in place a legal framework on integration composed of favourable policies and best practice. Portugal does not have far to go to improve labour market access, family reunion, and anti-discrimination which all score second out of the 28 MIPEX countries. Slightly favourable policies on long-term residence rank fourth in the EU-25, while access to nationality policies rank third.”

Niessen, J. et al. (2007) – *Migrant Integration Policy Index*, p.146.

2.1 Os imigrantes em Portugal – um mosaico complexo, marcado por progressiva(s) diversidade(s)

A relevância da intervenção local junto dos grupos imigrantes não decorre apenas de estes serem uma população crescente na sociedade portuguesa que apresenta problemas e necessidades específicos: no domínio da língua, do conhecimento das normas, costumes e valores, de défices de direitos que são evidentes no que respeita aos estrangeiros em situação irregular, mas também em relação aos estrangeiros não comunitários que apresentam limitações nos seus direitos políticos, nomeadamente no que diz respeito a eleger e

ser eleito⁶. Efectivamente, a progressiva diversidade destas populações, não apenas em termos de origens geográficas e de municípios de residência em Portugal, mas também ao nível etário e social, coloca um conjunto de desafios novos, no que concerne ao tipo de problemas sentidos e ao modo como se concebem as estratégias de promoção da interacção e do diálogo intercultural.

O aumento das populações imigrantes nas últimas duas décadas e, também, a sua progressiva diversidade, não apenas em termos de origens geográficas e de municípios de residência em Portugal, mas também ao nível etário e social, coloca um conjunto de desafios novos.

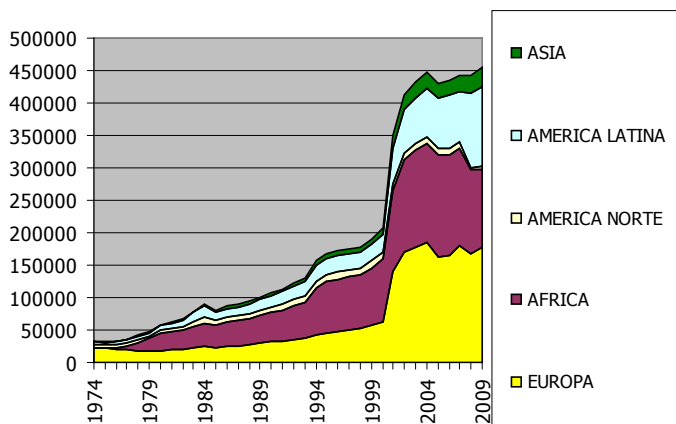


Figura 2.1 – Evolução da população estrangeira com estatuto legal (vários tipos) – 1974-2009

Em primeiro lugar, a maior presença de imigrantes asiáticos e europeus (Figura 2.1), sobretudo oriundos da Europa de Leste, gerou novos desafios ao nível do ensino do português (para os próprios e para as crianças) e da aquisição de competências culturais que permitam uma melhor compreensão dos valores, das práticas e das normas sociais associadas às novas vagas de imigrantes. Compreensão não deve ser aqui entendida como aceitação universal e sem limites, mas sim como princípio base da abertura ao outro e às suas características. Se por um lado as dinâmicas de interacção cultural e étnica implicam a alteração nos modos de olhar e de se relacionar com o outro por parte de maioria e minoria,

6 A Lei nº 50/96 de 4 Setembro estabelece que os cidadãos residentes não comunitários (apenas) têm direito de voto nas eleições autárquicas e, mesmo nestas, a existência de tal direito está dependente do tempo de residência (2 anos para os cidadãos de países de língua oficial portuguesa; 3 anos para os nacionais dos restantes estados) e de uma cláusula constitucional de reciprocidade. Efectivamente, apenas podem votar nas eleições autárquicas os cidadãos de países que conferem este mesmo direito aos portugueses neles residentes. Resulta daqui que, dos principais grupos de estrangeiros residentes no país, apenas têm direito de voto, cabo-verdianos e brasileiros.

privilegiando-se a tolerância e a desvalorização do etnocentrismo, por outro lado há práticas e valores que, nem sempre, podem ter incorporação directa e imediata na pauta de princípios, formais e de facto, das sociedades de destino. Nalguns casos, trata-se de práticas muito distantes dos valores e normativos formais vigentes (por exemplo, a aceitação formal da poligamia); noutras, trata-se de práticas que colocam em causa direitos humanos (por exemplo, a mutilação genital feminina por excisão) que devem ser combatidas, não apenas nas sociedades de destino, mas também na de origem.

Em segundo lugar, a composição social interna das populações imigrantes está a registar, alterações importantes que se tendem a acentuar nos próximos anos. Por um lado, entre os grupos pioneiros com origem nos PALOP, de que são um bom exemplo os cabo-verdianos, já começa a existir uma percentagem não negligenciável de idosos, o que implica que os serviços com intervenção neste domínio (geriatria, assistência à terceira idade) se preparem para lidar com este tipo de públicos, adquirindo as necessárias competências interculturais. Por outro lado, assumir perspectivas homogéneas dos vários grupos étnicos ou nacionais de imigrantes é simplificador e pode conduzir a formas de intervenção erradas. Efectivamente, os imigrantes dos vários países de Leste, da África Lusófona, da Ásia do Sul, da China, do

Brasil e dos restantes países apresentam estruturas sociais internas marcadas por diferenças, a que se juntam outras distinções relevantes em termos culturais, étnicos ou religiosos. Por exemplo, a população guineense em Portugal agrupa indivíduos católicos e muçulmanos de etnias várias (Machado, 2001), passando-se o mesmo com os cidadãos indianos. Já entre os brasileiros, é conhecido o processo de diversificação social interna associado à denominada “2ª vaga” de imigrantes, composta, em média, por indivíduos menos escolarizados e menos qualificados (Malheiros, 2007).

Estes novos desafios colocam-se ao nível do ensino do português e da aquisição de competências culturais que permitam uma melhor compreensão dos valores, das práticas e das normas sociais associadas às novas vagas de imigrantes. Compreensão não deve ser aqui entendida como aceitação universal e sem limites, mas sim como princípio base da tolerância e da abertura ao outro e às suas características.

Região	N.º de estrangeiros		N.º municípios	Média estr./município	Notas sobre o povoamento
	Abs.	%			
Norte Litoral	18601	4,1	37	502,7	Área reduzida; povoamento disperso.
Norte Interior	3909	0,9	26	150,3	Área extensa, pouco povoada. Povoamento tendencialmente aglomerado.
Grande Porto	26205	5,8	11	2382,3	Concentração metropolitana. Urbanização significativa, com fragmentação territorial.
Centro Litoral	39010	8,6	46	848,0	Povoamento significativo e tendencialmente disperso. Fragmentação territorial.
Centro Interior	9625	2,1	49	196,4	Área extensa, pouco povoada. Povoamento tendencialmente aglomerado, com variantes sub-regionais.
Oeste e Ribatejo	25408	5,6	29	876,1	Povoamento misto. Área de expansão da AML para norte.
Área Metropolitana de Lisboa - AML	232167	51,1	17	13656,9	Maior concentração metropolitana. Fortes densidades populacionais médias, apesar de algumas diferenças entre Lisboa, as áreas suburbanas (Norte e Sul) e o periurbano.
Alentejo	15350	3,4	47	326,6	Área extensa. Povoamento relativamente escasso e concentrado.
Algarve	73277	16,1	16	4579,8	Território marcado por uma forte dicotomia entre uma faixa litoral fortemente urbanizada e um interior mais despovoado, com núcleos mais pequenos e dispersos.
R.A. Açores	3534	0,8	19	186,0	Território insular bastante fragmentado.
R.A. Madeira	7105	1,6	11	645,9	Território insular com povoamento disperso.
TOTAL	454191	100,0	308	1474,6

Quadro 2.1 – Distribuição dos estrangeiros pelo território nacional e síntese do povoamento regional - 2009

Por último, e em terceiro lugar, as alterações que ocorreram na distribuição geográfica dos vários grupos imigrantes pelo território nacional conduziram todas as regiões do país a ter de lidar com um fenómeno que, até à segunda metade dos anos 90, parecia confinado à Área Metropolitana de Lisboa e ao Algarve, apresentando evidências pontuais na Área Metropolitana do Porto ou em Sines, por exemplo. Decorre daqui que a necessidade de respostas locais para a integração dos imigrantes é, actualmente, uma questão que se coloca a autarquias e a ONG de todo o país, o que implica a preparação de técnicos neste domínio um pouco por toda a parte, mesmo que o desenho das respostas institucionais possa não ser único e deva adaptar-se às características do público imigrante, à cultura das instituições e às próprias características do povoamento, da densidade populacional e da organização administrativa do território (Quadro 2.1)⁷.

2.2 A Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes - um mecanismo fundamental da estratégia de integração de proximidade

A Rede CLAII funciona como um instrumento fundamental do processo de integração local dos imigrantes. Embora resulte, inicialmente, de um processo *top-down*⁸, cuja iniciativa partiu do Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), a constituição da Rede revelou-se fundamental para garantir a existência de uma estrutura territorialmente

A constituição da Rede CLAII revelou-se fundamental para garantir a existência de uma estrutura territorialmente desconcentrada que assegurasse respostas de proximidade aos problemas específicos apresentados pelos imigrantes.

desconcentrada que assegurasse respostas de proximidade aos problemas específicos apresentados pelos imigrantes.

De resto, o facto de cada um dos 87 CLAII existentes em Dezembro de 2010 (Figura 2.2) resultar de uma parceria específica entre autarquias e/ou organizações da sociedade civil com actividade local e o próprio ACIDI, I.P., permite ultrapassar lógicas meramente tutelares assentes nos objectivos exclusivos da administração central e passar a princípios de convergência de interesses entre as esferas local e central. Efectivamente, e em termos mais latos, o sucesso de um CLAII depende, em larga medida, da sua capacidade de articulação com as restantes organizações que, sobretudo ao nível local, mas também ao

7 A este propósito, ver sugestões apresentadas em EQUAL(2006) - *Integração social e profissional de imigrantes, refugiados e minorias étnicas*.

8 Exceptuam-se as estruturas criadas no âmbito dos Espaços Cidadania, inicialmente no Seixal e, posteriormente, em Sesimbra e no Barreiro.

nível regional e nacional, desempenham papéis fundamentais no processo de integração dos imigrantes e da promoção da interculturalidade. Incluem-se aqui actores que vão do incontornável Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) até às escolas e centros de saúde, passando pela Segurança Social, os Centros de Emprego ou as associações de imigrantes, para além do necessário acesso à Rede Social do Município. Isto implica que os técnicos dos CLAII tenham, por um lado autonomia para poderem contactar as instituições e tomar decisões que contribuam para resolver cada caso que se lhes apresenta e, por outro, que assumam uma atitude pró-activa face aos desafios que lhes são colocados.

O sucesso de um CLAII depende, em larga medida, da sua capacidade de articulação com as restantes organizações que desempenham papéis fundamentais no processo de integração dos imigrantes e da promoção da interculturalidade.

Caixa 2.2

CLAII – O que são. Para que servem (breve síntese)

O que são os CLAII?

Os CLAII são gabinetes de acolhimento, informação e apoio descentralizado, com ligação aos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante - CNAI, que visam ajudar a responder às necessidades que se colocam aos cidadãos imigrantes, nas áreas:

Regularização da situação migratória; Nacionalidade; Reagrupamento Familiar; Habitação; Trabalho; Segurança Social; Retorno Voluntário; Saúde; Educação; Formação Profissional; Empreendedorismo; Apoio ao Associativismo; Outras

Qual a sua missão?

Com capacidade de interacção com estruturas locais, os CLAII têm como missão ir além da informação e apoiar o processo multivectorial do acolhimento e integração dos imigrantes a nível local.

Como funcionam?

Com o objectivo de promover uma integração de proximidade, os CLAII resultam de parcerias estabelecidas entre o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural - ACIDI, I.P. e autarquias ou entidades da sociedade civil (associações de imigrantes ou outras, IPSS, ONGs, centros paroquiais, entre outras), que, em cooperação, promovem um atendimento integrado.

Em algumas regiões, esse atendimento é prestado em regime de itinerância, fazendo chegar o serviço junto de cidadãos/ãs imigrantes que de outro modo não têm acesso a ele, seja por falta de mobilidade ou ausência de outros recursos.

Paralelamente, os CLAII dinamizam ainda actividades na área da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, fomentando assim uma integração cada vez mais plena dos cidadãos/ãs imigrantes na sociedade portuguesa, através do desenvolvimento de projectos que integram actividades nas áreas:

Educação; Mercado de trabalho; Saúde; Acolhimento inicial de imigrantes; Sensibilização da opinião pública; Participação na vida local; Outras actividades no domínio da Interculturalidade.

O que é a Rede CLAII?

Criada em 2003, a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes - CLAII integra quase uma centena de gabinetes distribuídos de norte a sul do país e ilhas, onde é prestado atendimento personalizado, realizado por técnicos habilitados para o efeito, alguns deles imigrantes, o que permite pontes culturais e linguísticas com os clientes, facilitadoras dos processos de integração.

In: Folheto institucional da Rede CLAII, 2010.



Figura 2.2 – Rede Nacional de CLAI (Dezembro de 2010)

Em síntese, se a Política de Integração de Imigrantes de Portugal tem revelado um conjunto de pontos fortes, os CLAI são, certamente, um destes, uma vez que asseguram as seguintes mais-valias:

Proximidade e confiança – aproximam os serviços dos imigrantes (e de outros cidadãos com necessidades e dúvidas no domínio da imigração) e, uma vez que não comportam estigmas como os que se associam ao SEF ou à polícia, nem desempenham as funções destes ou de outros agentes com actividade sectorial (segurança, saúde, educação, etc.), apresentam condições para estabelecer uma relação de confiança, capaz de facilitar a identificação e implementação de soluções.

Entre as mais-valias dos CLAI, destacam-se:

- *Proximidade e confiança – aproximam os serviços dos imigrantes;*
- *Articulação institucional e Princípio da parceria;*
- *Inserção em estrutura reticular, que resulta da sua integração numa rede nacional estruturada;*
- *Competência e motivação dos técnicos.*

Articulação institucional – ao resultarem de protocolos entre vários níveis da administração pública (central, regional e local), apresentam condições para otimizar e conjugarem recursos. Nos casos dos CLAI da sociedade civil, embora esta articulação não esteja formalizada em sede de protocolo, deverá ser assegurada por outras vias, uma vez que as autarquias são actores incontornáveis da integração de proximidade⁹.

Princípio da parceria – uma vez que os CLAI não têm, na maioria dos domínios, competência para resolverem, isoladamente, os problemas colocados pelos imigrantes, torna-se fundamental que a sua estratégia de resposta, encaminhamento e acompanhamento, se faça no contexto de uma forte articulação com todos os serviços que, directa ou indirectamente, têm funções na esfera da integração. E por parcerias não se entendem apenas as parcerias formais, mas também as parcerias informais, devendo existir canais privilegiados de contacto – que muitas vezes passam pelo conhecimento de pessoas-chave nas organizações que possam ser “facilmente” contactáveis – que permitam dar respostas mais assertivas, céleres e úteis.

entendem apenas as parcerias formais, mas também as parcerias informais, devendo existir canais privilegiados de contacto – que muitas vezes passam pelo conhecimento de pessoas-chave nas organizações que possam ser “facilmente” contactáveis – que permitam dar respostas mais assertivas, céleres e úteis.

Inserção em estrutura reticular – O facto de os CLAI pertencerem a uma rede nacional estruturada, não se encontrando isolados no desempenho das suas actividades, gera fortes efeitos cumulativos ao nível do intercâmbio de soluções para os problemas, da formação dos técnicos e, mesmo, da identificação de novas soluções que resultam da partilha de questões e problemas.

9 De salientar contudo: 1. A existência de CLAI tripartidos que envolvem autarquias, entidades da sociedade civil e o ACIDI, I.P.; 2. A existência de parcerias formais ou informais, estabelecidas ao nível local, entre entidades da sociedade civil e autarquias para a realização conjunta de actividades na área da interculturalidade.

Competência e motivação dos técnicos – As acções de formação frequentadas, a forte interacção que se estabelece entre os técnicos da Rede e a dedicação e energia que colocam no seu trabalho, possíveis de constatar nos diversos encontros CLAI e no resumo das actividades que desempenham, fazem deste conjunto de profissionais o elemento crucial da estratégia de resposta de proximidade no domínio da integração de imigrantes. Neste domínio, falta apenas reforçar os fluxos “web”, isto é, utilizar de modo mais amplo e frequente os recursos de comunicação informática colocados à disposição dos técnicos.

3. A propósito dos conceitos-chave - os 3i para a acção: inovação social, interculturalidade e integração de proximidade

O trabalho desenvolvido pelos técnicos pressupõe uma forte componente operativa e instrumental, uma vez que as suas tarefas implicam implementação e acompanhamento de projectos, trabalho de terreno quotidiano junto dos migrantes e um exercício constante de actividades de gestão e resposta rápida, para casos que vão surgindo diariamente.

O trabalho desenvolvido pelas técnicas e pelos técnicos pressupõe uma forte componente operativa e instrumental que deve estar ancorada numa filosofia de acção, consubstanciada em princípios que contextualizam o desenho dos projectos e as práticas profissionais em geral.

Contudo, a montante das componentes operativas da implementação de projectos e do desempenho das tarefas quotidianas deve estar uma filosofia de acção, consubstanciada em princípios que contextualizam o desenho dos projectos e as práticas profissionais em geral. Efectivamente, ao enquadrarmos as nossas actividades em princípios, traduzidos através de conceitos-chave, estamos a dar conteúdo e coerência à nossa acção, fornecendo-lhe um sentido que corresponde ao modo como concebemos a mudança e a intervenção na sociedade.

No caso concreto das actividades que justificam o presente Manual, parece-nos que, sem prejuízo de existirem outros princípios fundamentais inerentes aos valores das instituições e das pessoas que, em cada município, são protagonistas no processo, devem ser destacados três conceitos-chave que traduzem outros tantos princípios orientadores: i) inovação social; ii) interculturalidade e iii) integração (de proximidade).

i) Inovação social

Nos últimos anos, a noção de inovação, designadamente quando assumida enquanto inovação social, entrou no discurso académico e político-institucional, como atesta a promoção da “inovação social” por parte da Comissão Europeia, de que o melhor exemplo foi, provavelmente, o Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL.

Mas em que consiste, efectivamente, a inovação social? Como podemos diferenciá-la do conceito mais generalizado de inovação?

Na sociedade contemporânea, o conceito de inovação aparece frequentemente associado

ao domínio técnico (o progresso tecnológico) e ao domínio económico (incorporação de novos elementos – processos, formas de organização - no sistema produtivo).

Ora a nossa perspectiva defende uma noção de inovação mais ampla, que remete para processos sociais quotidianos capazes de transformar um novo produto, uma nova forma de organização ou novos princípios em algo socialmente reconhecido e apropriado, que satisfaz determinadas necessidades. Se recorrermos à definição de Bassand *et al.* (1986: 51), a inovação corresponde à “*recriação, ao lançamento de uma nova ideia e, eventualmente, à sua propagação e difusão*” (...) “*Através da mobilização de forças activas, a inovação é caracterizada pela sua capacidade para ajustar essas forças com o propósito de desenvolverem acções concretas com um impacto social específico; portanto, inovação supõe dinâmica social*”. A partir desta noção, podemos admitir que *inovação social* corresponde à emergência e difusão de novos valores e práticas culturais e sociais que são progressivamente adoptadas pelos indivíduos e pelas instituições.

Mais recentemente, a noção de inovação social foi retrabalhada no sentido de destacar, de modo mais explícito o contributo dos actores frágeis (pequenas associações e cooperativas, organizações de imigrantes, etc.) e, também, o facto deste processo pressupor a introdução de modificações destinadas a promover a inclusão dos indivíduos desfavorecidos, o que significa, necessariamente, algum tipo de desafio ao quadro de relações de poder e à ordem social existente. É neste sentido que André e Abreu (2006) identificam inovação social com respostas inovadoras para necessidades sociais não satisfeitas, designadamente através da “valorização do capital social colectivo nas comunidades mais frágeis e vulneráveis” (André e Reis, 2009).

Em nosso entender, os técnicos com actividade no domínio da integração de proximidade devem procurar inovar, através da pesquisa constante de soluções diferentes, seja por reconstrução e reinvenção de elementos já existentes, seja pela incorporação de novas componentes materiais, organizativas ou no âmbito dos princípios nos seus projectos e trabalho quotidiano. E isto deve ser feito num quadro de partilha e de cooperação, com o objectivo de promover, de modo directo ou indirecto, a integração de indivíduos mais vulneráveis, valorizando as suas competências e o capital colectivo dos grupos a que pertencem, num contexto marcado pelo *empowerment*.

Os técnicos com actividade no domínio da integração de proximidade devem procurar inovar, através da pesquisa constante de soluções diferentes, seja por reconstrução e reinvenção de elementos já existentes, seja pela incorporação de novas componentes materiais, organizativas ou no âmbito dos princípios nos seus projectos e trabalho quotidiano.

ii) Interculturalidade¹⁰

Frequentemente, a assimilação e o multiculturalismo são, de algum modo, apresentados como os dois processos extremos de integração de imigrantes e minorias étnicas nas sociedades de destino. No primeiro caso, trata-se de assegurar que os imigrantes absorvam todas as características sociais, económicas e culturais da sociedade maioritária, perdendo os elementos originais que estavam associados à sua cultura de origem (ou dos seus antepassados)¹¹. Embora este processo tenha sido fortemente criticado nas décadas de 70 e 80, na medida em que se traduzia no desrespeito e no apagamento intencional dos valores e elementos culturais e sociais dos imigrantes e das minorias étnicas, a partir de finais do século XX alguns dos seus princípios têm sido recuperados, sobretudo pelas democracias do Norte da Europa, designadamente através da sua incorporação nos denominados

A assimilação e o multiculturalismo são apresentados como os dois processos extremos de integração de imigrantes e minorias étnicas nas sociedades de destino.

programas de integração. Não sendo capazes de responder ao crescimento dos movimentos político-sociais xenófobos e anti-imigrantes¹² que se desenvolveram em países como a Áustria, a Holanda, a Alemanha ou a Bélgica (sobretudo na Flandres), os governos destes países assumem que o denominado “problema da imigração” passa pela modificação das políticas de integração, no sentido de estas incorporarem aspectos de aculturação mais explícitos. Assim, alguns estrangeiros¹³ e os seus descendentes são obrigados a integrarem programas de formação linguística e cívico-cultural – cujos valores são naturalmente os da sociedade de destino - que funcionam como plataformas de acesso à cidadania. Não obstante estas iniciativas apresentarem um lado positivo, na medida em que contribuem para reforçar os recursos dos imigrantes (linguísticos, jurídicos...) que chegam às sociedades ocidentais, elas não valorizam os elementos sócio-culturais originais e obrigam os imigrantes a assimilarem novos valores e práticas, evidenciando um significativo desrespeito pelas noções da tolerância e da diferença – também parte de um conceito lato

.....

10 Este texto conjuga e sintetiza alguns parágrafos de Malheiros (2009), pp.18 a 21.

11 O trabalho de Milton Gordon (1964), *Assimilation in American Life*, contribuiu para clarificar os contornos do processo de assimilação.

12 Em todos estes casos, o “problema da imigração” mistura-se, frequentemente, com a preocupação política e social que corresponde ao “problema do Islão”.

13 Os estrangeiros oriundos de países desenvolvidos, mesmo que culturalmente muito distintos como os japoneses, costumam ser dispensados destes programas.

de cidadania -, assumindo uma lógica eurocentrista forçada.


Se as opções assimilacionista e neo-assimilacionista parecem desajustadas, também a aplicação dos princípios multiculturalistas, sobretudo se assumidos numa perspectiva estrita denominada pluralista por alguns autores (Hall, 2000; Sandercock, 2004), carece de reparos. Neste último sentido, o desenvolvimento de uma política multicultural pressupõe, não apenas o respeito pelas especificidades sócio-culturais dos diversos grupos étnicos presentes na sociedade, mas também a sua protecção e mesmo promoção. Em termos concretos, trata-se de conferir centralidade aos denominados “direitos dos grupos étnicos”, garantindo representação política e social destes em diversos níveis de decisão institucional. Adicionalmente, desenvolvem-se com frequência “políticas de quotas”, que distribuem lugares no mercado de trabalho, nas instituições políticas e nas organizações sociais em função da pertença étnica.

Apesar da aparente bondade destes princípios, é fácil perceber os riscos que este tipo de políticas comporta, essencializando as diferenças étnico-culturais e promovendo uma sociedade de “grupos étnicos fragmentados”, uma vez que a “defesa” de cada grupo se sobrepõe, frequentemente, à defesa da unidade global da sociedade, assente em princípios universais de cidadania aplicáveis individualmente a todos os membros, independentemente da sua pertença étnica (Machado, 2003). Em suma, a promoção do multiculturalismo em sentido estrito parece dificultar os objectivos de coesão social, entendida como os processos sociais que contribuem para que todos os indivíduos tenham o sentimento de pertencer a uma comunidade (urbana, regional, nacional...) e que sejam reconhecidos como membros dessa comunidade.

É verdade que do ponto de vista empírico, o conceito de **multiculturalismo** e, sobretudo, o conceito de **sociedade multicultural**, têm vindo a ser aplicados de um modo distinto, que corresponde a uma acepção lata muito ligada à ideia de sociedades étnica e culturalmente diversificadas, marcadas pela coexistência de vários grupos culturais minoritários, frequentemente associados à presença de um grupo dominante (Rocha-Trindade, 2001). É esta última acepção que se foi popularizando em anos recentes, sendo associada, tanto nos *media*, como no discurso popular à ideia da sociedade marcada pela diversidade e mistura cultural, em constante dinâmica de transformação, que no extremo é representada pelo jargão “*multiculti*”. Assumindo que os aspectos mais relevantes do multiculturalismo assentam na sua dimensão ideológica (respeito pelas diferenças culturais; valorização dos “direitos

O multiculturalismo, especialmente na sua perspectiva mais estrita, essencializa as diferenças étnico-culturais e promove uma sociedade de “grupos étnicos fragmentados”, uma vez que a “defesa” de cada grupo se sobrepõe à defesa da unidade global da sociedade, o que dificulta os objectivos da coesão social.

colectivos” dos grupos minoritários...) e não na sua dimensão empírico-descritiva, preferimos, na senda do que faz Rocha-Trindade (2001), denominar as sociedades marcadas pela coexistência de vários grupos étnicos e culturais distintos como sociedades pluriculturais. Uma vez que as sociedades contemporâneas, como a portuguesa, são cada vez mais marcadas pela diversidade étnica e cultural, torna-se fundamental acentuar a tónica da partilha e das relações entre grupos étnico-culturais distintos, até porque a coexistência e a interacção são frequentemente marcadas por sentimentos de estranheza, incompreensões recíprocas (Rocha-Trindade, 2001) e, no extremo, conflito explícito e mesmo violência. Emerge daqui o recurso ao conceito de **interculturalidade**, enquanto mecanismo de promoção da comunicação e da interacção positiva entre os vários grupos culturalmente distintos (não apenas étnicos, mas também geracionais ou linguísticos) que compõem a sociedade.

	Manutenção da cultura de origem	Adopção de elementos de identidade cultural maioritária
Assimilacionismo	NÃO	SIM
Multiculturalidade	SIM	NÃO
Exclusão	NÃO	NÃO
Interculturalidade	SIM	SIM
	 INTERACÇÃO	

Quadro 3.1 – Modelos de Gestão de Sociedades culturalmente diversas

A noção de interculturalidade, cujo desenvolvimento se situa, de algum modo, no quadro de promoção da comunicação entre culturas diferentes, acabou por ficar muito associada às questões da comunicação e, sobretudo, da educação, dando origem a toda uma linha de pensamento na área da pedagogia intercultural (Perotti, 2004). Relembre-se que a institucionalização do termo nos anos 70, em França, se situa no quadro das políticas educativas (Rafoni, 2003), acontecendo, de alguma forma, o mesmo na Bélgica ou em Portugal, com a implementação, em 1991, do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação

Multicultural, posteriormente Secretariado Entreculturas, que visava promover a educação intercultural no país.

Neste quadro, o conceito de interculturalidade acabou por se afirmar sobretudo no domínio instrumental, associado ao reforço – prático – das competências que permitem melhor comunicação – e compreensão – entre indivíduos de culturas diferentes, sobretudo nas escolas, mas também noutros domínios do espaço público. De algum modo, este aspecto ajuda à incorporação da interculturalidade enquanto conceito orientador para a acção, desde que seja assumido numa perspectiva mais lata, que incorpora todos os mecanismos e acções – e não apenas os linguísticos ou os situados no domínio da educação - destinados a promover a interacção positiva entre os vários grupos presentes nas sociedades. Efectivamente, ao valorizarmos as vantagens da interculturalidade, enquanto processo capaz de promover a interacção entre os vários grupos presentes na sociedade (Fig.1), contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a construção da coesão social, partimos do pressuposto de que a intervenção dos técnicos deve, também, aparecer enquadrada por este espírito.

Ao valorizarmos as vantagens da interculturalidade, enquanto processo que contribui para o fortalecimento da cidadania e para a construção da coesão social, partimos do pressuposto de que a intervenção das técnicas e dos técnicos deve, também, aparecer enquadrada por este espírito.

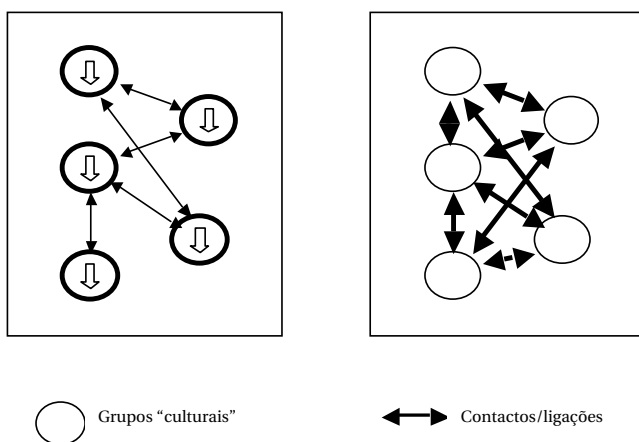


Figura 3.1 – Multiculturalismo e Interculturalidade – uma perspectiva simplificada

Extraído de: Malheiros (2009), p. 21

iii) Integração e integração de proximidade

As sociedades de destino e as suas organizações, com destaque para aquelas que desenvolvem actividades na esfera social junto de grupos com características específicas que, frequentemente, colocam desafios, devem promover o conjunto de acções necessárias a uma boa integração dos imigrantes, assegurando a coesão social. São, assim, necessárias políticas públicas, e medidas e acções decorrentes dessas políticas, que tenham como objectivo integrar os imigrantes, isto é, torná-los membros de pleno direito da sociedade de destino

Mas, de um modo sintético, como devemos entender a integração (dos imigrantes)?

- Como um processo para aceder à cidadania plena (formal e substantiva), o que significa garantir igualdade de oportunidades para nacionais e estrangeiros, assegurando a estes últimos um acesso efectivo aos direitos sociais, políticos e económicos;

- Mas também como um processo dinâmico e complexo, que envolve mudanças nos imigrantes, mas também nos autóctones e nas próprias sociedades de origem e destino. De resto, estas últimas, porque situadas em posição de vantagem no quadro das relações de poder, detêm uma responsabilidade acrescida no processo de integração, tanto no domínio formal, como no domínio operativo.

Caixa 3.1

Conceito de Integração

“A integração, tanto em termos sociais como cívicos, assenta no conceito de igualdade de oportunidades para todos.

Em termos socioeconómicos, os imigrantes devem ter oportunidades idênticas às do resto da população para desenvolverem vidas dignas, independentes e activas. Em termos cívicos, todos os residentes devem comprometer-se com responsabilidades e direitos mútuos, assentes no princípio da igualdade. Quando os imigrantes se sentem seguros, confiantes e bem-vindos, eles são capazes de investir no seu novo país de residência e de contribuir de forma valiosa para a sociedade. Com o tempo, os imigrantes podem ter mais oportunidades para participar, mais direitos, mais responsabilidades e, se assim o desejarem, cidadania nacional plena.

O processo de integração é inerente às necessidades e capacidades de cada

indivíduo e de cada comunidade local. Embora a política governamental seja apenas um dos factores que contribui para a integração, ela é vital, pois define o quadro jurídico e político que serve de base aos restantes aspectos.”

Nissen et al. (2007) – *Migration Integration Policy Index*, p.4.

Atendendo ao conteúdo do conceito de integração, compreende-se a necessidade de implementar políticas públicas neste domínio. Em termos concretos, há duas justificações essenciais para o fazer:

a) Os grupos de imigrantes apresentam, sobretudo nas fases iniciais do ciclo migratório individual e familiar, défices sociais específicos (e.g. desconhecimento da língua, falta de informação sobre acesso a serviços, ausência de direitos políticos, inserção profissional descendente associada a dificuldade de reconhecimento de competências...) que acabam por originar situações de desvantagem social e exclusão. Num estado de direito democrático, justificam-se políticas públicas que mitiguem ou colmatem estes défices.

b) A presença do outro na sociedade e a sua aceitação não são, historicamente, processos de proximidade e empatia imediata. Tem potencial para gerar receios e tensões, como evidencia um estudo de Putnam sobre o défice de capital social – relacional e associado aos níveis de confiança na comunidade - nas sociedades com mais imigrantes/estrangeiros. A ultrapassagem destes receios e tensões – que se podem transformar em violência -, só é alcançável por via do combate à discriminação e ao racismo e pela promoção de medidas e acções que conduzam a um processo de interacção positiva.

Duas justificações para a implementação de políticas públicas direccionadas para a integração de imigrantes:

- *Os imigrantes apresentam, sobretudo nas fases iniciais do ciclo migratório individual e familiar, défices sociais específicos;*
- *A presença do outro na sociedade e a sua aceitação não são, historicamente, processos de proximidade e empatia imediata.*



Figura 3.2 - Promoção da Integração de Imigrantes - Justificação para as políticas neste domínio

Parecendo clara a necessidade de desenvolver políticas de integração, torna-se agora necessário questionar a sua implementação ao nível local ou, por outras palavras, justificar a necessidade de colocar em prática uma estratégia de integração de proximidade.

Como referem especialistas na área da imigração e da integração dos imigrantes, como Dimitri Papademetriou ou Sarah Spencer, se as políticas de imigração são decididas ao nível

Como referem Dimitri Papademetriou ou Sarah Spencer, se as políticas de imigração são decididas ao nível macro (país), os desafios da integração ganham-se ou perdem-se ao nível local.

macro (país), os desafios da integração ganham-se ou perdem-se ao nível local. É aqui que se manifestam, quotidianamente, os défices sociais específicos – no acesso aos serviços (escolas, centros de saúde, etc.), nos postos de trabalho, na geração de “bairros” degradados e de segregação... - que colocam em causa a coesão social das comunidades. As tensões e os conflitos que misturam dimensões sociais, étnicas e geracionais ocorrem nos lugares – é aqui que se geram as desconfianças, os medos recíprocos, os actos de vandalismo, a insegurança, as manifestações de racismo...

Sendo os imigrantes um potencial para os lugares onde se instalam e residem, no fundo “um contributo económico, social e cultural”, como refere o primeiro Plano para a Integração

dos Imigrantes (2007-2009), para que tal potencial se concretize é necessário que os tecidos organizacionais locais, com destaque para os municípios, mas que incluem também os diferentes serviços sociais, as organizações da sociedade civil, os representantes empresariais e outros, ajam estrategicamente e articuladamente de modo a garantir aos imigrantes igualdade de oportunidades e a todos os residentes, um quadro relacional marcado pela interacção positiva.



Figura 3.3 - Integração de Proximidade - Objectivos e justificações

4. Condições e princípios transversais da acção dos técnicos

4.1 Uma nota sobre competências: trabalhar no domínio da integração e da interculturalidade

Como foi mencionado no capítulo anterior, a importância das diferenças culturais para a compreensão das relações entre os grupos presentes na sociedade tem vindo a ser progressivamente reconhecida, desde os anos 80, em domínios diversos. Isto conduziu à incorporação do princípio de interculturalidade, através da promoção de determinadas competências e da produção de alguns instrumentos, inicialmente em áreas como a gestão empresarial

A importância das diferenças culturais para a compreensão das relações entre os grupos presentes na sociedade tem vindo a ser progressivamente reconhecida, desde os anos 80.

(sobretudo das firmas transnacionais) e o ensino, e, depois, em vários outros campos (Roosens, 1991). O facto destes dois últimos domínios emergirem, de algum modo, como pioneiros na “prática da interculturalidade” resulta da identificação precoce do problema que pode significar a incompreensão do outro e da sua cultura. No caso das empresas que se foram orientando para mercados cada vez mais globalizados, os responsáveis foram-se apercebendo da existência de distintas “culturas negociais¹⁴”, cujo conhecimento é essencial para o maior sucesso dos negócios. Relativamente ao ensino, em consequência da forte diversificação étnica dos alunos nas escolas dos países da

Europa Central e do Norte, nos anos 70 e 80, tornou-se necessário encontrar respostas para ultrapassar as diferenças culturais e linguísticas que dificultavam os métodos de ensino e tinham repercussões na aprendizagem (Roosens, 1991).

Tendo em consideração o quadro crescente e acumulado de experiências interculturais, parece importante efectuar uma referência às competências neste domínio, antes de nos centrarmos nos projectos em concreto. Neste sentido, sistematizam-se, de seguida, as competências essenciais associadas à interculturalidade. Note-se, contudo, que se trata, apenas, das referências base, devendo os técnicos que desenvolvem actividade no domínio da integração de proximidade, adquirir e desenvolver estas competências através de acções de

14 Por exemplo, nalguns países, as decisões fundamentais têm lugar fora das reuniões formais, à mesa de um restaurante ou na sala de um bar; noutros, o uso de determinadas expressões ou símbolos é visto como nocivo para o negócio; noutros ainda, a noção de tempo é dotada de um grande grau de flexibilidade. Ver, a este propósito, RBS(2008) – *I want to develop... my intercultural skills*. Royal Bank of Scotland /UK Trade & Investment, Edimburgh/London.

formação¹⁵ e/ou da consulta de manuais e documentos especializados em práticas interculturais, educação intercultural e mediação cultural.

Em termos sintéticos, gostaríamos de chamar a atenção para os seguintes conjuntos de competências:

Competências culturais propriamente ditas, que implicam ser capaz de compreender as outras culturas, designadamente os seus princípios e valores, a diversos níveis, incluindo as relações quotidianas, as práticas sociais (códigos de vestuário, noções de informal e formal, etc.), a concepção de família, a estética e as próprias emoções (Leman, 1991). Note-se que este **princípio “da compreensão” não significa aceitação de todos os aspectos da cultura do outro, designadamente aqueles que atentam contra princípios fundamentais**, como os que estão associados aos direitos humanos (por exemplo, a prática da excisão ou mutilação genital feminina não pode ser aceite e tem de ser combatida, assim como a intolerância, venha de que domínio vier). Como oportunamente se referiu, as culturas são dinâmicas e transformam-se, porque muitos dos seus princípios e valores são colocados em causa pela própria evolução das sociedades. E isto acontece quer com a cultura dita maioritária, quer com as culturas minoritárias. Deve ainda referir-se que a “compreensão” da cultura do outro, mesmo no que concerne a práticas e valores criticáveis ou não aceitáveis, é um elemento essencial para permitir o necessário processo de desconstrução e mudança, no sentido da criação de uma sociedade mais coesa, progressista e marcada por valores humanistas, designadamente o respeito recíproco e os direitos humanos.

A “compreensão” da cultura do outro, mesmo no que concerne a práticas e valores criticáveis ou não aceitáveis, é um elemento essencial para permitir o necessário processo de desconstrução e mudança, no sentido da criação de uma sociedade mais coesa, progressista e marcada por valores humanistas, designadamente o respeito recíproco e os direitos humanos.

Competências comunicacionais e linguísticas, que passam pela posse de algumas práticas e ferramentas, que vão da disponibilidade para interagir e para fazer o esforço de interagir, até ao domínio parcial ou profundo da língua de outros grupos presentes na sociedade. Se a interculturalidade tem implícito o princípio da interação positiva, então é fundamental que os técnicos sejam capazes de dialogar com os principais grupos

15

No caso português, instituições como o “Entreculturas” do ACIDI, I.P. ou o Centro de Estudos e Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI), especializado em e-learning, têm uma experiência significativa neste domínio.

de imigrantes não lusófonos presentes na sua região de intervenção, sendo pacientes e assertivos quando têm dificuldade em compreender a língua, para além de serem capazes de activar os recursos de tradução disponíveis (tradução telefónica do ACIDI, I.P. pessoas-recurso da comunidade local de imigrantes disponíveis para ajudar no processo de comunicação), no caso de se revelarem necessários. Lembra-se, contudo, que a tradução não resolve tudo, uma vez que o significado atribuído à mesma palavra pode variar de grupo nacional para grupo nacional¹⁶, mesmo no caso daqueles que partilham uma língua comum. É por isto, que, para além da tradução, a compreensão se torna essencial. Isto significa que os técnicos devem ter capacidade para ouvir o outro e para perceber o seu ponto de vista, de alguma forma, “tomando-o como ponto de partida” (Perotti, 1994), o que implica descentramento, disponibilidade, atenção e o desenvolvimento de um procedimento crítico face à nossas atitudes e, sobretudo, aos nossos estereótipos, procurando contrariá-los e impedir que ditem o nosso comportamento.

Competências no domínio da mediação – os técnicos são frequentemente confrontados com situações de tensão e conflito, que resultam da existência de práticas e interesses divergentes por parte dos diversos grupos presentes na sociedade. Alguns são incomodados com a música supostamente “alta” dos vizinhos, a outros fazem particular

Os técnicos têm de procurar apreender os diversos pontos de vista e, muitas vezes, de estabelecer a ponte entre esses pontos de vista, accionando mecanismos de diálogo entre as partes.

confusão os dejectos dos animais domésticos, particularmente os cães; outros ainda criticam fortemente as formas de utilização do espaço público e os hábitos de higiene (por exemplo, o modo de utilizar os balneários públicos) dos membros de outros grupos. Por tudo isto, os técnicos têm de procurar apreender os diversos pontos de vista e, muitas vezes, de estabelecer a ponte entre esses pontos de vista, accionando mecanismos de diálogo entre as partes em litígio, seja entre comunidades (imigrantes entre si e entre estes e os autóctones), seja entre imigrantes e instituições/técnicos.

Por último, deve frisar-se que a aquisição e o exercício destas competências se situam no quadro mais lato da consciência da relevância da diversidade cultural, que deve ser valori-

16 Existem, por exemplo, diversas histórias a propósito da confusão gerada pelo termo “Ka”, que em português de Portugal significa “aqui” e em crioulo cabo-verdiano, que como se sabe parte de uma base lexical portuguesa, significa “não”. Outro exemplo corresponde às palavras “sôtão” (português) e “sotano”, espanhol que significam, paradoxalmente, a divisão normalmente dedicada a arrumos que se localiza no topo do edifício (português) e na base do edifício (espanhol). Também no que respeita aos denominados “português do Brasil” e “português de Portugal” se detectam inúmeras palavras idênticas com significados distintos – camisa, rapariga ou bilião, para citar apenas um pequeníssimo conjunto de exemplos.

zada enquanto elemento enriquecedor das sociedades. Adicionalmente, os técnicos devem ter bem adquiridos os valores fundamentais da tolerância, da solidariedade, da xenofilia, da equidade e da igualdade.

4.2 Conceber e implementar actividades numa lógica de projecto I: pensar estrategicamente e planear as actividades

Os técnicos dos CLAII, enquanto facilitadores para uma integração bem sucedida dos imigrantes, são profissionais competentes, que têm uma actividade intensa, dando resposta a uma multiplicidade de questões. Adicionalmente, as (excessivas) exigências burocráticas (pesadas) que são hoje acometidas aos profissionais da administração pública e das organizações do terceiro sector, aumentam o trabalho e reduzem o tempo disponível para a implementação concreta das acções destinadas a promover a integração dos imigrantes e a construir a interacção positiva, através da difusão de práticas de interculturalidade.

Pelo lado das instituições, a escassez dos recursos disponíveis, designadamente financeiros e materiais, que sempre se agrava em períodos de estagnação e recessão económica, implica um claro esforço de optimização, de eficácia e de eficiência.

Adicionando as duas componentes, pessoal e institucional, parece evidente que as actividades devem ser implementadas de forma estratégica e concebidas numa lógica de projecto, o que significa prosseguir um conjunto de etapas de execução e respeitar vários princípios essenciais¹⁷.

As actividades devem ser implementadas de forma estratégica e concebidas numa lógica de projecto, o que significa prosseguir um conjunto de etapas de execução e respeitar vários princípios essenciais.

Relativamente ao processo de construir actividades numa lógica de projecto, é fundamental pensar as fases pré-projecto (*concepção*), projecto (*implementação*) e pós-projecto (*avaliação e disseminação*), de modo a construir uma resposta eficaz para os objectivos pretendidos que, no caso presente, visam a promoção da integração (dos imigrantes) e a interculturalidade.

17

Para os interessados nas questões relativas à elaboração e gestão de projectos, numa óptica mais formal, pode consultar-se, entre outros, Roldão (2010).

i) Pré-projecto (concepção) - O “antes” – O “porquê?”, “Para quem?”, “Para quê?”, “Com o quê?” e “Com quem?” da actividade

Ao partir para a concepção de um projecto, é essencial estar convencido da sua pertinência (ajusta-se aos objectivos que pretendemos atingir) e da sua utilidade (serve, efectivamente, aqueles a que se destina, sendo isto reconhecido pelos próprios). Adicionalmente, há que efectuar uma boa estimativa dos recursos necessários e dos seus custos, bem como do conjunto de parceiros que devemos mobilizar e quais as tarefas que lhes competem, no quadro da acção colectiva.

Ao partir para a concepção de um projecto, é essencial estar convencido da sua pertinência e da sua utilidade. Elaborar um diagnóstico prévio e pesquisar a existência de soluções já implementadas para responder àquele problema (benchmarking), são outras tarefas desta fase.

Isto significa que é fundamental efectuar um diagnóstico prévio à concepção do projecto. Este diagnóstico deve demonstrar, empiricamente, que a tarefa ou actividade que pretendemos implementar é pertinente e tem um público-alvo que necessita dela.

Efectivamente, é positivo ser voluntarista, mas não vale a pena conceber actividades para as quais não existe massa crítica. Por exemplo, abrir um CLAI em moldes clássicos numa área em que o número de imigrantes é muito reduzido pode significar desperdiçar recursos. Nestas circunstâncias, talvez o CLAI possa ter um carácter supra-municipal, estar articulado com outros serviços ou assumir lógicas itinerantes. Do mesmo modo, não faz sentido conceber um curso de língua portuguesa se não houver um número mínimo de imigrantes que sintam necessidade de o frequentar.

Idealmente, esta fase deve ainda conter um trabalho de *benchmarking*, que corresponde a um esforço de pesquisa relativamente à existência de outras soluções que, no contexto nacional ou estrangeiro, já tenham sido implementadas com o objectivo de dar resposta a problemas idênticos. Como referimos, não se trata de “copiar soluções” ou de “pôr de lado” a capacidade de inovar, até porque, como tivemos oportunidade de referir, inovar pode consistir num processo de adaptação e transformação de um produto ou actividade já existente. Não vale a pena estar a “inventar a roda” cada vez que iniciamos um projecto; partir do que já existe e acrescentar-lhe algo pode significar a mais-valia que assegura maior qualidade e sucesso a uma actividade.

Há ainda que identificar, no decurso da concepção do projecto, quais os recursos necessários para o colocar em prática, tanto ao nível físico como humano, bem como os custos que lhes estão associados. Caso os recursos existentes ou previsíveis sejam insuficientes, podemos fazer correcções na actividade, através da melhoria da sua eficiência (obter resultados igualmente bons utilizando menos recursos). As dificuldades não devem conduzir ao desânimo ou mesmo à desistência; devem ser utilizadas como estímulos para a inovação e a criatividade. Apenas quando os recursos são muito escassos e claramente desajustados (ou de todo inexistentes), se deve optar por abandonar o projecto, uma vez que a sua exequibilidade está completamente em causa.

Para além dos recursos, um projecto na área da intervenção social, como é o caso da integração dos imigrantes ou da promoção da interculturalidade, beneficia, na maioria dos casos, do trabalho desenvolvido no âmbito de parcerias que envolvem várias instituições. É certo que o trabalho em parceria nem sempre é fácil, porque cada instituição tem uma cultura e uma forma de se organizar específica que, com alguma frequência, dá origem a incompreensões e a desarticulações. Contudo, e apesar do processo de constituição de redes para a intervenção social ainda ser relativamente recente em Portugal, não nos encontramos propriamente no “grau zero da constituição de parcerias”. Efectivamente, no âmbito das Redes Sociais Locais e das candidaturas a muitos fundos e programas europeus e nacionais (EQUAL, Escolhas, FEINPT¹⁸, para citar apenas alguns exemplos), verifica-se uma majoração das possibilidades de obtenção de financiamento no caso de serem apresentadas parcerias, isto quando não há mesmo a exigência da candidatura ser efectuada por um conjunto de entidades. A constituição de parcerias é vantajosa para que se evite a redundância nas funções e nos serviços prestados e se tire partido de complementaridades que saem reforçadas pelo processo de acção conjunta. Na verdade, quando se pretende criar um produto que procure demonstrar “boas práticas de integração de imigrantes”, geram-se claras mais-valias se se associarem as competências técnicas de uma associação local, com os recursos da autarquia e a experiência e sensibilidade das associações de imigrantes. É isto que demonstra a actividade da Associação *In Loco*, em São Brás de Alportel, que conjugou a au-

No âmbito dos projectos de intervenção social, a constituição de parcerias é vantajosa para que se evite a redundância nas funções e nos serviços prestados e se tire partido de complementaridades que saem reforçadas pelo processo de acção conjunta. As parcerias só têm a ganhar se incluírem associações de imigrantes.

tarquia e duas organizações de imigrantes (APALGAR¹⁹ e DOINA²⁰) no processo de elaboração de vídeos sobre boas práticas de integração. Também no Algarve, a experiência do CLAIH de Portimão, relativamente à ocupação dos tempos livres dos jovens filhos de imigrantes em actividades de remo e vela (*Projecto Rios de Adrenalina*), só foi possível devido à parceria estabelecida entre a Junta de Freguesia de Portimão e o Clube Naval local.

Não obstante a importância da constituição de parcerias, estas devem basear-se na complementaridade e na utilidade, o que significa que se deve estabelecer, sob a forma de compromisso prévio, o contributo de cada parceiro para o projecto global. Uma parceria deve ter conteúdo e lógica; não deve ser um mero acordo com o propósito exclusivo de aumentar

Os imigrantes não devem ser apenas “objectos” ou “público-alvo” dos projectos. A sua presença em todas as fases daqueles, desde a concepção à avaliação, materializa de modo significativo a ideia de “trabalhar com”, ao mesmo tempo que contribui para aumentar as competências e a responsabilidade dos migrantes e das estruturas que os representam.

as possibilidades de aprovação e financiamento do projecto, cabendo ao líder da parceria desenvolver todas (ou quase todas) as tarefas e aos restantes parceiros, poucas ou nenhuma destas.

Por último, as parcerias que têm como objectivo a integração de imigrantes ou a promoção da interculturalidade, só têm a ganhar se incluírem associações ou grupos de imigrantes, mais ou menos formalizados. Efectivamente, assegurar a presença do público-alvo aproxima a actividade das necessidades sentidas por aquele, para além de contribuir para o seu *empowerment*. Efectivamente, os imigrantes não devem ser apenas “objectos” ou “público-alvo” dos projectos, ou aparecer apenas na fase de implementação. A sua presença em todas as fases dos projectos, desde a concepção à avaliação, materializa de modo significativo a ideia de “trabalhar com”, ao mesmo tempo que contribui para aumentar as competências dos sujeitos migrantes e das estruturas que os representam. Refira-se que esta prática é essencial para o processo de consolidação de muitas as-

sociações de imigrantes, cujo envolvimento em parcerias implica responsabilidades acrescidas que requerem (para além de recursos financeiros), por um lado reconhecimento da sua condição de pares por parte das organizações públicas e da sociedade civil maioritária e, por outro, um grau de organização e comprometimento que assegurem a boa execução das tarefas, no quadro global do projecto desenvolvido em parceria.

Também a participação eventual de peritos ou pessoas-recurso, que possam trazer acres-

19 Apalgar-Associação Amizade dos PALOP no Algarve

20 Doina - Associação Imigrantes Romenos e Moldavos Algarve

cidos em aspectos específicos do projecto (por exemplo, profissionais com uma larga experiência no tipo de actividade a implementar; académicos capazes de fazer pontes entre a teoria e a prática que ajudem a compreender melhor o processo de operacionalização e determinados conceitos; especialistas na elaboração de diagnósticos ou avaliações), deve ser mobilizada sempre que a equipa de projecto identificar tal necessidade. A participação dos peritos pode ser pontual ou mais alargada no tempo, não implicando, necessariamente, um agravamento nos custos do projecto, até porque, em muitas circunstâncias, se encontram pessoas-recurso disponíveis para efectuarem algumas actividades *pro bono*.

Estabelecer uma calendarização prévia das várias tarefas que é necessário executar e elaborar indicadores de realização e impacto, são outros elementos a incluir na fase de concepção do projecto.

ii) A implementação da actividade (o momento do fazer - cumprir as actividades programadas com o sucesso pretendido, de modo a chegar aos “grandes objectivos”)

Esta fase corresponde ao “coração” do projecto. O insucesso ou sucesso definem-se, essencialmente, aqui. A boa concepção do projecto e a sua aprovação, associadas à forte motivação dos técnicos mais directamente envolvidos, são condições necessárias, mas não suficientes, para uma boa implementação.

Antes de mais, há que garantir que os recursos humanos inicialmente alocados por parte das organizações estão efectivamente disponíveis para o projecto e podem dedicar-se a este, no tempo previsto na fase de concepção. Adicionalmente, os técnicos, com destaque para os responsáveis do projecto, devem ter autonomia e beneficiar da confiança das lideranças das organizações para que possam tomar as decisões necessárias, no quadro das suas competências específicas e do processo de trabalho colectivo (com outros técnicos das várias entidades parceiras).

Os técnicos devem ter autonomia e beneficiar da confiança das lideranças das organizações para que possam tomar as decisões necessárias à boa execução das tarefas e actividades do projecto.

Posteriormente, há que cumprir a calendarização de tarefas e actividades estabelecida na fase de concepção, evitando atrasos e incumprimentos que comprometam o projecto ou algumas das actividades nele contidas. Isto implica disciplina e empenhamento, mas também a existência de instrumentos de monitorização e de momentos de reflexão.

Relativamente aos primeiros, há que ter registos que permitam, ao longo da implementação do projecto:

- confrontar as datas previstas com as datas de efectivação das etapas do projecto e justificar os atrasos e desajustes quando eles existam;
- verificar se os diversos parceiros estão a cumprir com as tarefas a que se comprometeram e, no caso de não acontecer, perceber porquê;
- verificar se os recursos previstos são efectivamente suficientes para a implementação do projecto e das suas actividades;
- verificar se cada actividade está a atingir os objectivos directos a que se propunha (em termos de acções concretas, de público-alvo e da sua satisfação)

Deve frisar-se que não há projectos perfeitos e que, ao longo do percurso de implementação, é normal que surjam imprevistos e obstáculos que têm de ser ultrapassados. É precisamente por ser necessário contornar estas contrariedades no quadro de respostas relativamente rápidas, que se torna necessário ter mecanismos de registo que ajudem a identificar os problemas e a reflectir colectivamente sobre eles, de modo a conseguir ultrapassá-los.

Uma boa concepção do projecto minimiza os imprevistos e reduz os obstáculos, mas nós não dominamos todos os factores que influenciam a intervenção social, pelo que devemos estar preparados para lidar com situações novas.

Note-se que esta reflexão colectiva deve inicialmente, ser feita, no contexto de cada parceria mas, nalguns casos mais complexos ou que suscitam maior dúvida, pode-se recorrer a peritos e/ou a redes mais alargadas (como a Rede CLAII), sobretudo se estas conseguirem funcionar como comunidades de prática²¹.

Uma boa concepção do projecto minimiza os imprevistos e reduz os obstáculos, mas nós não dominamos todos os factores que influenciam a intervenção social, pelo que devemos estar preparados para lidar com situações novas. Afinal, o sucesso de um projecto e a sua transformação numa boa prática também depende de uma capacidade eficaz e eficiente para responder a imprevistos. Não é invulgar alguns projectos darem um salto qualitativo, quando são “forçados” a fazer uma inflexão na sua trajectória devido à identificação de um elemento de insucesso. Há que estar preparado para isto.

21 As comunidades de prática, um conceito desenvolvido e promovido por Etienne Wenger (e Jean Lave), são uma forma de geração de inteligência e aprendizagem colectiva, baseada na colaboração e interacção voluntária e regular de pessoas com interesses ou problemas comuns, que partilham ideias e procuram encontrar, em conjunto, soluções inovadoras. Cooperação e partilha no contexto de grupos de pessoas unidas por práticas, actividades e experiências comuns com o objectivo de gerar conhecimento e soluções novas, são aspectos essenciais das comunidades de prática.

Para concluir, deixamos algumas referências às dificuldades mais destacadas pelos técnicos dos CLAI, aquando do desenvolvimento do seu trabalho:

a) No domínio dos recursos

- O reduzido tempo para a implementação de muitos projectos, que estão dependentes de financiamentos de curta duração e da exigência de resultados imediatos;
- Dificuldade sentida por algumas organizações, na afectação de técnicos que possam dedicar o tempo necessário à implementação do projecto;

b) No domínio da execução de tarefas

- Tendência para simplificar diagnósticos e frequente ausência – pelo menos explícita – de *benchmarking*;
- Algum défice na definição de objectivos claros (em relação às actividades anuais dos CLAI e aos projectos específicos), designadamente no que diz respeito à sua explicitação de molde a que possa ocorrer uma verificação baseada em indicadores de realização e de impacto (alguma dificuldade em incorporar a ideia de que são necessárias “evidências empíricas” para acompanhar e avaliar um projecto);
- Nalguns casos, parece verificar-se alguma dificuldade para identificar e mobilizar pessoas-recurso;

c) Na obtenção de resultados

- Dificuldade, relativamente frequente, em mobilizar o público-alvo de modo a que haja uma correspondência entre o que estava previsto na concepção e o que efectivamente ocorre;
- Dificuldade em incorporar as dimensões *empowerment* (o que está associado aos défices de participação dos públicos-alvo) e, também, a anti-discriminação. As actividades parecem privilegiar a integração, assumindo os imigrantes como público-alvo.

Dificuldades mais destacadas pelos técnicos:

- *Tempo reduzido para a implementação de muitos projectos;*
- *Tendência para simplificar diagnósticos e ausência de benchmarking;*
- *Algum défice na definição de objectivos claros ;*
- *Défice de mobilização do público-alvo, nalgumas iniciativas;*
- *Problema em incorporar a dimensão empowerment.*

iii) O “pós-actividade”

Um projecto não se esgota no momento em que foram concluídas as suas actividades. Antes de proceder ao seu encerramento, torna-se fundamental analisar a sua qualidade intrínseca, avaliar os resultados finais e, desejavelmente, abrir caminho para que os resultados ou “produtos” do projecto sejam disseminados, designadamente se forem considerados boas práticas.

Uma das formas de analisar a qualidade de um projecto consiste na sua validação, processo que foi objecto de significativa experimentação e desenvolvimento metodológico no contexto do programa EQUAL, designadamente no quadro do Gabinete de Gestão em Portugal²².

Uma das formas de analisar a qualidade de um projecto consiste na sua validação, que consiste num processo de reflexão colectiva que envolve autores, pares (outros actores com intervenção no mesmo domínio), peritos e beneficiários, que tem como objectivo proceder à análise dos projectos, apresentando sugestões de melhoria que contribuam para a qualificação das actividades.

Em termos sintéticos, a metodologia de validação visa promover um processo de reflexão colectiva que envolve autores, pares (outros actores com intervenção no mesmo domínio), peritos e beneficiários, que tem como objectivo proceder à análise dos projectos, apresentando sugestões de melhoria que contribuam para a qualificação das actividades, ao mesmo tempo que promove o seu reconhecimento social.

Do ponto de vista metodológico, a validação envolve três etapas²³:

1ª Apresentação do projecto pelos autores, realçando os conteúdos principais, o seu eventual carácter inovador e os resultados obtidos, se possível com recurso a testemunhos dos beneficiários;

2ª Análise do projecto em pequenos grupos de peritos, pares e potenciais utilizadores e preenchimento de uma grelha de validação que inclui dimensões de análise da qualidade das actividades, espaços para identificação de pontos fortes e pontos fracos e,

22 A este propósito, ver a brochura *Validação de Produtos Inovadores* produzida pelo Gabinete de Gestão EQUAL, em Lisboa.

23 Síntese dos conteúdos da brochura de *Validação de Produtos Inovadores* (op.cit.).

também, espaços para a inclusão de sugestões²⁴;

3ª Partilha entre todos os participantes – incluindo os autores - dos resultados da análise do projecto efectuada pelos pequenos grupos de trabalho. Eventual acrescento de esclarecimentos por parte dos autores e discussão geral.

Caixa 4.1

A validação – uma metodologia para a análise da qualidade e para a melhoria contínua

“O programa EQUAL atribuiu grande importância aos momentos da auto-avaliação, de análise crítica, de reflexão partilhada e de preparação para a disseminação. Estes momentos são uma oportunidade para o aperfeiçoamento e a consolidação dos Produtos, para a sua melhoria e adaptação aos utilizadores, de forma a poderem ser úteis e apropriáveis por outras entidades que procuram novas soluções ou desejam melhorar as suas próprias práticas. Em síntese, são quatro os objectivos da validação de produtos:

- promover uma reflexão alargada sobre os Produtos em desenvolvimento ou já realizados pelos projectos(...);
- promover a qualidade e a melhoria continua dos Produtos;
- promover o reconhecimento social dos Produtos;
- perspectivar a estratégia e antecipar a etapa de disseminação dos Produtos.”

Gabinete de Gestão EQUAL (2007) – *Validação de Produtos Inovadores*

Para além da validação do projecto e das suas actividades, aquele deve ser objecto de um processo de avaliação que inclua, uma componente de auto-avaliação e uma componente de avaliação externa²⁵. As metodologias de avaliação – formal – de projectos estão bem

24 Ver exemplo de ficha de validação adaptada a projectos na área da integração de imigrantes e da interculturalidade no anexo.

25 A realização de um momento de avaliação intermédio (on going) pode revelar-se muito útil, designadamente se se tratar de um processo de auto-avaliação.

estabelecidas e têm vindo a ser sistematicamente aplicadas ao longo dos últimos 20 anos. Estando claramente fora do âmbito deste manual discuti-las²⁶, pretende-se apenas chamar a atenção para alguns aspectos que são fundamentais para a realização de uma boa avaliação, designadamente:

- O estabelecimento de objectivos claros para o projecto;
- A construção de indicadores – quantitativos e/ou qualitativos – de realização (o que fizemos na actividade – quantos manuais, quantas acções de formação, n.º formandos ou utilizadores, etc.) e, desejavelmente, de impacto (quantos dos imigrantes acompanhados no CLAI tiveram os seus problemas resolvidos?; quantos imigrantes que frequentaram determinado curso de formação em língua portuguesa identificaram benefícios tangíveis resultantes dessa formação, no domínio relacional ou do mercado de trabalho?);
- A manutenção de registos das realizações, dos seus frequentadores e utilizadores, incluindo o preenchimento e análise de fichas de avaliação das actividades;

O objectivo fundamental dos projectos é dar resposta a um problema através da realização

Alguns aspectos fundamentais para a realização de uma boa avaliação, incluem:
- O estabelecimento de objectivos claros para o projecto;
- A construção de indicadores – quantitativos e/ou qualitativos – de realização e de impacto;
- A manutenção de registos vários e sistemáticos.

de uma ou várias actividades ou tarefas, que, ao serem reconhecidas e valorizadas, quer pelo público-alvo quer por outros actores com actividade no mesmo domínio, adquirem potencial para se transformar em boas práticas. Efectivamente, para que uma actividade incluída num projecto adquira o estatuto de boa prática, deve ter algum carácter inovador e reunir características de utilidade, sustentabilidade, eficácia e eficiência, para além de respeitar aspectos transversais como o *empowerment*, a igualdade e o princípio da anti-discriminação. Além disso, deve ser passível de reprodução noutros contextos²⁷, naturalmente por via de um processo de incorporação adaptativa.

Isto significa que, mesmo no caso dos projectos desenvolvidos no âmbito da integração de proximidade, cujas características

26 No que respeita às questões relativas à avaliação, sugere-se a consulta do Guia para a avaliação do desenvolvimento socioeconómico, publicado pela Comissão Europeia (CE – regional Policy – Info regio) (http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/evalsed/guide/index_en.htm) e, também, de Capucha, L.; Pegado, E. e Saleiro, S. (1999).

27 Ver Equal (2006) – *Guia Prático para o “Mainstreaming”*, pp. 24-25.

não são, frequentemente, de carácter experimental, emergem vários exemplos de boas práticas que devem ser divulgadas e disseminadas para que outros possam tirar partido dessas experiências e, porventura, adaptá-las e replicá-las noutros contextos.

A re-criação do já existente significa um desperdício de recursos, que em contextos de escassez deve ser evitado.

Tal quer dizer que as parcerias dos projectos devem divulgar as actividades que consideram boas práticas no domínio da integração local e da promoção da interculturalidade, mobilizando para isso recursos como a Rede CLAI, mas utilizando também outros canais como as Redes Sociais Locais, a participação em encontros sobre intervenção social onde as experiências possam ser transmitidas ou a difusão via redes sociais na internet.

Deve frisar-se que para este processo de difusão de boas práticas é importante identificar potenciais interessados (por exemplo, outras instituições com actividade no mesmo domínio, fundações, órgãos da administração central e autárquica com responsabilidades na intervenção social), podendo recorrer-se, quer a processos formais, quer a processos informais. Com frequência, os contactos pessoais são uma boa forma de ultrapassar barreiras e de cativar interessados²⁸.

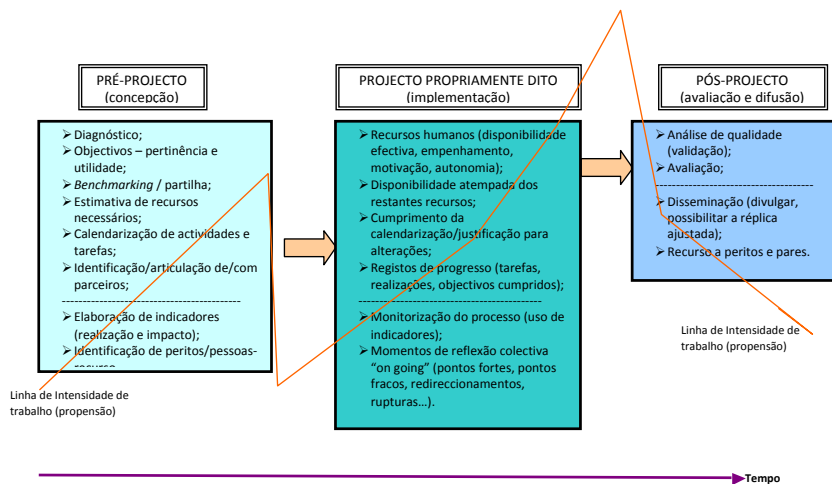


Figura 4.1 – Etapas de elaboração de um projecto (processo técnico)

28

Para saber mais sobre estratégias de disseminação, aconselha-se a consulta dos documentos EQUAL produzidos neste domínio, designadamente o supracitado Guia Prático para o "Mainstreaming".

4.3 Conceber e implementar actividades numa lógica de projecto II – uma síntese dos critérios

No ponto anterior, preocupámo-nos em identificar o conjunto de processos que estão associados ao ciclo de um projecto e que se consideram essenciais para a concretização e sucesso das actividades nele incluídas. Tratou-se de uma perspectiva linear, que assume o factor tempo (resumido nas três etapas principais) como elo de ligação das várias componentes.

Requisitos que um projecto na área da integração de proximidade dos imigrantes e da promoção da interculturalidade deve cumprir para ser bem sucedido:

No presente ponto adopta-se uma visão de síntese, organizada de forma menos linear, que procura destacar e justificar o conjunto de requisitos que um projecto na área da integração de proximidade dos imigrantes e da promoção da interculturalidade deve cumprir para ser bem sucedido:

a) Utilidade, sustentabilidade e a importância do diagnóstico - Responder a necessidades identificadas e “servir” o público-alvo

- Diagnóstico;

a1) Diagnóstico – O projecto sustenta-se num diagnóstico da situação do caso concreto sobre o qual se pretende actuar, que apresente evidências empíricas de que a problemática existe e requer intervenção. Embora não se trate exactamente de diagnóstico, é importante que os promotores desenvolvam alguma actividade de *benchmarking*, averiguando o tipo de respostas já existentes para a problemática relativamente à qual pretendem actuar (caso existam), não só evitando redundância e desperdício de recursos, como potenciando a capacidade criativa associada à geração de efeitos que se podem acumular sobre os elementos de resposta ensaiados noutra contexto.

- Utilidade;

a2) Utilidade - Tem potencial para responder aos problemas e necessidades dos cidadãos imigrantes ou às necessidades de promoção da interacção positiva entre todos os membros que participam nas comunidades locais. Visa-se a identificação de vantagens/ganhos para o(s) público(s)-alvo numa perspectiva de promoção da integração e da interculturalidade;

- Sustentabilidade;

a3) Sustentabilidade – Traduz-se na geração de benefícios du-

radouros para os públicos-alvo directamente implicados e para o conjunto da comunidade local.

b) Realismo, optimização e exequibilidade – Chegar a resultados, gerir bem os recursos

b1) Realismo - Os meios financeiros, técnicos e humanos são adequados às necessidades do projecto, das suas várias fases e actividades. Neste domínio, deve considerar-se a relação custo/benefício associada ao projecto que, em matéria de avaliação, remeterá sempre para os critérios de eficácia (conseguir dar resposta às necessidades identificadas; satisfazer os objectivos definidos) e eficiência (relação entre recursos e resultados – obter resultados igualmente bons poupando mais recursos, o que significa dar relevância aos meios que possibilitam a chegada aos resultados);

- *Realismo;*

b2) Temporalidade – É realista e oportuno na sequência cronológica das tarefas e na definição dos prazos de execução das actividades;

- *Temporalidade;*

c) Inovação – Incorporar o princípio da inovação social

c1) Inovação - Grau de inovação das actividades propostas (que devem estar orientadas para a promoção da inclusão social e incorporar uma dimensão de *empowerment*), seja pela introdução de elementos completamente novos, seja pela reconstrução criativa de respostas já experimentadas. É importante verificar até que ponto as actividades são distintas das ofertas existentes (o que remete para a questão do *benchmarking* referida em a1) ou incluem aspectos inovadores em termos de organização, características e envolvimento dos actores, entre outros.

- *Inovação;*

d) Disseminação – difundir e replicar (identificação de lógicas de apropriação externa e de continuidade de actividades)

d1) Transferibilidade/continuidade - As actividades têm

- *Transferibilidade/
continuidade;*

características para serem continuadas neste ou noutros contextos. Corresponde a uma resposta relativamente universal e apresenta suportes (manual, guia descritivo da implementação com apresentação de evidências e recomendações, etc.) que facilitam a sua incorporação por parte de outras organizações.

e) Trabalho em equipa, mobilização e desenvolvimento de parcerias: abertura de espírito, cooperação e intercâmbio

- Mobilização;

e1) Mobilização – Colocar em prática parcerias eficazes. Ter capacidade para mobilizar actores locais externos às entidades responsáveis e para incorporar recursos locais específicos.

- Trabalho em equipa; processos colaborativos e aprendizagem colectiva.

Ainda neste domínio, é fundamental ter competências para o trabalho em equipa, que passam pelo envolvimento em processos colaborativos e de aprendizagem colectiva, que implicam saber ouvir os outros, desenvolver e aceitar críticas construtivas e ser responsável nos compromissos e processos de partilha.

f) Aspectos transversais e específicos - dimensões da mudança, da cidadania e da coesão social: Empowerment, combate à discriminação, igualdade de oportunidades e promoção da interacção positiva (interculturalidade)

- Empowerment;

f1) *Empowerment* - Grau de participação, responsabilização e autonomia dos cidadãos imigrantes. Contributos para a participação e desenvolvimento/aprendizagem de todos os intervenientes, incluindo o (chamado) “grupo-alvo”. Isto significa que estes devem ser ouvidos nas questões da integração e da interculturalidade e devem, também, poder influenciar a concepção dos projectos e a sua implementação, através da sua participação nos processos de decisão e gestão.

- Igualdade (género e outras dimensões, como a etária ou a da deficiência).

f2) Igualdade - Promoção da igualdade de oportunidades em termos de género e de outras dimensões, como a etária ou a da deficiência (a actividade inclui preocupações efectivas, com a igualdade de oportunidades, em termos de condições de acesso ou de promoção, tanto de homens como de mulheres, mas

também, de idosos, adultos e jovens, de pessoas com e sem deficiência);

f3) Anti-discriminação - Contribuição para o combate aos preconceitos e estereótipos, promovendo a sua desconstrução, à xenofobia e à discriminação em geral.

- Anti-discriminação;

f4) Interação - Promoção da interculturalidade através da interacção positiva entre imigrantes e população autóctone, do reforço das competências comunicacionais e da valorização da diversidade. Isto implica conseguir posicionar-se no âmbito do ponto de vista do “outro”, ser tolerante e capaz de aprender com a diferença.

- Interação.

5. Principais domínios de intervenção – experiências e reflexões

Ao nível da integração local, sobretudo no quadro da responsabilidade das autarquias, alguns estudos mostram que, no âmbito da promoção da integração dos imigrantes, os domínios de intervenção privilegiados correspondem à área social (habitação, educação...) e cultural (festas interculturais, apoio a práticas religiosas e a outros eventos), emergindo, num segundo nível, as questões da cidadania.

Já no que respeita aos principais problemas identificados pelos técnicos dos CLAI em sessões que efectuámos, destacam-se a questão da regularização (uma dimensão fundamental da cidadania), a inserção laboral e o ensino do português, emergindo num segundo nível, a questão da educação, o apoio jurídico e as políticas de reconhecimento (outra dimensão da cidadania).

Os técnicos destacam, como principais problemas, a questão da regularização, a inserção laboral e o ensino do português, emergindo num segundo nível, a questão da educação, o apoio jurídico e as políticas de reconhecimento.

Felizmente, o facto de um número significativo de CLAI (mais de metade) resultarem de protocolos entre diferentes níveis da administração e, desejavelmente, terem procedimentos fortes de articulação com todos os parceiros com actividade no domínio da integração, permite um esforço de satisfação combinada dos domínios identificados, quer ao nível das autarquias, quer pelos técnicos mais especializados.

Nas próximas páginas procurar-se-á chamar a atenção para actividades desenvolvidas ao nível local que podem ter repercussões positivas fortes ao nível da integração dos imigrantes ou da geração de processos de interacção positiva. Estas actividades serão distribuídas por 4 domínios-chapéu e ilustradas por exemplos de boas práticas implementadas no âmbito dos CLAI e das organizações que lhes estão associadas.

5.1 Promoção da cidadania e Empowerment

Como pudemos observar no capítulo 3, a posse de uma situação de cidadania plena é uma condição inerente à integração. Isto significa que o défice formal ou efectivo de direitos se traduz em situações de exclusão e numa capacidade limitada de reivindicar uma posição mais justa na sociedade.

Nos países da Europa do Sul como Portugal, as frequentes situações de irregularidade dos imigrantes, resultantes de processos de gestão deficiente do recrutamento formal que conduziram ao predomínio das entradas irregulares relativamente às legais nos anos 90 e início

do presente decénio, têm sido a primeira causa do défice de cidadania destas populações. Como a larga maioria dos imigrantes não deseja a irregularidade – senão como forma de contornar a ausência de canais de recrutamento legal eficientes ou, porventura, numa fase muito inicial da sua presença -, como demonstram a enorme adesão aos programas de regularização extraordinária²⁹ e as exigências das associações de imigrantes, a questão da legalização emerge como uma das tarefas fundamentais das organizações, públicas e do terceiro sector, que têm estas populações como público-alvo³⁰.

Actualmente, encontramos-nos num momento de menor afluxo de imigrantes quando comparado com a situação vivida na transição do século e, por outro lado, a alteração legislativa ocorrida em 2007 (Lei nº23/2007 de 4 de Julho) veio possibilitar, através do seu artigo 88º, nº2, a execução das denominadas regularizações “caso-a-caso”. Através deste dispositivo legal, os imigrantes que se encontram em situação irregular em Portugal podem solicitar a obtenção de uma autorização de residência, mediante apresentação de contrato de trabalho, de comprovativo de realização de descontos para a segurança social e de comprovativo de entrada legal no país.

Apesar das possibilidades oferecidas por este artigo, que garantiram a regularização, através da entrega, entre 2007 e o presente, dos primeiros títulos de residência a algumas dezenas de milhar de estrangeiros não comunitários³¹ já instalados no país, a sua aplicação na prática depara-se com diversos problemas. Por um lado, para poderem trabalhar, estes estrangeiros necessitam de ter a sua situação regularizada, o que torna a realização de contratos com as pessoas nesta situação um acto ilegal para as entidades patronais. Por outro lado, as condições específicas de aplicação da lei não estão devidamente regulamentadas, o que deixa uma razoável latitude dos serviços (procedimentos diferenciados, tempos de resposta distintos, formas diferentes de interpretar os prazos associados a cada situação), no que respeita aos processos de tomada

A irregularidade formal dos imigrantes, resultante de processos de recrutamento deficientes, é a primeira causa do défice de cidadania destas populações. A legalização emerge como uma das tarefas fundamentais das organizações, que têm estas populações como público-alvo.

29 Nos anos de 1992 e 1996 (concessão de títulos de residência), 2001 (concessão de autorizações de permanência); em 2003 (acordo luso-brasileiro, também conhecido por acordo de Lula) e 2004 (em ambos os casos, concessão de vistos de trabalho).

30 Uma das reuniões com os técnicos dos CLAll foi elucidativa relativamente a esta questão, uma vez que estes a destacaram, claramente, como a primeira prioridade de intervenção.

31 A entrada e permanência em território nacional dos estrangeiros oriundos dos outros Estados-membros da UE está regulada na Lei nº37/2006, de 9 de Agosto. Para que possam residir e trabalhar em Portugal, é-lhes exigido a posse do Certificado de Cidadão Comunitário, cuja emissão compete ao SEF, mas que, por via de acordos estabelecidos entre este e diversas autarquias, pode também ser emitido por estas. A renovação deste certificado compete sempre ao SEF.

de decisão específicos.

Perante este quadro, presentemente agravado pelo incremento das situações de desemprego entre os imigrantes, as actividades dos CLAII e dos seus técnicos neste domínio revelam-se cruciais, mas apenas podem ser executadas com base numa forte cooperação ou mesmo com recurso a parcerias que envolvam, várias entidades, com destaque para o SEF.

Para que as tarefas neste domínio sejam mais eficientes e úteis para os imigrantes, a identificação de interlocutores privilegiados no SEF torna as respostas mais precisas e facilita a sua sintonização. Adicionalmente, uma boa cooperação entre CLAII e SEF ao nível local e regional traduz-se em ganhos evidentes para os serviços (optimização) e, sobretudo, para os imigrantes (melhor circulação da informação, acompanhamento mais eficiente dos casos, etc.).

Uma vez que a acessibilidade aos CLAII nem sempre é fácil para os imigrantes, torna-se necessário encontrar alternativas criativas que aproximem estes pontos focais daquelas populações. Um bom exemplo consiste na criação de práticas semi-ambulatórias, tal como acontece com os CLAII itinerantes.

As experiências de contacto e cooperação de alguns CLAII da região Oeste e da Península de Setúbal com o SEF são ilustrativas deste processo.

Contudo, nem sempre a acessibilidade aos CLAII é fácil para os imigrantes, uma vez que estes têm frequentemente horários de trabalho que dificultam o recurso aos serviços e residem/desenvolvem a sua actividade longe destas estruturas. Por estes motivos, torna-se necessário encontrar alternativas criativas que aproximem estes pontos focais dos imigrantes, melhorando as respostas. Um bom exemplo consiste na criação de práticas semi-ambulatórias, tal como o CLAII itinerante de Loures³² (caixa 5.1), que leva este serviço, nalguns casos com recurso a processos integrados de atendimento que envolvem o Serviço Social, a algumas freguesias não servidas por estruturas fixas.

Este tipo de soluções, que pode ser desenvolvido de forma completamente ambulatória (com recurso a um veículo devidamente adaptado, por exemplo), parece ajustar-se a outros contextos territoriais não metropolitanos, nomeadamente áreas de baixa densidade demográfica, povoamento esparsa e volumes reduzidos de imigrantes, em que a prestação do serviço pode ser articulada entre autarquias/entidades da sociedade civil e entre serviços (ACIDI, I.P., SEF, Segurança Social).

32

Outros exemplos de itinerância na Rede CLAII são: Alenquer, Amadora-Buraca, Amadora-Venteira, Coruche, Estremoz, Almada-Laranjeiro, Lisboa-Charneca, Moita - Vale da Amoreira, Montijo, Óbidos, Oliveira de Azeméis, Oeiras - Paço de Arcos, Oeiras - Porto Salvo, Porto, Santarém, Seixal, Sesimbra, Silves, Sines e Sintra - Queluz.

Caixa 5.1

“CLAI Itinerante”

Câmara Municipal de Loures – Entidade responsável pelos CLAI de Loures

Os CLAI Itinerantes, dinamizados por técnicos da Câmara Municipal de Loures, surgiram no concelho de Loures em 2007 procurando promover a igualdade de oportunidades no acesso à informação a todos os munícipes. Desde cedo, e apesar de existirem 3 CLAI “fixos” no concelho de Loures, a Câmara Municipal percebeu a abrangência reduzida da Rede CLAI existente, face à dimensão territorial do concelho, à sua densidade populacional e à procura que este serviço estava a ter. Por outro lado, e mantendo o pressuposto de que a população imigrante residente tinha um défice de informação relativa aos seus direitos e processo de regularização da sua estada, verificou-se a pouca mobilidade desta população devido, quer à rede pública de transportes (interna) deficiente, quer à postura apática deste público.

Assim, procurando responder a estes “problemas”, bem como, pretendendo aumentar o número de utilizadores da rede e promovendo parcerias entre a autarquia e outras entidades concelhias (por exemplo, contribuindo para a dinamização do plano de actividades de associações de imigrantes), decidiu-se criar e manter em permanência, um número mínimo de, 4 CLAI considerados *itinerantes*.

Os CLAI itinerantes caracterizam-se por: (i) se fixarem em freguesias onde não existe este serviço, (ii) pelo seu número reduzido de dias de atendimento por mês (entre 2 a 4 dias/mês), (iii) pela adaptação do seu horário ao público destinatário e (iv) pela sua “maleabilidade” e desconcentração, isto é, partindo de avaliações periódicas poderá ser decidido suspender o atendimento CLAI Itinerante num determinado local e iniciá-lo noutra onde a necessidade se faça sentir.

Em alguns CLAI Itinerantes promove-se o denominado Atendimento Integrado. Nestes casos, para além do técnico mediador do CLAI, está presente um técnico de serviço social, por forma a promover o atendimento social aos imigrantes que o solicitem (atendimento mais “abrangente”).

Essencialmente, os CLAI itinerantes concorrem para os mesmos objectivos de um CLAI “fixo” acrescido do facto de, em virtude do seu carácter ambulatório, assegurarem uma maior abrangência territorial, contribuindo para a integração dos imigrantes.

São distintas as dificuldades encontradas no âmbito dos CLAI Itinerantes emergindo, por exemplo, a pouca afluência de imigrantes que poderá conduzir

à suspensão desse CLAII e à sua desconcentração para outra freguesia. Outras dificuldades dizem respeito ao facto de, em alguns locais, o atendimento ser efectuado em espaços inadequados para o efeito, ou ainda, pelo facto dos recursos humanos serem escassos face às solicitações.

**Para mais informações, contactar: Câmara Municipal de Loures
Tel: 21 115 08 50/60; E-mail: paulo_jose@cm-loures.pt
Pessoa de contacto: Paulo José Silva**

Num plano distinto da cidadania, alguns municípios procuraram dar voz aos imigrantes através da criação de Conselhos Consultivos (Lisboa, Porto), onde representantes daqueles podem apresentar os seus problemas e propostas de solução para serem implementadas ao

Há municípios que implementaram estratégias com um carácter mais integrado e holístico, procurando dar voz simultânea a imigrantes e autóctones e promovendo, mais activamente, a implementação de soluções para os problemas detectados.

nível local. Estes conselhos consultivos, mais pertinentes nos locais de maior concentração de imigrantes, são justificados por vários motivos, sendo um dos mais relevantes o facto de a maioria destas populações não poderem influenciar as políticas locais através do voto, uma vez que estão formalmente excluídas desse direito³³.

Neste quadro, há municípios que optaram por estratégias distintas que assumem um carácter mais integrado e holístico, procurando dar voz simultânea a imigrantes e autóctones e promovendo, mais activamente, a implementação de soluções para os problemas detectados. O Fórum Cidadania do Seixal (caixa 5.2) é o exemplo de uma boa prática neste domínio, consistindo num espaço de reflexão conjunta que envolve técnicos, imigrantes e estruturas que os representam, outras organizações da sociedade civil e do tecido económico, que reúne anualmente com o propósito de debater os problemas locais

da imigração e de encontrar respostas concretas para esses problemas. Há um esforço de implementação das recomendações do Fórum por parte dos parceiros, sendo este processo objecto de alguma monitorização.

Note-se que, ligado ao Fórum Cidadania, funciona o Espaço Cidadania, uma estrutura de atendimento que se aproxima da lógica dos CLAII, mas que tem um maior alcance, desti-

33 No que respeita aos principais grupos de estrangeiros extra-comunitários instalados em Portugal, apenas os cabo-verdianos e os brasileiros têm direito de voto, uma vez que apenas estes dois países aplicam a cláusula de reciprocidade exigida pela Constituição da República Portuguesa para conceder o direito de voto a cidadãos estrangeiros não comunitários, nas eleições autárquicas.

nando-se explicitamente a imigrantes e autóctones, nele funcionando outros serviços, nomeadamente um CLAI e um Gabinete de Inserção Profissional (GIP), para além de sistemas de apoio psicológico e jurídico. Este Espaço Cidadania assenta na existência de um Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural que permite accionar, de forma ágil, outras valências por recurso aos parceiros que o subscreveram.

Caixa 5.2

“Fórum Cidadania”

Câmara Municipal do Seixal – Entidade responsável pelo CLAI do Seixal

No contexto do Projecto Migrações e Desenvolvimento, enquadrado na Iniciativa Comunitária EQUAL, e desenvolvido pela C.M. do Seixal em parceria com diversas entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, e na sequência de um diagnóstico efectuado em 2002 que identificou quer dificuldades de inserção social e profissional ao nível do público-alvo e de inadequação e desarticulação de respostas promovidas por entidades públicas e privadas, quer potencialidades ao nível dos recursos em diferentes domínios e áreas de intervenção, foi planeada para o município do Seixal uma experiência piloto de intervenção integrada no domínio da inserção social e profissional dos imigrantes.

A consciência de que os processos de exclusão são dinâmicos e multidimensionais, isto é, estão ligados não só ao desemprego e/ou baixos salários, mas também às condições de habitação, níveis de educação e oportunidades de saúde, discriminação, cidadania e integração na comunidade local, torna claro que a promoção da inclusão implica uma intervenção conjugada de diferentes níveis e áreas de actuação, com a cooperação de diversos agentes e actores sociais.

Neste sentido e tendo como principal estratégia a articulação e co-responsabilização das instituições e serviços, desenvolve-se, através de uma gestão integrada de recursos e encaminhamentos, uma acção colectiva de base local, capaz de:

1. Promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas no mercado de trabalho e na sociedade no respeito pelas suas identidades culturais religiosas e étnicas;
2. Prevenir e combater as discriminações raciais, étnicas e/ou com base no género;
3. Dinamizar o associativismo imigrante e as suas actividades
4. Promover o diálogo intercultural e interpessoal.

Público Alvo:

- Populações migrantes, grupos étnicos e culturais e outros em situação de desigualdade e risco de exclusão social;
- Agentes de entidades públicas e privadas que directa e indirectamente intervêm com aqueles públicos (administração pública, empresas, sindicatos, associações culturais, desportivas e de imigrantes e munííipes em geral).

O Fórum para a Cidadania é uma iniciativa que visa promover um espaço de reflexão conjunta e debate sobre os problemas que afectam a população migrante e as comunidades culturais, de forma a reforçar o trabalho em parceria que tem vindo a ser desenvolvido ao nível da integração dos/as migrantes e do fortalecimento do diálogo intercultural. Reúne anualmente, é composto por todas as entidades que fazem parte do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal, e está aberto à participação de todas as pessoas colectivas e singulares que desejem contribuir para um desenvolvimento local integrado e sustentável. Os temas que são debatidos, resultam da partilha de opiniões, de todos os parceiros do pacto, que se reúnem anualmente em assembleia. O Fórum promove assim, um espaço de reflexão conjunta, discussão e debate, estimulando a participação de todos/as (dos públicos-alvo, da população, dos técnicos e de outros representantes das entidades e serviços), de forma a facilitar um melhor e maior conhecimento dos problemas, a procura de soluções e a formulação de respostas, reunindo para o efeito as sinergias necessárias.

Esta prática promove uma cultura de convivência e de diálogo intercultural, através da consciencialização e responsabilidade partilhada das pessoas e das organizações nos domínios da não discriminação, da promoção de condições para uma cidadania plena, da capacidade de organização, do poder de participação e da inclusão, à luz da igualdade de homens e mulheres migrantes ou que integram grupos ditos “étnicos”, culturais e socialmente mais desfavorecidos. Procura colaborar na promoção de mecanismos facilitadores da inserção no mercado de trabalho, em particular, e na sociedade portuguesa em geral, promove e valoriza as culturas de pertença das populações imigrantes e outros grupos culturais e promove o reforço da consciência social e responsabilidade partilhada dos indivíduos e das organizações.

Em suma, o Fórum para a Cidadania é um espaço onde se procuram identificar problemas e/ou constrangimentos e encontrar respostas em conjunto com todos os participantes. Com esse objectivo, emanam do Fórum recomendações, com as quais os participantes se comprometem, implementando-as nas actividades das suas organizações, com vista à criação de respostas mais eficazes, numa lógica

integrada e de subsidiariedade.

O Fórum Cidadania é um produto do Projecto Migrações e Desenvolvimento, certificado como uma boa prática pelo gabinete de gestão EQUAL, já com um conjunto de resultados positivos gerados por esta metodologia de trabalho, que se consubstanciam num aumento progressivo de parceiros do Pacto Territorial para o Dialogo Intercultural do Seixal e uma elevada percentagem de recomendações, que são efectivamente postas em prática visando assim a solução concreta dos problemas do público-alvo. Face a estes resultados consideramos tratar-se de uma prática a manter-se, replicando-a em outros contextos. Nesta sequência procuramos igualmente incorporar esta metodologia de trabalho dentro dos parceiros do Pacto Territorial, através da criação de grupos de trabalho temáticos, dos quais devem igualmente surgir recomendações a incorporar nos planos de actividades.

Para mais informações, contactar: Câmara Municipal do Seixal
Tel. 21 097 62 20/3; E-mail: helena.palacino@cm-seixal.pt
Pessoa de Contacto: Helena Palacino

Mas o reforço da cidadania dos imigrantes pode também resultar de acções como o estímulo ao seu associativismo – sobretudo nas áreas em que é inexistente - ou ao incremento da sua participação política.

Relativamente ao primeiro caso, é muito interessante o esforço do CLAII do município de Macedo de Cavaleiros para incentivar a criação de uma associação local de imigrantes (Caixa 5.3) que possa funcionar, em simultâneo, como uma estrutura que contribui para promover a mobilização colectiva com o intuito de reivindicar respostas para os problemas dos imigrantes no município e na região e, também, para, eventualmente, promover a sua chegada - e instalação –, em articulação com outros parceiros públicos e do mundo empresarial, numa região que apresenta problemas graves de envelhecimento e despovoamento.

Caixa 5.3

“Associação de Imigrantes de Trás-os-Montes”

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros – Entidade responsável pelo CLAII de Macedo de Cavaleiros

A AITM – Associação de Imigrantes de Trás-os-Montes, nasceu do Projecto IN.TE.GRAR@AGORA:MAC, que resultou de uma proposta do CLAII de Macedo de Cavaleiros, submetida ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., no âmbito do Desenvolvimento de Projectos Municipais para a Promoção da Interculturalidade, financiados pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros - FEINPT

A constituição de uma Associação de Imigrantes era uma das principais finalidades do projecto. Esta associação que já existe formalmente, desde Março de 2010, pretende contribuir para a integração de Imigrantes no Distrito de Bragança, procurando zelar pelo cumprimento dos seus direitos e também pelo cumprimento dos seus deveres, procurando criar condições para ajudar estes cidadãos a ultrapassar os seus problemas e dificuldades, quer ao nível do acolhimento inicial de imigrantes, quer ao nível da educação, da integração no mercado de trabalho, da promoção do empreendedorismo, da participação na comunidade local, e, por fim, da própria sensibilização da opinião pública.

Contudo, o grande objectivo desta Associação é também o de mostrar à comunidade de acolhimento os contributos que os Imigrantes podem dar para as dinâmicas de desenvolvimento dos Municípios do Distrito de Bragança.

Como todas as Associações esta rege-se, integralmente, pelos princípios do associativismo – Adesão voluntária e livre; Gestão democrática pelos seus membros; Participação económica dos seus associados; Autonomia e independência; Educação, Formação e informação; e Interesse pela comunidade – visando contribuir para a resolução dos problemas dos Imigrantes do Distrito de Bragança e, também, das comunidades locais de acolhimento, como forma de contribuir para o Desenvolvimento Local do Distrito, produzindo ganhos sociais e económicos, numa perspectiva de responsabilidade social. Promove-se assim um processo de tomada de decisões que tenha em atenção o desenvolvimento sustentável da Associação, considerando o bem-estar dos seus associados, mas também os impactos sociais, económicos e culturais das suas decisões para a comunidade.

Os grandes objectivos da AITM são: (i) Promover a integração de imigrantes e/ou minorias étnicas ao nível económico; (ii) Criar e manter serviços de apoio; (iii) Apoiar a formação técnica de suporte a iniciativas empresariais, culturais e sociais;(iv) Apoiar a formação profissional e fomentar o aumento da qualificação profissional e académica; (v) Estabelecer parcerias com associações congéneres portuguesas ou estrangeiras para a promoção de acções conjuntas de informação/formação; (vi) Organizar actividades culturais, recreativas e/ou desportivas, bem como intercâmbios internacionais;(vii) Contribuir para a formação de uma opinião pública positiva face à imigração; Combater a xenofobia e todo o tipo de discriminação; Criar e reforçar laços de amizade e solidariedade entre povos; (viii) Participar na definição e execução de políticas locais relacionadas com a imigração;(ix) Beneficiar de apoio técnico e financeiro por parte do Estado e (x) Criar empresas de inserção.

A AITM tem como fim colaborar na execução de políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração de imigrantes e minorias étnicas, bem como dos seus descendentes, a nível social, económico e cultural, assim como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões implementadas no distrito de Bragança.

**Para mais informações, contactar: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
Tel: 278 420 420; E-mail: claimacedo@hotmail.com
Pessoa de contacto: Fátima Ferreiro**

No que respeita à questão da participação política, o exemplo da campanha “Quem não Vota, não Conta”, promovida pela Associação dos Imigrantes nos Açores AIPA/CLAII-Ponta Delgada e Angra do Heroísmo (caixa 5.4), mostra como é possível estimular os cidadãos imigrantes para o recenseamento e a participação eleitoral através do voto e, mesmo, da entrada em eventuais listas de candidatos. Este tipo de acções deve ser efectuado em cooperação com os partidos políticos, envolvendo estes e as associações de imigrantes, acentuando-se em períodos próximos das eleições autárquicas. A iniciativa deve estender-se a todo o país e pode ser um contributo para a chegada a novos patamares ao nível da participação política dos residentes estrangeiros não comunitários – a generalização do voto nas autárquicas com remoção da exigência constitucional da reciprocidade; a possibilidade de participação nas eleições para órgãos regionais e nacionais.

Caixa 5.4

Campanha “QUEM NÃO VOTA NÃO CONTA” Associação dos Imigrantes nos Açores – AIPA - Entidade responsável pelos CLAII de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo

Segundo os dados do SEF, em 2008, residiam na Região Autónoma dos Açores cerca de 4.220 cidadãos estrangeiros com Autorização de Residência. Nesse mesmo ano, somente 46 estrangeiros estavam inscritos no caderno eleitoral. Tendo em conta que a Lei 13/99, de 22 de Março e a Lei 3/2002, de 8 de Janeiro, permitem o recenseamento de cidadãos estrangeiros, nomeadamente cabo-verdianos e brasileiros, a AIPA, através do CLAII de Ponta Delgada, lançou uma campanha com o objectivo de contribuir para uma maior participação política dos cidadãos estrangeiros nos Açores, reforçando factores de integração, designadamente a denominada cidadania política.

Objectivos específicos desta campanha:

- Aumentar o número de cidadãos estrangeiros recenseados;
- Aumentar a taxa de participação política dos cidadãos estrangeiros nos Açores;
- Contribuir para uma maior abertura dos partidos políticos à participação política dos cidadãos imigrantes.

A campanha de rua foi feita nos meses de Julho e Agosto, mas é uma actividade a ser desenvolvida ao longo do ano, partindo do pressuposto de que o direito de voto é um instrumento importante na construção e valorização da democracia, quem não tem esse direito ou não está em condições de exercê-lo, não é um cidadão completo.

O público-alvo desta actividade são cidadãos estrangeiros com o direito a votar e a serem eleitos de uma forma geral, mais especificamente, os cidadãos cabo-verdianos e brasileiros.

Antes da campanha de sensibilização na rua, realizámos uma conferência em Ponta Delgada denominada “Escola, Associativismo e Participação Política em Portugal” onde fizemos a apresentação da campanha. Nessa conferência estiveram presentes todos os representantes dos partidos políticos com assento parlamentar da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente, PS, PSD, PCP, PP e BE.

Para a campanha de rua propriamente dita, foram feitos 150 cartazes com o título “QUEM NÃO VOTA NÃO CONTA, e - POR + CIDADANIA, RECENSEIE-SE” e 10.000 desdobráveis com descrição pormenorizada sobre o processo eleitoral e os direitos dos cidadãos estrangeiros ao votarem e serem eleitos.

Contactámos e enviámos cartazes e desdobráveis para todas as Juntas de Freguesias dos Açores.

Durante dois dias, fizemos campanha de rua. Fomos aos bairros onde existe maior concentração dos imigrantes cabo-verdianos a brasileiros, conversámos pessoalmente com os imigrantes esclarecendo todas as dúvidas relativamente ao processo de recenseamento. Em suma, procurámos informar os cidadãos estrangeiros dos seus direitos.

A maior dificuldade na altura da realização da campanha foi o facto de não podermos desenvolver a mesma campanha em todas as ilhas dos Açores, dada a insularidade e a descontinuidade territorial. O quadro legal e o regime de reciprocidade que limita a participação dos cidadãos estrangeiros na vida política portuguesa, foi outro constrangimento.

Vale a pena continuar e replicar esta actividade visto que as comunidades de imigrantes mais representativas em Portugal (brasileiros e caboverdiano) têm direito de votar e a serem eleitos.

**Para mais informações, contactar: Associação dos Imigrantes nos Açores
- AIPA, Tel. 296 288 001; E-mail: clai.aipa@ipa-azores.com
Pessoa de contacto: Leoter Viegas**

5.2 Integração económica: mercado de trabalho e empreendedorismo

No que respeita ao domínio do apoio à integração no mercado de trabalho, detecta-se um maior défice no conjunto de actividades promovidas pelas instituições locais. As razões para isto são de ordem diversa, sendo de destacar, por exemplo, o facto de as bacias de emprego terem, essencialmente, uma escala regional, verificando-se também que as entidades públicas com competência neste domínio se situam ao nível da administração central, mesmo que esta funcione de modo desconcentrado aos níveis local e regional. Na verdade, o IIEFP implementa, desde há vários anos, o Programa “Portugal Acolhe”, destinado à formação em língua portuguesa e cidadania dos estrangeiros, utilizando para a sua concretização, em larga medida, a rede dos Centros de Emprego.

Para além deste aspecto, a existência de um défice de envolvimento das estruturas empresariais nas actividades direccionadas para a empregabilidade e a integração profissional dos imigrantes vem dificultar a sua implementação³⁴.

No domínio do apoio à integração no mercado de trabalho, detecta-se um maior défice no conjunto de actividades promovidas pelas instituições locais.

Verifica-se também um envolvimento relativamente fraco das estruturas empresariais.

Relembra-se que o desenvolvimento de actividades profissionais é uma condição essencial para a boa integração dos imigrantes, funcionando como base para o bem-estar e, de algum modo, para o equilíbrio psicológico. Adicionalmente, emerge como um factor que alarga o leque de contactos, permitindo aprofundar e ampliar a rede de relações sociais na sociedade de destino. Em contrapartida, a existência de condições de irregularidade e de desinformação, bem como a implementação de formas de recrutamento que incorporam estratégias de *dumping* salarial, acabam por se reflectir em situações de exploração da mão-de-obra imigrante, que vão desde o atraso

ou mesmo recusa nos pagamentos até à prática de salários inferiores à média praticada na função e na actividade e a processos de despedimento mais fáceis.

Tendo isto em consideração, torna-se relevante destacar as actividades destinadas a suprir os défices de informação dos imigrantes relativamente aos seus direitos e deveres no mundo laboral, incluindo-se nos suportes fornecidos os contactos das organizações a que

34 Não obstante esta evidência, existem excepções muito interessantes, de que são exemplo o Ponto Imigrante, orientado para facilitar o acesso à informação e à resolução de problemas legais e sociais dos trabalhadores imigrantes, implementado pela empresa de trabalho temporário Talenter (em parceria com o ACIDI, I.P., nas suas instalações de Algés, no âmbito do Projecto “Vamos Utopiar”), ou as acções de formação “à medida” que, para além, da língua portuguesa e da cidadania, incluem módulos de ensino técnico e profissional, como as implementadas pelo Projecto “Sunrise”, liderado pelo Centro Tecnológico do Calçado, em São João da Madeira ou as desenvolvidas pelo Conselho Português para os Refugiados, em parceria com o Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar (Pontinha), no âmbito do projecto VIAAS. Todos estes projectos foram desenvolvidos no quadro do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL.

podem (ou devem) recorrer neste domínio, como evidencia a brochura “O imigrante e o trabalho”, elaborada e distribuída pelo CLAII de Moura (Caixa 5.5).

Caixa 5.5

BROCHURA “O IMIGRANTE E O TRABALHO”

Câmara Municipal de Moura e Cooperativa Mourense de Interesse Público e Responsabilidade Limitada - COMOIPREL – Entidades responsáveis pelo CLAII de MOURA

O produto “O Imigrante e o Trabalho”, foi desenvolvido pelo CLAII de Moura, no âmbito do projecto “Cidade do Sol”, desenvolvido no contexto da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, em parceria com o ACIDI, I.P. e financiado pelo FEINPT. O objectivo geral deste produto consistiu na elaboração de uma brochura destinada aos Imigrantes, que servisse de guia para a sua integração e inclusão no mundo do trabalho.

Os objectivos específicos foram os seguintes: (1) situar os imigrantes face às realidades do mundo do trabalho,; (2) reunir informação pertinente para a integração no mercado do trabalho, através de um documento prático; (3) promover a confiança e segurança dos imigrantes nesta área, estimulando-os para o reconhecimento dos seus direitos e deveres.

Em termos metodológicos, este produto foi elaborado com recurso a várias fontes de informação de âmbito social, legal e administrativo, entre outros. A brochura identifica assim as diversas estruturas ligadas ao trabalho, tanto na dimensão social, como na dimensão legal abordando ainda os direitos e deveres dos imigrantes nos domínios da Educação, Saúde, Segurança Social e Segurança Pessoal, entre outros.

A transferibilidade deste produto é possível e não apresenta complexidade, mas recomenda-se uma elaboração reflectida e com base numa informação actualizada, dadas as alterações legais e conjunturais que afectam o sistema laboral. Adicionalmente, a sua produção nas línguas faladas pelos principais grupos de imigrantes, bem como a sua disponibilização em formato digital poderão ser mais-valias importantes a considerar no futuro.

Para mais informações, contactar: COMOIPREL, Tel: 285 251 775

E-mail: comoiprel@coimoprel.pt

Pessoa de contacto: Antónia Vilar Baião

Eventualmente, seria interessante que este tipo de informação fosse disseminado, também, entre as entidades patronais, acentuando as mensagens de combate à discriminação no mercado de trabalho.

A actividade empresarial dos imigrantes tem sido realçada enquanto processo capaz de promover sucesso individual e familiar, mesmo que nalguns casos se restrinja a lógicas de economia étnica. Contudo, a maioria das iniciativas empresariais dos imigrantes em Portugal tem como destino todo o tipo de clientes, com destaque para os autóctones, e não exclusivamente os membros do mesmo grupo étnico.

Neste quadro, e numa situação de crise que restringe as oportunidades de emprego dos imigrantes em sectores de inserção tradicionais como a construção civil, a promoção do empreendedorismo tem emergido como um discurso (e mesmo uma prática), alicerçado em

A abertura de negócios por parte dos imigrantes é uma possibilidade interessante, mas não deve ser “a solução”, nem a estratégia seguida por todos estes cidadãos.

alguns mecanismos de política (e.g. microcrédito), que procura incentivar os imigrantes a enveredar por este caminho. Apesar da bondade e do interesse das medidas, deve recordar-se que a sua implementação num contexto de crise envolve riscos acrescidos que, sem a existência de um acompanhamento técnico forte no domínio empresarial e dos negócios, se tornam ainda mais elevados. Efectivamente, é bom estar consciente de que a abertura de negócios é uma possibilidade, mas não deve ser “a solução”, nem a estratégia seguida por todos

os imigrantes. Podendo funcionar, nalguns casos, como alternativa ao desemprego, não pode ser implementada universalmente, até porque em caso de fracasso as consequências tendem a ser francamente nefastas, designadamente se subsistirem dívidas decorrentes do insucesso.

Mesmo assim, é importante a implementação de medidas que divulguem experiências de sucesso neste domínio, como a que está ser preparada pela AIPA, nos Açores, que conta a história de vários empresários bem sucedidos, ou medidas que disseminem boa informação acerca dos negócios dos imigrantes, sobretudo em sectores que podem ter uma componente étnica forte, que pode ajudar à sua valorização, como a música ou a restauração. Um exemplo disto é a Base de Dados de Artistas Estrangeiros (Algarve), desenvolvida pelo CLAI de São Brás de Alportel, que fornece um conjunto de contactos colocados à disposição dos potenciais interessados (Caixa 5.6). Note-se que esta iniciativa poderia ser alargada a todo o território nacional, dependendo o seu sucesso, em larga medida, da estratégia de difusão da Base de Dados e da sua actualização.

Caixa 5.6

“Base de Dados de Artistas Estrangeiros – Algarve” Câmara Municipal de São Brás de Alportel e Associação In Loco – Entidades responsáveis pelo CLAII de São Brás de Alportel

A base de dados de artistas estrangeiros residentes na região algarvia surgiu de uma necessidade diagnosticada em reuniões de coordenação e no contacto com técnicos de outros CLAII, na qual se verificou a dificuldade partilhada em obter contactos de artistas estrangeiros sempre que é necessário realizar algum evento de carácter intercultural.

Para colmatar esta lacuna, em Janeiro de 2009 o CLAII de S. Brás de Alportel deu início à construção de uma base de dados que pretendeu obter uma lista actualizada dos artistas estrangeiros residentes no Algarve. A importância do instrumento parte assim da convicção de que o trabalho destes artistas é de qualidade e merece ser mais valorizado e reconhecido publicamente, nas iniciativas ou eventos promovidos pelas diversas entidades que integram a Rede CLAII.

A base de dados está disponível desde Janeiro de 2009, na Plataforma da Rede CLAII para que possa ser utilizada por todos os CLAII do país e, porventura, por todas as associações e entidades que trabalham em prol dos imigrantes.

A actividade teve início com a elaboração de uma ficha do artista que foi enviada por e-mail para todos os CLAII do Algarve, e que deveria ser preenchida com os dados e contactos de artistas estrangeiros do seu território. Posteriormente, realizaram-se diversos contactos telefónicos no sentido de recolher a informação solicitada.

Todos os dados recolhidos foram inseridos numa base de dados, criada para o efeito em Excel, na qual é possível obter o nome, morada, telefone, e-mail, web site, país de origem, actividade artística e entidade que forneceu o contacto.

A base de dados conta com 46 contactos de artistas/grupos estrangeiros residentes no Algarve, que resultaram de informação fornecida pelos CLAII de S. Brás de Alportel, Lagos, Albufeira, Vila Real de Santo António, Silves, Faro e alguns projectos financiados pelo Programa Escolhas (3.ª geração).

Trata-se de um instrumento muito útil que poderá apoiar na organização de iniciativas ou eventos de âmbito intercultural que promovam e dêem visibilidade ao trabalho desenvolvido por diversos artistas estrangeiros que residem na região algarvia.

Como qualquer BD, o ponto fraco a referir será a dificuldade na actualização constante dos instrumentos, pois a BD necessita que todos os CLAII do Algarve

enviem os novos contactos para o CLAI de S. Brás de Alportel, que funciona como um administrador que se responsabiliza por manter a BD constantemente actualizada.

A actividade poderia ser replicada por todo o território nacional podendo ser alargada a diversas zonas do país ou mesmo ser de âmbito nacional, e neste caso contaria com a recolha de informação por todas as associações de imigrantes, CLAI existentes no país e outras entidades que desenvolvem trabalho nesta área.

Para mais informações, contactar: Câmara Municipal de São Brás de Alportel
Tel: 289 84 00 20; E-mail: clai@cm-sbras.pt
Pessoa de contacto: Ana Rita Viegas

5.3 Integração social: educação, cultura, desporto, apoio social e de emergência e acolhimento inicial

Trata-se de um macro-domínio em que é possível identificar um conjunto significativo de actividades desenvolvidas pelos CLAI e, também, pelas autarquias e organizações da sociedade civil que a eles estão ligadas, quer directamente, quer através de parcerias para o desenvolvimento de projectos.

No domínio das actividades direccionadas para crianças e jovens e seus progenitores, há que realçar as que são orientadas para o desenvolvimento das competências parentais e também aquelas que visam a ocupação de tempos livres dos filhos de imigrantes durante o período das férias estivais.

No domínio específico das actividades direccionadas para crianças e jovens e, nalguns casos, para os próprios pais, as supracitadas organizações evidenciam fortes competências, o que reflecte uma experiência consolidada neste tipo de intervenções, que se procura estender e adaptar às necessidades específicas dos descendentes de imigrantes.

Um exemplo neste domínio refere-se ao desenvolvimento das competências parentais de mães com crianças com menos de 1 ano de idade, no quadro de um processo formativo que envolve, conjuntamente, mães e voluntárias que actuam neste sector (Caixa 5.7 – Escola de Pais da Associação Jerónimo Usera). Esta actividade, que resultou da identificação de défices na prestação de alguns cuidados materno-infantis por parte

de mães carenciadas de origem imigrante, permite responder a três aspectos distintos: i) ao défice de respostas oferecido pelo sector público no domínio do acompanhamento da primeira infância, ao contrário do que acontece com o 1º Ciclo de ensino e mesmo com o pré-escolar; ii) às eventuais distâncias sociais e culturais que existem entre voluntárias e mães e iii) ao próprio défice de competências parentais, cuja superação passa pela transferência dos conteúdos formativos, mas, também, pelo desenvolvimento de redes de apoio e entre-ajuda que envolvem as mães e as voluntárias. Não obstante a relevância e o sucesso desta actividade, levanta-se a questão relativa ao modo de envolver os pais-homens neste processo de aquisição de competências parentais.

Um outro défice de respostas que foi detectado, diz respeito à ocupação dos tempos livres das crianças descendentes de imigrantes, designadamente durante o (longo) período de férias estivais. Neste domínio, é muito interessante a resposta implementada pelo CLAI de Portimão que, ao promover a acção “Rios de Adrenalina” (Caixa 5.8) no contexto de uma parceria entre a Junta de Freguesia e o Clube Naval local, consegue, em simultâneo, contribuir para a construção de processos de inter-conhecimento e interacção positiva entre jovens autóctones e jovens imigrantes (a actividade destina-se aos dois grupos) e garantir a ocupação em tempo de férias no quadro de uma actividade lúdico-desportiva bem enquadrada no “espírito de verão”.

Também fora do âmbito escolar, mas concebida com um objectivo distinto da actividade que se acabou de descrever, a “Academia de Talentos” do Montijo (Caixa 5.9) é um bom exemplo de uma actividade que pretende reforçar as competências pessoais dos jovens de bairros problemáticos, por via da sua participação num projecto artístico. Porque nestes bairros residem jovens que se enquadram em culturas diferentes, esta actividade valoriza a dimensão da interacção cultural, para além de se inscrever num quadro de aprendizagem colectiva (os jovens trabalham em grupo) que pretende gerar um recurso reconhecido e útil para a comunidade local. Decorre daqui um quadro de *empowerment* individual, do grupo de pares e, potencialmente, da própria comunidade de bairro.

No contexto da escola, ainda que remetendo para o claro envolvimento da comunidade escolar, emergem projectos de educação intercultural para o desenvolvimento, que podem

A resposta para o problema do défice de competências pessoais dos jovens descendentes de imigrantes residentes em bairros problemáticos tem passado, entre outros projectos, pela promoção de actividades artísticas orientadas para a interacção cultural e para a aprendizagem colectiva.

claramente beneficiar da presença de um número elevado de estudantes de origem imigrante. O projecto de Educação Intercultural “Povos, Culturas e Pontes”, desenvolvido no quadro do Espaço Cidadania do Seixal (Caixa 5.10), procura responder aos desafios colocados pela elevada diversidade cultural e linguística dos alunos que frequentam as escolas do concelho. Neste sentido, promoveu-se a formação dos agentes educativos na área da comunicação intercultural ao mesmo tempo que se desenvolviam iniciativas que envolviam vários elementos da comunidade escolar (alunos, professores, pais, associações de imigrantes), nomeadamente o intercâmbio com escolas dos países de origem dos descendentes ou dos seus pais (utilizando meios de comunicação clássicos e TIC). Tudo isto facilita o processo de compreensão do outro e da sua cultura, reduzindo o “estranhamento” recíproco e melhorando o diálogo entre os vários grupos étnicos e culturais que integram a sociedade local.

Caixa 5.7

Formação “Escola de Pais” Câmara Municipal de Cascais e Cáritas Diocesana de Lisboa - Entidades responsáveis pelo CLAI de Cascais

A actividade “*Escola de Pais*”, resultou de um proposta do CLAI de Cascais, em parceria com a Associação Jerónimo Usera (AJU), no âmbito da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, financiada pelo FEINPT. Tal actividade surgiu na sequência do diagnóstico realizado pela AJU junto das suas famílias com bebés até aos 12 meses, maioritariamente imigrantes, com fraco suporte familiar e desconhecimento dos cuidados materno-infantis. A actividade teve início em Outubro de 2009 com a divulgação junto das entidades parceiras e restantes entidades concelhias com conhecimento de possíveis famílias beneficiárias da actividade.

Numa 1.ª fase foi efectuado o contacto com todas as famílias sinalizadas e encaminhadas, no sentido de as informar e integrar na actividade. Neste primeiro momento foi também recolhido o consentimento de todas as famílias participantes.

Após este primeiro contacto, foi agendada a 1.ª Reunião entre a Equipa Técnica da AJU e as voluntárias do Projecto, no sentido de lhes transmitir algumas informações referentes ao arranque da actividade. Em Novembro de 2009 tiveram início as oito sessões quinzenais de formação, para mães e voluntárias. Para a 1.ª sessão foi convidada uma das mães da 1.ª Edição para contribuir com o seu testemunho enquanto mãe participante, quer ao nível da aquisição de competências materno-infantis, quer ao nível das visitas das voluntárias. Foi

também o primeiro momento de *ice-breaker* entre mães e voluntárias.

As restantes sessões foram dinamizadas pelas Enfermeiras do Agrupamento de Centros de Saúde de Cascais (4) sob o tema “Prestação de cuidados ao longo das várias etapas de desenvolvimento”, pela Equipa AJU (3) e a última por uma Formadora externa, com recurso à Bolsa de Formadores do ACIDI sob o tema “Aprender com as Histórias: Primeiros Passos para a Interculturalidade”.

Objectivos:

- Desenvolver competências ao nível da formação parental e da prestação de cuidados materno-infantis;
- Criar redes de suporte informal;
- Acompanhar os bebés ao longo do 1.º ano de vida (equipa de enfermagem e voluntárias);
- Promover a relação mãe - bebé;
- Disponibilizar o serviço de Apoio Psicológico e Acção Social.

Ao longo das oito sessões foram proporcionados momentos de *coffee-break*, que permitiram estreitar os laços entre as voluntárias e as mães e criar redes de suporte e ajuda-mútua entre as participantes.

As visitas tiveram início ainda no decurso da formação, sendo que para além das visitas as voluntárias estiveram sempre disponíveis para acompanhar as mães (ex: inscrição na rede de equipamentos de infância). Enquanto entidade executora da actividade a AJU proporcionou às mães apoio com fraldas, leite, papas, produtos de bebé e enxovais.

O sucesso da actividade pôde medir-se pelo número de mães participantes que concluiu a formação bem como pelo grau de motivação que todas demonstraram ao longo da actividade. As mães que não concluíram a formação, foram as que retomaram a actividade profissional após o período de baixa por maternidade. Ao longo das sessões, o número de participantes aumentou, o que na nossa opinião se deveu à troca de experiências entre as participantes e outras mães em situação idêntica e que se identificaram com a actividade, manifestando vontade de participar. Assim sendo, estamos em condições para considerar que os objectivos estabelecidos para a actividade foram cumpridos, verificando-se apenas um desvio entre o n.º de mães previsto inicialmente e o n.º de mães integradas.

A AJU continuará a acompanhar a actividade, assim como as voluntárias, que mantêm as visitas, mesmo após a conclusão do Projecto. Dado o sucesso da actividade, considera-se importante replicar as acções desenvolvidas. A avaliação positiva por parte das entidades parceiras foi determinante para a renovação

do compromisso por parte da AJU, de continuar a acompanhar as mães deste Projecto e promover novas actividades no futuro.

Para mais informações, contactar: Cáritas Diocesana de Lisboa
Tel: 214570075; E-mail: caritas.claii.cascais@mail.telepac.pt;
Pessoa de contacto: Helena Carvalheiro e Associação Jerónimo Usera,
Tel: 214821442; E-mail: ajusera@gmail.com; Pessoa de contacto: Inês Barbosa

Caixa 5.8

“Rios de Adrenalina”

Junta de Freguesia de Portimão e CAPELA - Centro de Apoio à População Emigrante de Leste e Amigos - Entidades responsáveis pelo CLAII de Portimão

Esta actividade foi criada com o objectivo principal de promover a interacção entre jovens imigrantes e jovens da comunidade portuguesa e ao mesmo tempo sensibilizar os jovens autóctones para as questões da diversidade: língua, cultura, costumes, gastronomia, tradições, etc. e facultar aos filhos dos imigrantes o acesso à actividade desportiva de remo e vela, programada e gratuita. É um projecto dirigido a rapazes e raparigas e visa a ocupação dos tempos livres na altura do Verão.

As actividades desportivas não só ocupam os tempos livres, como também permitem o convívio entre jovens de ambas as comunidades. O convívio diário origina transferência de tradições culturais, combatendo o isolamento e a discriminação. Também facilita a aprendizagem da língua portuguesa e dá a conhecer as mesmas palavras em outras línguas.

Nesta actividade os jovens eram transportados para e do local da actividade, no rio Arade, com transporte e motorista da Junta de Freguesia. No local, os jovens eram responsáveis, juntamente com os monitores, pela colocação dos barcos a remos e das canoas no rio. A actividade visa o espírito de equipa, um espírito de ajuda e de convívio, além de promover o ensino de um desporto específico. Esta actividade íntegra, além da Junta de Freguesia de Portimão, o Clube Naval da cidade que disponibiliza todos os seus recursos, monitores e respectivos barcos a remo e vela.

Embora já existam ofertas de ATL, esta actividade é inovadora, pelo contexto onde se pratica. Assim, a Junta de Freguesia, através do CLAII, congratulou-se pelo *feedback* produzido pela actividade e por poder contribuir para a integração sócio-cultural dos jovens imigrantes que manifestaram vontade de repetir.

O espírito de equipa, não só aproxima os jovens, mas cria laços de amizade,

educando através do desporto. “Educamos em equipa e educamos para uma equipa”.

Para mais informações, contactar: Junta de Freguesia de Portimão
Tel: 282 402 14; E-mail: claii@jf-portimao.pt
Pessoa de contacto : Liliana Briceag

Caixa 5.9

“Academia de Talentos” Câmara Municipal do Montijo – Entidade responsável pelo CLAI do Montijo

A concepção e implementação da actividade “Academia de Talentos” surgiu da necessidade de promover e valorizar as competências pessoais, sociais e artísticas de 20 crianças e jovens, com idades entre os 6 e os 18 anos, de contextos sócio-económicos mais vulneráveis do Bairro do Esteval, da Freguesia e Concelho do Montijo.

O promotor da Academia de Talentos é o Projecto TU KONTAS (+ainda) que surgiu no âmbito da candidatura à 4.ª Geração do Programa Escolhas (Janeiro de 2010 a Dezembro de 2012).

O circuito de implementação e avaliação da “Academia de Talentos”, assenta em 3 níveis de desenvolvimento estratégico interligados entre si: Conhecimento (Saber-Saber); Atitudes (Saber-Ser); Comportamento (Saber-Fazer);

Numa primeira fase, estabeleceu-se uma relação de proximidade e incentivo através da divulgação da iniciativa em cartazes, comunicação social e sensibilização entre grupos de pares;

Numa segunda fase, procedeu-se à avaliação inicial do perfil dos “candidatos” através de castings informais e entrevistas sobre as suas competências iniciais; Numa terceira fase, o grupo foi dividido por áreas artísticas (canto, dança, interpretação e desenho) tendo os participantes de interpretar um tema à sua escolha.

Numa quarta fase, procedeu-se à avaliação do nível de competências esperadas, através da realização de um casting formal no Cine-Teatro Joaquim de Almeida com a presença de um júri (composto por elementos com experiência profissional em áreas artísticas) e das suas famílias (comunidade).

Numa quinta fase, foi avaliado o nível de competências esperadas, através da realização de ensaios de preparação para a 1ª Gala da Academia de Talentos,

com o produto artístico “Fame”, aberta ao público, que teve lugar no dia 3 de Julho de 2010, no Cine-teatro Joaquim de Almeida no Montijo, com uma plateia de aproximadamente 100 pessoas.

Após a 1ª Gala da Academia de Talentos, os jovens começaram a participar em workshops de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e artísticas com periodicidade semanal nas áreas da dança, interpretação e outras artes potenciando os diversos talentos e culturas, através de uma aprendizagem integrada, com vista à apresentação de um espectáculo.

Em fases intermédias serão realizadas diversas galas para a apresentação de produtos intermédios e envolvimento dos familiares e restante comunidade. Prevê-se ainda a realização de estágios residenciais em centros de formação de artes, sendo que ainda este ano o grupo teve a oportunidade de participar durante 4 dias no Festival Internacional de Danças Populares do Mundo “ANDANÇAS” em Carvalhais (S. Pedro do Sul).

A comparação dos balanços de competências iniciais e adquiridos das crianças e jovens demonstram um significativo progresso. Não obstante o sucesso geral, as principais dificuldades que sentimos referem-se à manutenção da assiduidade dos jovens, bem como ao comprometimento por parte dos familiares para apoio na realização dos espectáculos. Dado que o financiamento disponível é baixo para a amplitude da actividade, prevê-se a necessidade da participação dos jovens e dos próprios familiares na angariação de fundos complementares, através de iniciativas dinamizadas pelos próprios. Antecipamos que os maiores sucessos remetem para um papel activo por parte dos jovens enquanto intervenores comunitários e empreendedores, a valorização dos perfis individuais e culturais. Com base nestes resultados, prevê-se que a Academia possa constituir-se enquanto um recurso comunitário na área artística e de animação.

Para mais informações, contactar: Câmara Municipal do Montijo

Tel: 212 327 739; E-mail: tukontasmais.pe@gmail.com

Pessoa de contacto: Tiago Abreu

Caixa 5.10

Projecto de Educação Intercultural “Povos, Culturas e Pontes” Câmara Municipal do Seixal- Entidade responsável pelo CLAIH do Seixal

Nas últimas décadas, o Seixal tem conhecido diversas vagas migratórias e acolhido diferentes comunidades imigrantes. Trata-se de um Concelho com uma população superior a 170 000 habitantes, da qual, cerca de 20% são de origem estrangeira, envolvendo uma multiplicidade de culturas e identidades. As escolas espelham esta realidade, sendo que os agentes educativos têm um papel fundamental como multiplicadores de valores associados à valorização da diversidade e na construção de uma sociedade inclusiva e solidária.

Através do Projecto “Povos, Culturas e Pontes” pretendeu-se trabalhar a Educação para o Desenvolvimento, promovendo-se a cidadania global e a interculturalidade; desenvolver e capacitar agentes educativos locais com competências nestes âmbitos; promover e melhorar as práticas de bom acolhimento e integração dos alunos imigrantes ou descendentes ou os nacionais com vivências socioculturais diversas; criar oportunidades de intercâmbio e troca de experiências entre as escolas de meios diferentes, estabelecendo pontes com as comunidades educativas dos países de origem e/ou municípios geminados com o Seixal.

Esta actividade destinou-se às comunidades escolares dos municípios envolvidos, desde o ensino pré-escolar ao ensino secundário, do Seixal (Portugal), Boa Vista (Cabo Verde), Lobata (S. Tomé e Príncipe) e Jarú (Brasil).

Para este efeito, procurou-se:

- Incentivar e apoiar as escolas públicas do Concelho a participar em iniciativas de promoção do diálogo intercultural, nomeadamente no “Dia Municipal da Comunidade Migrante – 26 de Abril”, e no “Encontro Intercultural Saberes e Sabores”.
- Elaborar oferta formativa intercultural que capacitasse os agentes educativos locais nos domínios da comunicação intercultural, da cooperação e da gestão da diversidade, em contexto escolar.
- Promover e apoiar a realização de momentos de intercâmbio escolar através de correspondência, do Fórum de discussão on-line e de videoconferências.
- Promover a realização de exposições de trabalhos realizados pelos alunos sobre a temática das migrações e diálogo intercultural ou sobre os ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Para a realização destas acções foram utilizados recursos técnicos e logísticos da autarquia e dos parceiros, envolvendo, sempre que pertinente, as associações de imigrantes no planeamento e desenvolvimento das actividades

junto das escolas.

Através deste projecto ocorreram momentos importantes que possibilitaram a descoberta de novas culturas, a promoção do diálogo e o emergir de novas identidades, facilitando o acolhimento dos imigrantes e seus descendentes, bem como o processo de integração.

A participação das escolas em iniciativas municipais promoveu a aproximação à comunidade em geral e possibilitou o envolvimento dos pais e encarregados de educação, uma vez que se desenrolaram ao fim-de-semana, altura em que existe maior disponibilidade para acompanhamento dos seus filhos.

O intercâmbio com escolas estrangeiras favoreceu a troca de experiências tanto ao nível de professores, como de alunos, permitindo-lhes conhecer realidades diversas. Para muitos dos alunos ou dos seus ascendentes trataram-se de momentos de ligação aos seus países de origem, com partilha de experiências pessoais com os colegas, contribuindo assim para o aumento do sentimento de auto-estima, de segurança e de pertença, tanto ao país de origem com ao de acolhimento. Nalguns casos, no entanto, verificaram-se sentimentos de rejeição ao seu país de origem, o que nos leva a uma reflexão mais profunda e um ajustamento de estratégias no sentido da aceitação da identidade de cada um.

A utilização das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação, nomeadamente através da realização de videoconferências tiveram resultados muito positivos, uma vez que permitiu um maior envolvimento e proximidade entre as escolas, que puderam assim conhecer as pessoas e os espaços onde trabalhavam os seus parceiros, fortalecendo-se as relações de cooperação.

Para mais informações, contactar Câmara Municipal do Seixal.

Tel: 21 097 62 20/3; E-mail: helena.palacino@cm-seixal.pt

Pessoa de Contacto: Helena Palacino

Caixa 5.11

“Baú Intercultural”

Câmara Municipal de Santarém – Entidade responsável pelo CLAII de Santarém

O “Baú Intercultural” resultou de um projecto “ICI – Informar, Conviver e Integrar”, apoiado pelo FEINPT, no âmbito da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, em parceria com o ACIDI, I.P.

Com esta actividade pretendeu-se dar a conhecer às crianças do ensino pré-escolar e 1.º Ciclo do ensino básico do concelho de Santarém, algumas lendas, contos e fábulas infantis de países terceiros, envolvendo a comunidade de imigrantes residente neste concelho, bem como os agrupamentos escolares na

sua sinalização, pesquisa e recolha. Desta forma, visou-se também diminuir o desconhecimento, incompreensão e a ausência de familiaridade com as culturas dos países terceiros presentes no concelho.

Após a recolha, todo o material foi traduzido e editado, quer em formato digital, quer em suporte papel. O produto final foi e continua a ser divulgado e utilizado pelos estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Dada a transversalidade do produto, este constitui-se como uma ferramenta de trabalho para os técnicos da Rede CLAI, bem como para outros agentes locais, em todo o país, na divulgação da riqueza resultante da diversidade cultural que valoriza a diferença e permite a análise de pontos comuns ancestrais entre culturas aparentemente diferentes.

Para mais informações, contactar: Câmara Municipal de Santarém
Tel: 256 370 800, E-mail: claii.gaime@cm-santarem.pt
Pessoa de contacto: Estrela Branco

Um outro tipo de actividades em que aparecem envolvidas diversas organizações que têm os imigrantes e os seus descendentes como público-alvo, consiste na recolha, sistematização e difusão de elementos culturais associados a estes grupos.

Estas actividades, que se situam no interface entre o ensino e a interculturalidade, evidenciam a importância da educação intercultural e têm um forte potencial atractivo devido à curiosidade de muitos autóctones em relação a diversos aspectos das culturas dos países de origem, como a música, a dança, a culinária ou a literatura popular. Neste âmbito, devem destacar-se, os efeitos potencialmente significativos ao nível do reforço da auto-estima dos imigrantes – através do interesse e reconhecimento relativamente aos “seus” elementos culturais – e, também, do desenvolvimento de formas de compreensão mútua, absolutamente fundamentais para gerar coesão no quadro de uma sociedade cultural e etnicamente diversa. Relembre-se que conhecer é o primeiro passo para compreender e compreender é essencial para respeitar e tolerar.

Outro tipo de actividades consiste na recolha, sistematização e difusão de elementos culturais associados aos grupos imigrantes. Estes processos podem ter efeitos relevantes ao nível do reforço da auto-estima destas populações e, também, do desenvolvimento de formas de conhecimento e compreensão mútua.

Caixa 5.12

“Kit Intercultural”

Câmara Municipal de Santarém – Entidade responsável pelo CLAI de Santarém

O “Kit Intercultural” resultou de um projecto “ICI – Informar, Conviver e Integrar”, apoiado pelo FEINPT, no âmbito da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, em parceria com o ACIDI, I.P.

Tal como no “Baú Intercultural”, com esta actividade procurou-se dar a conhecer aos alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Santarém, as tradições, usos, costumes e outros aspectos da cultura dos países terceiros (hábitos, modos de vida, datas festivas, gastronomia, etc); envolver a comunidade de imigrantes residente no concelho de Santarém, bem como os agrupamentos escolares, na sinalização, pesquisa e recolha desta informação relativa aos seus países de origem; diminuir o desconhecimento, incompreensão e falta de familiaridade com as culturas dos países terceiros presentes neste concelho.

O “Kit Intercultural” é da responsabilidade do CLAI de Santarém e destina-se à população escolar do 2.º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente alunos e agentes educativos inscritos nos Clubes da Europa das Escolas do concelho de Santarém (EB 2,3 D. Manuel II, EB 2,3 de Alcanede e EB 2,3 D. João II em Santarém). Representa igualmente uma ferramenta de trabalho para os técnicos da Rede CLAI, bem como para outros agentes locais, em todo o país.

A actividade consistiu na sinalização, pesquisa e recolha, junto das comunidades imigrantes, de tradições, usos e costumes dos seus países de origem. Após a recolha, todo o material foi traduzido e editado, quer em formato digital, quer em suporte papel. O produto final foi e continuará a ser divulgado e utilizado pelos estabelecimentos de ensino do 2.º Ciclo.

Para mais informações, contactar: Câmara Municipal de Santarém

Tel: 256 370 800, E-mail: clai.gaime@cm-santarem.pt

Pessoa de contacto: Estrela Branco

O registo, elaboração e difusão (em formato digital e papel), sobretudo junto de públicos escolares de diversas faixas etárias, de lendas, contos, tradições e práticas gastronómicas provenientes dos países de origem (Caixas 5.11 e 5.12) ilustra bem o que se mencionou acima, a propósito da promoção da interculturalidade nas escolas. Nalguns casos, isto pode ser reforçado com estratégias que envolvem artefactos que suscitam curiosidade (móvel - Caixa

5.13 - e painéis – caixa 5.14) e, sobretudo, indivíduos das próprias comunidades que actuam como “contadores de histórias” (Caixa 5.14). Como este processo está associado a formação, reforçam-se as competências de alguns membros das comunidades imigrantes, que passam a poder funcionar como elos de ligação entre a sociedade de origem e destino, valorizando os elementos culturais associados a esta última, num quadro de diálogo e interacção. Também a Biblioteca Humana de Valongo (Caixa 5.15) utiliza “personagens encarnados em livros” como agentes de dinamização das escolas e de desconstrução de preconceitos (em termos raciais, étnicos, etc...), que se deslocam aos vários estabelecimentos de ensino, cooperando com os docentes.

Todas estas actividades, apesar de conterem diferenças nos conteúdos específicos e no “modo de utilização”, apresentam em comum o facto de terem os públicos escolares (de várias idades e ciclos de estudos) como destinatários-chave, ainda que não exclusivos. Embora exista uma oferta de materiais de qualidade destinados à educação intercultural produzidos no âmbito de diversas organizações, com destaque para o *Entreculturas*, que funciona no quadro do ACIDI, I.P., o facto das actividades apresentadas partirem de experiências e exemplos provenientes da realidade local (experiências de vida ou contos relatados ou contados na primeira pessoa por imigrantes que vivem nas próprias comunidades), com os quais as crianças, os jovens e a população em geral contactam diariamente, reforça o seu sentido e a sua compreensão. No fundo, trata-se de algo que está presente na comunidade, que pode ser apropriado por ela, o que contribui para tornar os que inicialmente eram estranhos em novos membros dessa comunidade.

Embora exista uma oferta de materiais de qualidade destinados à educação intercultural, o facto das actividades apresentadas partirem de experiências e exemplos provenientes da realidade local, com os quais as crianças, os jovens e a população em geral contactam diariamente, reforça o seu sentido e a sua compreensão.

Caixa 5.13

“Histórias na Gaveta”

Câmara Municipal de Torres Vedras - Entidade responsável pelo CLAI de Torres Vedras

Para além do incentivo à leitura, esta actividade tem como objectivo a promoção do respeito pela diversidade e o fomento da integração da comunidade imigrante. Com esta actividade, pretende-se alertar as crianças para a importância do respeito pelo outro e, de uma forma simples, explicar o que é a imigração, o que é ser imigrante; pretende-se ainda, uma aproximação da população imigrante às respostas providenciadas pelo Município, de forma a garantir uma melhor integração. O público-alvo deste projecto são as crianças entre os 3 e 10 anos, e respectivas famílias.

Esta actividade consiste na apresentação de um “móvel contador de histórias”. Este móvel é composto por várias gavetas, portas e prateleiras, nelas vão estar escondidas histórias (sob a temática da interculturalidade), entre outros objectos. O principal objectivo destes artefactos é despertar a curiosidade sobre os mesmos. À medida que estes objectos vão sendo desvendados, vão sendo contadas histórias sobre os mesmos, histórias que falam sobre imigração, viagens, pessoas, culturas, saudades e tantas outras realidades. Pretende-se que esta actividade seja interactiva, para que todos possam contribuir com as suas experiências.

Dado que esta actividade está direccionada para a população infantil, espera-se que no futuro estas crianças possam olhar para o fenómeno da imigração como algo natural, e não como uma invasão. Também é espectável que estas crianças passem uma mensagem positiva sobre a imigração, nomeadamente junto das suas próprias famílias.

Em termos de dificuldades, é notória uma fraca participação da população imigrante em eventos desenvolvidos pelo Município. Daí que a actividade esteja mais centrada nas crianças, que mais facilmente se integram no seu grupo de pares.

Pensamos que vale a pena continuar, até pelo notório grau de adesão a este projecto - mais de 143 participantes, sendo a maioria de nacionalidade portuguesa mas contando também com crianças de outras nacionalidades: Russa, Brasileira, Chinesa, Ucraniana, Marroquina e Angolana. A continuidade desta actividade pode passar pela utilização do móvel para contar “outras histórias”, sobre temáticas como a discriminação, o racismo ou os direitos humanos, por exemplo. Para isto, há que preparar novas histórias, “escondê-las”

no móvel, e promover novas actividades no quadro da temática escolhida.

**Para mais informações, contactar: Câmara Municipal de Torres Vedras
Tel: 261 322 464; E-mail: gabimigrante@cm-tvedras.pt
Pessoa de contacto: Elsa Neto**

Caixa 5.14

“Contadores de Histórias do Mundo”

Centro Social e Paroquial da Vera Cruz – Entidade responsável pelo CLAII de Aveiro

O Projecto “Aveiro+ InterCool”, apoiado pelo FEINPT, no âmbito da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, em parceria com o ACIDI, I.P, previa, numa das suas actividades, a constituição de um grupo de Contadores de Histórias do Mundo. Uma das formas de potencializar a difusão multicultural é valorizando a memória colectiva dos povos e disso são excelente exemplo as histórias tradicionais, orais ou escritas. Por outro lado, dotar as pessoas de instrumentos e competências para serem bons contadores de histórias, é promover o conhecimento e a riqueza diferenciada de cada país, conseguindo-se ainda que as comunidades e as Associações parceiras, obtenham um recurso capaz de gerar um efeito multiplicador ao permitir a intervenção dos contadores de histórias, em públicos diferenciados e com objectivos complementares (culturais, recreativos, didácticos, etc.).

A actividade decorreu entre Setembro de 2008 e Março de 2009 e teve a sua primeira apresentação pública em 28 de Março de 2010, no dia Municipal do Imigrante em Aveiro. Foi direccionada para imigrantes oriundos das Associações parceiras e para Nacionais, envolvendo 14 “contadores”.

Os contadores de histórias do Mundo tiveram um período de formação em sala e em contexto real, dinamizados por um professor/formador das áreas da representação. Pretendeu-se dotar os formandos de competências comunicacionais eficazes para animarem sessões de contos. No período de formação em contexto real, obteve-se de imediato a envolvimento de 200 crianças e jovens e de duas dezenas de professores e animadores de bibliotecas. Procedeu-se à divulgação desta acção, e desenharam-se os conteúdos e moldes da formação, contando com 15 horas de formação teórica e 30 horas de prática. A formação prática decorreu nas escolas do concelho de Aveiro, tendo-se incentivado a participação activa dos “ouvintes” das histórias, que as

reproduziram graficamente, efectivando-se, assim, a interiorização da história ouvida. Como produto final, foram reproduzidas as histórias com vista à sua difusão e/ou exposição, através de 15 painéis de 1,2m x 0,8m, que constituem uma exposição itinerante.

Este grupo de contadores de histórias é agora um recurso da comunidade em geral, da cidade e das organizações locais, gerando uma maior visibilidade das próprias Associações de imigrantes, valorizando a interculturalidade, e sendo um incentivo à participação nas actividades comunitárias.

Estes recursos (exposição e contadores), pelo seu carácter móvel, são passíveis de ser utilizados em vários locais e circunstâncias sendo exemplos a presença no espaço da Livraria Bertrand de Aveiro, na Feira do Livro de Aveiro, na Festa dos Vizinhos, na Biblioteca Municipal de Aveiro e em actividades realizadas pela Rede CLAII, de que é exemplo o CLAII Leiria.

Esta actividade só fará sentido se assegurada a sua continuidade, através da presença em vários locais, dentro e fora do município de Aveiro, de modo a rentabilizar o investimento levado a cabo com estas pessoas e assegurando o cumprimento do objectivo último: a difusão multicultural, a visibilidade das associações de imigrantes e o efeito multiplicador, na transmissão da cultura de outros povos.

Para saber mais, contactar: Centro Social Paroquial da Vera Cruz
Tel: 234 188 302; E-mail: claiaveiro@hotmail.com
Pessoa de contacto: Isabel Vasconcelos

Caixa 5.15

“BIBLIOTECA HUMANA”

Câmara Municipal de Valongo – Entidade responsável pelo CLAII de Valongo

A Biblioteca Humana (BH) é uma actividade do projecto implementado pela Câmara Municipal de Valongo, no âmbito da Promoção da Interculturalidade a nível Municipal, financiado pelo FEINPT, em parceria com o ACIDI, I.P. e que está no terreno desde Janeiro de 2010. Constituindo uma forma atractiva e eficaz de interacção com “pessoas diferentes”, de uma forma estruturada, protegida mas livre que visa a desconstrução de preconceitos e estereótipos.

Os principais objectivos da actividade são:

- i) Sensibilizar a juventude para a importância da diversidade cultural e da igualdade de oportunidades;
- ii) Fomentar o desenvolvimento de uma cidadania aberta ao mundo, que respeite a diversidade cultural, os direitos humanos e se baseie em valores comuns;
- iii) Desconstruir estereótipos, de forma a fomentar a aproximação entre povos, culturas e pessoas;
- iv) Promover o diálogo intercultural entre pessoas que normalmente não teriam a oportunidade para interagir.

Uma BH é um espaço físico decorado como uma biblioteca normal, que no presente projecto é itinerante e que visita escolas EB 2/3 e secundárias de todas as freguesias do concelho. Antes da execução da actividade é efectuada uma pequena reunião preliminar com professores que permite explicar os passos a serem seguidos para a dinamização em sala de aula. Posteriormente, cada professor/a discute com o grupo-turma os objectivos da actividade e prepara antecipadamente algumas perguntas que poderão fazer. No dia da actividade, 4 livros humanos estão disponíveis para consulta. Existe uma pessoa que funciona como bibliotecário/a; cria 4 sub-grupos dentro de cada turma, dá explicações no local, encarrega-se de que os/as participantes avaliem a actividade, etc. Cada pequeno grupo de 6-7 participantes senta-se em círculo e interage com cada livro humano durante cerca de 20m colocando-lhe as dúvidas que tiver. Findo esse período os grupos trocam e têm a possibilidade de explorar outros Livros Humanos. Este procedimento repete-se até que todos os grupos tenham tido a oportunidade de interagir com todos os livros humanos. A actividade recomeça com uma nova turma quando todos os grupos tiverem interagido com todos os Livros.

Exemplos de estereótipos representados são: etnia, religião, orientação sexual, deficiência. O objectivo é a desconstrução desse estereótipo tendo por base o slogan “Não julgues um livro pela capa”. Finda a actividade procede-se à avaliação da mesma e, nos dias seguintes, os professores efectuem com cada turma uma sessão de integração de conhecimentos.

O projecto teve uma recepção muito positiva por parte das escolas do Concelho. O interesse manifestado após a divulgação foi imediato, ultrapassando largamente o número previsto de alunos e de escolas envolvidos (até ao momento, 6 escolas do 2.º e 3.º Ciclos e do Ensino Básico e Secundário de todas as freguesias do concelho e cerca de 400 alunos).

Os principais benefícios da BH são claramente qualitativos e prendem-se com a possibilidade de reflectir sobre estereótipos e contactar de uma forma positiva e pacífica com os próprios pré-conceitos. Os/as jovens envolvidos/as na BH

referem, com frequência, que começaram a olhar para o mundo de uma forma completamente distinta. Alguns testemunhos indicam isso mesmo: “Percebi o ponto de vista das pessoas que são discriminadas, foi bom porque para mim é um assunto muito distante”; “Aprendi que há sempre dois lados de um assunto e ao ter contacto com as pessoas de certo modo especializadas ficamos com uma opinião diferente”; “Aprendi que há mais discriminação do que eu pensava e que muitas pessoas passam por muitas dificuldades devido ao que todos nós às vezes fazemos”; “Há pessoas diferentes de nós de várias maneiras mas isso não as torna más nem anormais.” Todos os livros humanos são bastante populares embora os livros “Homossexual”, “Lésbica” e os que implicam discriminações múltiplas sejam particularmente requisitados.

Verifica-se ainda que esta actividade possibilitou a criação de uma rede de contactos institucionais locais no âmbito da promoção dos direitos humanos e da interculturalidade e a introdução destes conteúdos (frequentemente pela primeira vez) nas escolas.

Para mais informações, contactar: Câmara Municipal de Valongo
Tel: 229725016; E-mail: mjgoncalves@cm-valongo.pt
Pessoa de contacto: Eunice Neves

Para além deste tipo de actividades, muito direccionadas para a área educativa e que privilegiam as crianças e os jovens, tanto autóctones como de origem imigrante, enquanto

Com o objectivo de suprirem défices de informação dos imigrantes relativamente a diversos aspectos do funcionamento dos serviços e do comércio local, bem como dos eventos concelhios e dos próprios deveres dos municípios, algumas autarquias criaram (ou adaptaram e traduziram) guias de informação sobre a realidade municipal.

público-alvo, deve também referir-se outro tipo de iniciativas facilitadoras dos processos de inserção social local.

Por exemplo, com o objectivo de suprirem défices de informação dos imigrantes relativamente a diversos aspectos do funcionamento dos serviços e do comércio local, bem como dos eventos concelhios e, eventualmente, dos próprios deveres dos municípios (pagamento de taxas, normas relativas à recolha de resíduos, etc.), algumas autarquias como, por exemplo, Alenquer e Nazaré, criaram (ou adaptaram e traduziram) guias de informação sobre a realidade municipal. Claramente relevante no momento de acolhimento inicial de imigrantes (e daí a justificação para a produção nas línguas dos principais grupos residentes no município), este tipo de guias - que também pode existir em formato digital -, são sempre pertinentes e úteis, fa-

cilitando claramente as práticas quotidianas dos residentes, sejam eles autóctones, migrantes internos ou estrangeiros.

Por último, é importante mencionar que, entre as respostas quotidianas de diversos CLAI e de outros serviços, integrados, na maioria dos casos, em organizações da sociedade civil, apresenta relevância o apoio social a imigrantes carenciados que, segundo alguns relatos³⁵, aumentou no contexto de estagnação económica dos últimos anos. Para além de ser necessário que estas respostas estejam enquadradas na planificação anual de actividades dos serviços, o que remete para a lógica anteriormente referida do “trabalho de projecto”, é pertinente a construção de projectos concretos, desenvolvidos em parceria, direccionados para este domínio.

Adicionalmente, a área da saúde, presente, por exemplo, no Projecto “Escola de Pais” referido anteriormente, apresenta-se como um domínio em que apesar de identificadas necessidades de intervenção (rastreamento de doenças, implementação de acções de diagnóstico e prevenção e outros), os projectos existentes são em número muito reduzido. Também a questão do apoio social aos idosos imigrantes começa a colocar-se com cada vez mais pertinência, não apenas devido ao envelhecimento da população de algumas comunidades (por exemplo, cabo-verdianos), mas sobretudo porque existem questões específicas (menor domínio da língua, iliteracia, diferença de valores) que justificam o desenvolvimento de acções direccionadas.

5.4 Interculturalidade em prática – promoção directa das interacções positivas

Numa conjuntura marcada pelo agravamento dos problemas sociais de muitos residentes, não apenas em Portugal, mas também em muitos outros países europeus, vão-se detectando sinais diversos, quer da implementação de medidas que não favorecem a integração e as interacções positivas (aprovação da denominada “Directiva do Retorno”³⁶, por parte do Parlamento Europeu em Junho de 2008; expulsão de populações

Numa conjuntura marcada pelo agravamento dos problemas sociais de muitos residentes, vão-se detectando elementos reveladores do crescimento de sentimentos anti-imigrante. Neste contexto, a implementação de medidas activas de promoção da interacção positiva torna-se essencial.

35 Os CLAI de Leiria (AMI/Grante) e de Aveiro (Centro Social Paroquial Vera Cruz) forneceram testemunhos neste sentido.

36 Directiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008 relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular.

ciganas de França³⁷; exigência estrita de requisitos linguísticos para a entrada nalguns países da União Europeia, como se verifica em Itália, restrições à posse de dupla nacionalidade, como acontece na Holanda), quer de elementos reveladores do crescimento de sentimentos anti-imigrante.

Neste contexto, mais do que em qualquer outro, a implementação de medidas activas de promoção da interacção positiva torna-se essencial enquanto componente de uma estratégia que tem como objectivo impedir o crescimento da xenofobia e do racismo, que podem,

Detectam-se três tipos principais de actividades direccionadas, de forma explícita, para a promoção das interacções positivas entre imigrantes e sociedade de acolhimento.

com facilidade, agudizar tensões já existentes, sempre passíveis de degenerar em processos de violência, que tendem a assumir particular expressão nas cidades e nas suas periferias.

No que respeita às actividades especificamente direccionadas para esta componente, a leitura das experiências mais recentes desenvolvidas em Portugal, parece apontar para três tipos essenciais de actividades:

i) Aquelas que visam dar a conhecer os imigrantes e as suas histórias na primeira pessoa, o que permite, por um lado apresentar as experiências de vida destes últimos, enquanto cidadãos “normais” que optam pela migração e, por outro, dar-lhes voz, processo fundamental para incrementar o reconhecimento e a auto-estima. Na verdade, há estudos que demons-

Actividades que visam dar a conhecer os imigrantes e as suas histórias na primeira pessoa.

tram a relevância de “dar voz” aos indivíduos pertencentes aos grupos mais vulneráveis enquanto estratégia de *empowerment*, uma vez que estes reforçam as suas competências comunicacionais, ao mesmo tempo que tomam consciência de que as suas palavras chegam a muitos membros da comunidade de acolhimento. Isto pode ser implementado através de processos

vários, sendo exemplo a recolha e posterior difusão de histórias de vida de um conjunto de imigrantes instalados no município de Moura (Caixa 5.16)³⁸, o programa de rádio trilingue realizado mensalmente por imigrantes, em Vila Real de Santo António (Caixa 5.17)³⁹ ou a experiência da *Newsletter* Intercultural de Santarém (5.18) que, para além da distribuição

37 Circulaire IOC/K/1016329/J du 24 juin 2010.

38 Também os CLAI da Guarda e São Brás de Alportel trabalharam actividades em torno de histórias de vida (o primeiro através de uma pequena compilação em suporte papel, e o segundo em formato vídeo), no âmbito da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, financiada pelo FEINPT.

39 São também exemplo os programas de rádio dinamizados pelos CLAI de Guarda, Moura e Portalegre, no âmbito da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, financiada pelo FEINPT.

em papel, foi colocada na página web da Câmara Municipal de Santarém. Nestes últimos dois casos, o relato das experiências dos imigrantes é complementado com elementos de difusão cultural (música, receitas gastronómicas) que contribuem para cativar a sociedade local de acolhimento.

Caixa 5.16

“HISTÓRIAS DE VIDA”

Câmara Municipal de Moura e Cooperativa Mourense de Interesse Público e Responsabilidade Limitada - COMOIPREL – Entidades responsáveis pelo CLAII de MOURA

A actividade “Histórias de Vida” foi desenvolvida pelo CLAII de Moura, no âmbito do projecto “Cidade do Sol”, desenvolvido no contexto da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, em parceria com o ACIDI, I.P. e financiado pelo FEINPT. O objectivo geral desta actividade centrou-se na recolha de histórias de vida de imigrantes, contadas na primeira pessoa, com os objectivos específicos de (1) evidenciar as razões/motivações pelas quais as pessoas saem dos seus países, tornando-se imigrantes; (2) dar a conhecer as dificuldades sentidas por estes, relatando os seus quotidianos nos países de acolhimento; (3) revelar os sentimentos que fazem parte da vida dos imigrantes, partilhando as suas emoções e sentidos; (4) proporcionar uma leitura acompanhada dos processos de vida individuais, reconfigurando os mesmos no campo colectivo e, finalmente (5), fomentar práticas e atitudes de inclusão dos imigrantes, estimulando nos leitores sentimentos de alteridade e, conseqüentemente, de solidariedade, constituindo-se por isso como um instrumento útil na dinamização de sessões na área da interculturalidade.

O desenvolvimento desta actividade centrou-se num processo metodológico que teve como base a entrevista livre, espontânea e aberta dos imigrantes – que partilharam a sua estória de forma voluntária e não invasiva. Não foi feita uma análise de conteúdo destas narrativas, para que elas possam ser incorporadas por cada qual, de acordo com a sua própria visão, valores e entendimentos. Procuraram-se como *actores*, imigrantes posicionados em contextos e situações diferenciados, de forma a termos uma visão mais abrangente do fenómeno migratório e dos processos existenciais que o mesmo engendra. Este trabalho não apresentou dificuldades em termos da sua concretização porque estavam reunidas as seguintes condições: a) familiaridade com os imigrantes envolvidos; b) confiança nos entrevistadores por parte dos imigrantes;

c) respeito pela *estória* e sua narrativa, transpondo-a com fidelidade e prévio consentimento dos envolvidos.

Como constrangimentos para uma visão mais abrangente do fenómeno, apontamos o facto de termos contemplado apenas 4 narrativas que envolveram apenas 4 países, sendo nossa convicção que uma recolha mais alargada poderá acrescentar informação ainda mais rica e sensível.

Esta actividade foi, na nossa perspectiva, muito interessante e útil, porque permitiu envolvimentos e cumplicidades efectivos entre os participantes directos e, também, os participantes indirectos, apresentando, esta abordagem, um potencial declarativo do que é ser imigrante e de como se assume ser-se imigrante.

A transferibilidade desta prática é possível, podendo proceder-se à produção de uma colectânea de histórias de vida mais alargada. Isto pode fazer-se no âmbito de uma colecção de livros (segundo os países de origem ou os municípios de destino, por exemplo) ou numa única obra, mais completa, que reuniria histórias de vida recolhidas em diversos municípios do país.

Para mais informações, contactar: COMOIPREL
Tel: 285 25 17 75; E-mail: comoiprel@comoiprel.pt
Pessoa de contacto: Antónia Vilar Baião

Caixa 5.17

“Programa de Rádio Viver Aqui”

Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Vila Real de Santo António – Entidade responsável pelo CLAII de VRSA

O “programa de rádio *Viver Aqui*”, surgiu no concelho de Vila Real de Santo António na sequência de uma proposta financiada pelo FEINPT, no âmbito da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal, em parceria com o ACIDI, I.P., em Maio de 2009.

Esta actividade surgiu na sequência de uma necessidade premente de dar voz aos imigrantes fazendo com que os mesmos pudessem divulgar a sua cultura, bem como os seus direitos, os seus deveres e a difusão dos seus usos e costumes, nomeadamente na vertente musical. Neste sentido, a Rádio Guadiana,

desde o início, se associou ao projecto, considerando-o uma aposta enquanto instrumento de informação e de divulgação no seio da comunidade vilarealense. O Programa de Rádio que tem vindo a ser transmitido nas línguas russa, ucraniana e portuguesa, deu origem a 12 emissões, que foram para além da vigência do próprio projecto. Este meio de comunicação tem sido muito importante, tanto ao nível da participação da comunidade imigrante e autóctone em VRSA, como no que se refere à divulgação do trabalho levado a cabo pelo CLAII.

O programa é transmitido mensalmente, nas primeiras sextas-feiras de cada mês a partir das 16h00, em frequência modulada 90.5 ou através do site www.radioguadianafm.com.

Este programa é pioneiro a nível local, uma vez que não há programas realizados por imigrantes em VRSA, e daí o seu carácter inovador.

**Para mais informações, contactar: Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Vila Real de Santo António, Tel: 281 54 18 27; E-mail: claivrsa@gmail.com
Pessoa de contacto: Maria Rita Prieto**

Caixa 5.18

“Newsletter Intercultural”

Câmara Municipal de Santarém – Entidade responsável pelo CLAII de Santarém

A “*Newsletter* Intercultural” resultou do projecto “ICI – Informar, Conviver e Integrar”, apoiado pelo FEINPT, no âmbito da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, em parceria com o ACIDI, I.P. Com esta actividade procurou-se proporcionar aos imigrantes informação qualificada sobre a realidade local onde habitam e proporcionar também à sociedade de acolhimento, uma “janela” por onde possam ver melhor a realidade cultural destes cidadãos imigrantes. Neste sentido, reforça-se a informação recíproca e contribui-se para desfazer estereótipos e para promover o inter-conhecimento.

Esta actividade é uma ferramenta de informação sobre a comunidade imigrante e é dirigida à comunidade imigrante e sociedade de destino, apelando à sua contribuição para a elaboração de notícias, artigos de opinião, histórias de vida, receitas culinárias e divulgação de actividades sócio-culturais e de tradições etno-culturais e religiosas, entre outras. Pretende ainda prestar à comunidade imigrante, informações sobre os acontecimentos culturais, sociais e educativos da vida local.

Após a recolha do material, o mesmo foi organizado e editado em forma de *Newsletter* através de suporte de papel, enviada por correio para a comunidade

imigrante e sociedade de acolhimento, e colocado no site da Câmara Municipal de Santarém. No total, são 4 páginas divididas em notícias, actividades sócio-culturais, apontamentos culturais, futuros eventos e receitas culinárias. Foram editados, experimentalmente, 3 exemplares (Novembro de 2009; Fevereiro de 2010; Março de 2010), com uma tiragem de 500 exemplares cada, distribuídos no concelho. Com esta iniciativa foi possível introduzir, na política comunicacional da autarquia de Santarém, a temática da interculturalidade.

Uma iniciativa deste tipo é facilmente replicável noutros municípios, podendo, inclusive, complementar-se a sua edição em suporte papel” por uma opção digital.

Para mais informações, contactar: Câmara Municipal de Santarém
Tel: 256 370 800; E-mail: claii.gaime@cm-santarém.pt
Pessoa de contacto: Estrela Branco

ii) As actividades orientadas para a actuação dos serviços públicos, procurando contribuir para a implementação de novas práticas institucionais, marcadas pela incorporação dos princípios da integração e da interculturalidade. Um exemplo é fornecido pelo SPIN da Di-

Actividades orientadas para a actuação dos serviços públicos, procurando contribuir para a implementação de novas práticas institucionais.

visão de Igualdade e Cidadania da Câmara Municipal de Loures (Caixa 5.19), que tem como objectivo a promoção de acções de sensibilização e formação junto de diversas instituições locais (de escolas a equipas de projecto, passando por outros serviços municipais e mesmo empresas), aumentando as competências dos destinatários no domínio da informação legal sobre imigração e nacionalidade ou no âmbito dos direitos humanos e da adopção de atitudes anti-racistas.

Caixa 5.19

“Serviço de Proximidade e de Informação (SPIN)” Câmara Municipal de Loures – Entidade responsável pelos CLAI de Loures

O *Serviço de Proximidade e de Informação* (SPIN), criado pela Divisão de Igualdade e Cidadania em 2007, resulta de duas necessidades aferidas, distintas entre si. Primeiramente, a de organizar e sistematizar a informação disponível no gabinete, resultado do trabalho desenvolvido nas áreas da sua competência. Por outro lado, a ausência de informação e de formação, quer de técnicos quer da

população em geral, nas áreas temáticas sobre as quais se centram as acções disponibilizadas. Além de procurar colmatar estas necessidades, e de acordo com a linha de actuação do gabinete, as acções do SPIN pretendem igualmente contribuir para uma cultura de responsabilização e de consciencialização no domínio dos direitos humanos.

Como público-alvo, estas acções destinam-se a escolas, a entidades públicas e privadas que trabalhem com e para os imigrantes, assim como, outros interessados. A partir de dossiers pedagógicos existentes com informação diversa sobre as temáticas que compõem o SPIN, e mediante solicitação, possibilita-se a dinamização de acções de formação ou de sensibilização adequadas aos objectivos que se pretendem atingir, assim como, ao público presente.

Actualmente, constituem o SPIN, as acções de sensibilização: “Lei da Nacionalidade e Lei da Imigração”; “(In)formação a Dirigentes Associativos” (em processo de certificação); Sessão de sensibilização sobre os Direitos Humanos; “Imigração e Religião no Concelho de Loures”, “Lindos, únicos e especiais”, “Olá Pequeno Cidadão” e “Racismo ou Etnocentrismo, eis a questão”. Para a sua dinamização, a câmara disponibiliza a equipa de formadores e os meios de apoio material e audiovisual. A entidade requerente, deverá disponibilizar um espaço adequado, proceder à divulgação e recepcionar as inscrições .

Desde 2007 até ao presente momento, as acções SPIN já tiveram mais de 600 participantes, tendo sido dinamizadas sessões em diversas instituições concelhias, entre as quais, escolas dos diversos graus de ensino, universidade sénior, entidades privadas, associações de cariz distinto, Contrato Local de Segurança de Loures ou projectos financiados pelos Programas Escolhas e Progride.

Na generalidade, este serviço tem conseguido cumprir os objectivos gerais que o justificaram, concorrendo para a resolução das necessidades diagnosticadas, designadamente capacitar os destinatários de novas competências, fornecer informação útil (desconcentração de informação), contribuir para uma postura de responsabilização e de consciencialização no domínio dos Direitos Humanos, promover a pro-actividade e o enriquecimento pessoal, curricular e profissional dos destinatários e divulgar o trabalho realizado pelo gabinete. Igualmente, considera-se que o SPIN mantém uma das suas principais características – a maleabilidade metodológica das acções existentes, assim como uma constante actualização da informação disponível.

Como principais entraves destaca-se uma estagnação na divulgação do serviço (actualmente está em curso um novo plano de divulgação), em alguns casos a desadequação dos espaços disponibilizados e, por último, o excesso de tarefas

dos técnicos/formadores.

Para a Câmara Municipal de Loures, esta é uma actividade de continuidade, sendo esta garantida pela própria reciclagem das acções a disponibilizar. Quanto à possibilidade da actividade ser replicada em outros contextos, consideramos que tal é sempre possível desde que sejam diagnosticadas necessidades similares e que, em algumas das acções concretas, a informação disponibilizada seja referente a aquele território específico.

Para mais informações, contactar: Câmara Municipal de Loures
Tel.: 211 150 850/60; E-mail: paulo_jose@cm-loures.pt
Pessoa de contacto Paulo José Silva

Outro exemplo diz respeito aos vídeos elaborados pela Associação In Loco, em parceria com a C.M. de São Brás de Alportel e duas associações de imigrantes, sobre Boas Práticas Institucionais no domínio da integração. Se devidamente distribuídos e, eventualmente acompanhados de sessões de debate e sensibilização, podem ser um contributo muito importante para a correcção de práticas deficientes no domínio da integração dos imigrantes e, mesmo, para a adopção de novas práticas, tanto nos municípios do Algarve, como no resto do país.

Caixa 5.20

“Produção de Filmes sobre Boas Práticas de Integração de Imigrantes” Câmara Municipal de São Brás de Alportel e Associação In Loco – Entidades responsáveis pelo CLAII de São Brás de Alportel

A realização de filmes sobre boas práticas de integração de imigrantes na região do Algarve surgiu no contexto da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, financiada pelo FEINPT, em parceria com o ACIDI, I.P. Com esta iniciativa procurou-se responder à necessidade de valorizar e disseminar boas práticas de inclusão de imigrantes como forma de reconhecer socialmente o trabalho desenvolvido pelos actores sociais que as desenvolveram e como estratégia para incentivar a sua aplicação mais sistemática por parte de outros actores.

A actividade foi desenvolvida pela Associação In Loco, com o apoio da Câmara Municipal de São Brás e duas associações de imigrantes: a APALGAR (Associação de Imigrantes dos PALOP's) e a DOINA (Associação de Moldavos e Romanos). Para além disso, requereu o contributo de outras Câmaras, dos CLAII do Algarve (Lagos, Albufeira, Vila Real de Santo António, Silves, Faro, Portimão e Tavira), dos

Centros de Emprego, Direcção Regional de Educação, Administração Regional de Saúde e SEF da região do Algarve na detecção das boas práticas, e na fase de exploração e filmagem dos casos recensados envolveu as próprias comunidades imigrantes (pessoas e associações), equipas técnicas de serviços públicos e privados, docentes e estudantes, entre outros.

Em termos de resultados foram realizados 6 filmes de curta duração sobre temáticas diversas (educação, empreendedorismo, emprego, associativismo imigrante, integração social e participação cívica e uma história de vida), que permitirão fornecer informação útil sobre a região. Os filmes põem em evidência o reconhecimento dos actores implicados em boas práticas de inclusão de imigrantes bem como o incentivo à adopção das mesmas divulgadas por parte de actores em situação similar.

Os filmes foram distribuídos aos serviços públicos, escolas, associações (nomeadamente de imigrantes), Câmaras, e Rede CLAI, através do ACIDI, I.P., e ainda aos directamente envolvidos nas filmagens.

**Para mais informações, contactar: Câmara Municipal de São Brás de Alportel
Tel: 289 840 020; E-mail: claii@cm-sbras.pt
Pessoa de contacto: Ana Rita Viegas**

iii) Actividades lúdico-culturais de síntese intercultural, que utilizam a festa e o espectáculo co-organizados e/ou protagonizados pelos imigrantes e as suas associações, como meio para atrair a população local e colocá-la em contacto com os imigrantes, num meio animado e descontraído. Note-se que estes processos beneficiam da existência de uma programação variada e de uma eventual conjugação com outras actividades lúdicas realizadas no município ou nas freguesias. Efectivamente, a co-organização (autarquias locais, associações de imigrantes e outras organizações da sociedade civil, como as escolas, as IPSS ou as associações recreativas locais) não só conduz a processos de maior interacção construtiva, como potencia a atracção dos vários públicos locais. A actividade *Maio Intercultural*, promovida pela AMIGrante de Leiria (Caixa 5.21), é um bom exemplo de uma iniciativa deste teor. No caso de Aveiro, uma iniciativa de teor semelhante, ainda que concretizada de uma forma temporalmente mais circunscrita – um único dia – permitiu a institucionalização do *Dia Municipal do Imigrante* (Caixa

Actividades lúdico-culturais de síntese intercultural, de que são exemplo os “Dias Municipais da Interculturalidade”.

5.22). Neste último caso, o compromisso da autarquia relativamente à institucionalização da efeméride local assume forte significado, uma vez que representa o reconhecimento da relevância da questão da promoção da interculturalidade no quadro político municipal, conferindo-lhe maior visibilidade social. Seria interessante que outros concelhos tomassem iniciativas idênticas.

Caixa 5.21

“Maio Intercultural”

AMIGrante - Associação de Apoio ao Cidadão Migrante – Entidade responsável pelo CLAI de Leiria

A actividade “*Maio Intercultural*”, desenvolvida pela AMIGrante, surgiu no contexto da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, financiada pelo FEINPT, em parceria com o ACIDI, I.P. e na sequência de uma tradição já existente de realizar actividades interculturais no mês de Maio, em prol da integração dos imigrantes a nível local.

Em 2009, as actividades previstas incluíram uma *Festa Africana* realizada numa das escolas do município, onde, através da música, dança e gastronomia, se procurou dar a conhecer um pouco mais da cultura africana. No âmbito das comemorações do Dia de África (a 25 de Maio), houve a exibição de um filme/documentário dedicado à temática, bem como a realização de um espectáculo organizado pelas comunidades de imigrantes africanos residentes em Leiria. No final de Maio, teve lugar um jogo de futebol intercultural, disputado entre duas equipas com jogadores de várias nacionalidades (equipas interculturais).

O *Maio Intercultural* culminou com a já tradicional *Festa dos Povos*, que teve lugar num espaço público da cidade cedido pela Câmara Municipal de Leiria, onde foram dispostos stands atribuídos às diversas comunidades imigrantes do concelho para divulgação das suas culturas, bem como dos seus trabalhos, procurando promover-se o empreendedorismo imigrante. O primeiro momento da Festa foi uma celebração interconfessional, presidida por líderes dos vários credos cristãos, que guiaram a celebração. O espectáculo musical (com músicas e danças do mundo), organizado por imigrantes de vários países, procurou dar a conhecer a riqueza da diversidade cultural. A Festa terminou com um momento gastronómico, onde as várias comunidades de imigrantes partilharam alguns dos seus pratos típicos, dando também a conhecer a sua diversidade nesta área. Paralelamente, esteve patente ao longo do mês de Maio, uma exposição subordinada ao tema do diálogo inter-religioso.

Esta actividade pode ser facilmente replicada noutros contextos, sendo para tal necessário activar as redes de contactos, formais e informais, sensibilizando as autarquias, associações de imigrantes e outras, escolas e instituições da sociedade civil para a necessidade de se trabalhar a questão da interculturalidade.

Para mais informações, contactar: AMIGrante
Tel: 244 890 036; E-mail: clai.leiria@gmail.com
Pessoa de contacto: Susana Ferreira

Caixa 5.22

“ Dia Municipal do Imigrante” Centro Social e Paroquial da Vera Cruz – Entidade responsável pelo CLAII de Aveiro

Integrado no Projecto “Aveiro+InterCool”, dinamizado em parceria com o ACIDI, I.P., no âmbito da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal” e financiado pelo FEINPT, a actividade “Dia Municipal do Imigrante” pretendeu ser o culminar de 8 meses de trabalho, institucionalizando a iniciativa, no concelho de Aveiro, como reconhecimento oficial da importância da interculturalidade e das comunidades imigrantes residentes no concelho.

O “Dia Municipal do Imigrante” foi concebido em sede de projecto, exigindo previamente o compromisso da autarquia, já que esta acção exigia decisões da Assembleia Municipal de Aveiro, nomeadamente quanto à institucionalização desta efeméride. Esta adesão foi fundamental, tendo o envolvimento dos decisores da Câmara Municipal sido determinante para a concretização da iniciativa com o nível de envolvimento que veio a registar.

Assim, após aprovação da Assembleia Municipal, o “Dia Municipal” teve lugar em Aveiro no dia 28 de Março de 2010, para coincidir com o encerramento do projecto, ficando assegurado, para os anos seguintes, o agendamento de uma data mais propícia a actividades exteriores que envolvam mais organizações, causando impacto ainda maior neste concelho.

Em reuniões prévias, foi discutido o objectivo e as formas de concretização deste dia municipal com a participação de vários representantes na Rede Social e outras organizações e associações sem acento na Rede, mas convidadas para o efeito. As reuniões ocorreram já nas instalações da Câmara para se vincular

a ideia de abrangência de todo o concelho. A Câmara Municipal liderou este processo, em articulação com a equipa do CLAI, que potencializou mais uma vez a sua relação de proximidade com as associações locais e grupos diversos. Foi da competência da Câmara a formalização dos convites, a concepção e execução do cartaz alusivo, a divulgação e cedência de espaço para a Festa do dia Municipal, mas sempre num registo de negociação e participação activa dos diferentes parceiros e entidades convidadas.

O “Dia Municipal do Imigrante” foi realizado com a partilha dos recursos dos vários parceiros (Câmara Municipal de Aveiro; Associação Parceiros da Amizade; Associação Mon-na Mom; Associação de Imigrantes de S. Bernardo; Associação SUL; Associação de Estudantes Cabo-Verdianos em Aveiro), desde a disponibilização de material para exposições (arte, trajes, cartazes), à participação no sarau (danças, canções, dramatizações, declamação de poesia, desfile de trajes tradicionais, grupos musicais, capoeira).

A experiência colhida revela a importância de se replicar a iniciativa noutros contextos, podendo até ser rentabilizada com a inclusão de outras manifestações culturais e gastronómicas.

Para saber mais, contactar: Centro Social Paroquial da Vera Cruz
Tel: 234 188 302; E-mail: claiaveiro@hotmail.com
Pessoa de contacto: Isabel Vasconcelos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

André, I. e Abreu, A. (2008), “Dimensões e espaços da inovação social”, *Finisterra*, vol. XLI, n.81, pp. 121-141.

André, I. e Reis, J. (2009), “O circo chegou à cidade! Oportunidades de inovação sócio-territorial”, *Finisterra*, vol. XLIV, 88, pp. 79-94.

Capucha, L.; Pegado, E. e Saleiro, S. (1999), *Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais*, PROFISSS.

EQUAL (2006), *Guia Prático para o “Mainstreaming”*. Lisboa, Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL.

EQUAL (2006), *Integração social e profissional de imigrantes, refugiados e minorias étnicas*. Lisboa, Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL.

Esteves, M^a do Céu (Org) (1991), Portugal, País de Imigração, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.

Godinho, V. M. (1978), “L’émigration Portugaise (XVe-XXe siècles)-une constante structurelle et les réponses aux changements du monde”, *Revista de História Económica e Social*, nº 1, 1978, pp. 5-32.

Hall, S. (2000), “Conclusion: The Multi-cultural Question” in Hesse, B. (ed.) *Un/settled Multiculturalisms*. Londres, Zed Books.

Lahon, D. (1999), *O negro no coração do império*, Lisboa, Ministério da Educação, Secretaria do Coordenador dos Programas de Educação Multicultural.

Leman, J. (1991), “Intégrité, intégration, interculturalisme: quelques remarques conclusives” in Leman, J. (dir.) *Intégrité, intégration – Innovation pédagogique et pluralité culturelle*, Bruxelles, Editions Universitaires, pp. 17-46.

Machado, F. L. (2002), *Contrastes e Continuidades — Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2002.

Malheiros, J. M. (org.) (2007), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração.

Niessen, J. et al. (2007), Migrant Integration Policy Index, pp. 146.

Perotti, A. (1994), *Plaidoyer pour l'Interculturel*. Estrasburgo, Les Editions du Conseil de l'Europe. (versão em português de 1997 pelo Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural).

Rafoni, B. (2003), *La Recherche Interculturel: état des lieux en France* in *Questions de communication*, 4, pp. 13-26.

Roldão, V. S. (2010), *Gestão de Projectos*. Lisboa, Monitor.

Rocha-Trindade, M. B. (1991), “Perspectivas Sociológicas da Interculturalidade” in *Análise Social*, vol.28, nº123/124, pp. 869-887.

Roosens, E. (1991), “Migration et interculturelisme” in Leman, J. (dir.) *Intégrité, intégration – Innovation pédagogique et pluralité culturelle*, Bruxelas, Editions Universitaires, pp. 17-46.

Sandercock, L. (2004). “Reconsidering Multiculturalism: towards an intercultural project” in Wood, Ph. (ed.) *Intercultural City Reader* (book 1). Bournes Green, Comedia, pp. 16-25.

Tinhorão, J.R. (1997), *Os Negros em Portugal - Uma presença silenciosa*. Caminho, Lisboa (2^a edição).

WEBGRAFIA

EC (2010), *Guide* (the resource for the evaluation of sócio-economic development) http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/evalsed/guide/index_en.htm (consultado em 21 de Novembro de 2010).

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 – Distribuição dos estrangeiros pelo território nacional e síntese do povoamento regional - 2009

Quadro 3.1 - Modelos de Gestão de sociedades culturalmente diversas

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – Evolução da população estrangeira com estatuto legal (vários tipos) – 1974-2009

Figura 2.2 – Rede Nacional de CLAII (Dezembro de 2010)

Figura 3.1 – Multiculturalismo e Interculturalidade – uma perspectiva simplificada

Figura 3.2 – Promoção da integração de imigrantes – justificação para as políticas neste domínio

Figura 3.3 – Integração de proximidade – objectivos e justificações

Figura 4.1 – Etapas de elaboração de um projecto (processo técnico)

ÍNDICE DE CAIXAS

Caixa 2.1 - O exemplo de Portugal: Boas respostas institucionais direccionadas para a integração de imigrantes

Caixa 2.2- CLAII – O que são. Para que servem (breve síntese)

Caixa 3.1 - Conceito de Integração

Caixa 4.1 - A validação – uma metodologia para a análise da qualidade e para a melhoria contínua

Caixa 5.1 - CLAII Itinerante (Câmara Municipal de Loures)

Caixa 5.2 - Fórum Cidadania (Câmara Municipal do Seixal)

Caixa 5.3 – Associação de Imigrantes de Trás-os-Montes (Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros)

Caixa 5.4 - Campanha “Quem Não Vota Não Conta” (Associação dos Imigrantes nos Açores – AIPA)

Caixa 5.5 - Brochura “O Imigrante e o Trabalho” (Câmara Municipal de Moura e COMOI-PREL)

Caixa 5.6 - Base de Dados de Artistas Estrangeiros – Algarve (Câmara Municipal de São Brás de Alportel e Associação *In Loco*)

Caixa 5.7 - Formação “Escola de Pais” (Câmara Municipal de Cascais, Cáritas Diocesana de Lisboa e Associação Jerónimo Usera)

Caixa 5.8 - “Rios de Adrenalina” (Junta de Freguesia de Portimão e CAPELA)

Caixa 5.9 – Academia de Talentos (Câmara Municipal do Montijo)

Caixa 5.10 - Projecto de Educação Intercultural “Povos, Culturas e Pontes” (*Espaço Cidadania* - Câmara Municipal do Seixal)

Caixa 5.11 – “Baú Intercultural” (Câmara Municipal de Santarém)

Caixa 5.12 – “Kit Intercultural” (Câmara Municipal de Santarém)

Caixa 5.13 – “Histórias na Gaveta” (Câmara Municipal de Torres Vedras)

Caixa 5.14 – “Contadores de Histórias do Mundo” (Centro Social e Paroquial da Vera Cruz – Aveiro)

Caixa 5.15 - Biblioteca Humana (Câmara Municipal de Valongo)

Caixa 5.16 – “Histórias de Vida” (Câmara Municipal de Moura e COMOIPREL)

Caixa 5.17 - Programa de Rádio “Viver Aqui” (Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Vila Real de Santo António)

Caixa 5.18 – *Newsletter* Intercultural (Câmara Municipal de Santarém)

Caixa 5.19 - Serviço de Proximidade e de Informação (SPIN) (Câmara Municipal de Loures)

Caixa 5.20 - Produção de Filmes sobre Boas Práticas de Integração de Imigrantes (Câmara Municipal de São Brás de Alportel e Associação *In Loco*)

Caixa 5.21 - Maio Intercultural (AMIGrante – Leiria)

Caixa 5.22 - Dia Municipal do Imigrante (Centro Social e Paroquial da Vera Cruz – Aveiro)

ANEXO I

FICHA DE ANÁLISE DAS ACTIVIDADES – IDENTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

- Após a apresentação da actividade, os participantes no grupo devem analisá-la em função das várias dimensões propostas na grelha de análise. Estas dimensões estruturam-se em função de dois grandes domínios: A) *Resposta aos grandes objectivos dos CLAll (integração e interculturalidade – os 2 “ii”) e B) Realismo e Exequibilidade das actividades (adequação dos meios às exigências e objectivos da actividade)*;
- Cada dimensão deve ser analisada e classificada de 1 (a actividade cumpre insuficientemente a dimensão) a 4 (a actividade cumpre plenamente a dimensão), havendo depois que justificar com evidências decorrentes da própria actividade a notação atribuída. Deve frisar-se que uma actividade não tem de incorporar todas as dimensões em análise.
- No final da análise, deve ser efectuada uma *apreciação qualitativa sumária da actividade* tendo em consideração os elementos preenchidos na grelha.

Designação da actividade: _____

Entidades(s) Responsável(eis) _____

Nota: Esta ficha inspira-se no processo de aprendizagem e nos instrumentos de validação desenvolvidos no contexto do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, em Portugal. As dimensões analíticas foram ajustadas aos projectos e actividades relativos à integração local e à promoção da interculturalidade, e o quadro de procedimentos associado à aplicação da grelha sofreu alguma simplificação. Para saber mais sobre o processo de validação, sugere-se a consulta dos documentos produzidos pelo Gabinete de Gestão EQUAL em Portugal sobre esta matéria, designadamente, a brochura *Validação de Produtos Inovadores*.

Dimensões	1	2	3	4	Evidências (identificar aspectos da actividade que justifiquem a notação atribuída)
A) Resposta aos grandes objectivos dos CLAI (integração e interculturalidade – os 2 “ii”)					
Intercacção (Promoção da interculturalidade através da interacção positiva entre imigrantes e população autóctone, do reforço das competências comunicacionais e da valorização da diversidade)					
Anti-discriminação (Contribuição para o combate aos preconceitos, à xenofobia e à discriminação em geral)					
Igualdade (Promove a igualdade de oportunidades em termos de género e de outras dimensões, como a etária ou a da deficiência)					
Empowerment (Contributos para a participação e desenvolvimento/aprendizagem de todos os intervenientes, incluindo o chamado “grupo-alvo”)					
Mobilização (Capacidade para mobilizar actores locais externos às entidades responsáveis e para incorporar recursos locais específicos)					
Utilidade (Identificam-se vantagens/ganhos para o público-alvo numa perspectiva de promoção da integração e da interculturalidade)					
Inovação (A actividade é distinta das ofertas existentes ou inclui aspectos inovadores em termos de organização, características, envolvimento dos actores...)					

ANEXO II

Check List - Dimensões para o processo de auto-análise dos projectos (concepção e final)

	Fase de pré-projecto (momento final da concepção)		Final do Projecto (ao encerrar)	
	Indicar se existe ou não (SIM/NÃO)	Brevíssima descrição	Indicar se existe ou não (SIM/NÃO)	Brevíssima descrição
A - Condições necessárias	Um projecto com óptimo potencial terá "SIM" em todos ou quase todos os itens identificados na secção A.		Um projecto que corresponde a uma "Boa Prática" terá cumprido os objectivos e funcionado de acordo com o previsto em termos de prazos, realizações e parceria.	
Diagnóstico (Sim ou Não; se SIM, indicar documento de suporte)		Documento de suporte?		
Benchmarking (Sim ou Não; se Sim, existem respostas similares – quais?)		Respostas similares? Quais?		
Objectivos		Especificar	Alcançados? (Sim/Não)	Justificar
Grupo-alvo (beneficiários)		Quem? (especificar)		
Indicadores de realização (Sim ou Não; se SIM, especificar quais)		Especificar indicadores de realização		
Metas a atingir nos indicadores de realização (quantificar, se possível)		Especificar metas (indicadores de realização)	Cumpriu? (Sim/Não)	Justificar no caso de não ter cumprido
Indicadores de impacto (Sim ou Não; se SIM, especificar quais)		Especificar indicadores de impacto		
Metas a atingir nos indicadores de impacto (quantificar, se possível)		Especificar metas (indicadores de impacto)	Cumpriu? (Sim/Não)	Justificar no caso de não ter cumprido

Parceiros (Sim ou Não, se SIM, indicar quais e as tarefas básicas que lhes competem)		Parceiros e tarefas (especificar)	Envolveram-se e respeitaram os compromissos (Sim/Não)	Se houve incumprimento, justificar
Envolvimento dos grupos-alvo (Sim ou Não, se SIM, indicar quem (associações, pessoas singulares...))		Grupos-alvo que vão ser envolvidos.	Envolveram-se? (Sim/Não)	Evidências empíricas do envolvimento?
Cronograma (Sim ou Não)		Indicar duração do projecto em meses	Foi respeitado (Sim/Não)	Se NÃO, porquê?
Quantas actividades tem o projecto e quais são?		Indicar nº de actividades e respectivos nomes	Foram realizadas todas as actividades? (Sim/Não)	Se NÃO, o que justificou a não realização?

Check List - Dimensões para o processo de auto-análise dos projectos (concepção e final) (cont.)

	Fase de pré-projecto (Momento final da concepção)		Final do Projecto	
	Indicar se existe ou não (SIM/NÃO)	Brevíssima descrição	Indicar se existe ou não (SIM/NÃO)	Brevíssima descrição
B – Dimensões privilegiadas na intervenção	Um óptimo projecto incorporará 3 ou 4 destas dimensões			
Interação/ interculturalidade (Sim/Não; Em que actividade?)	(Sim/Não)	Indicar actividades	(Sim/Não)	Indicar actividades
Empowerment (Sim/Não; se SIM, porquê?)	(Sim/Não)	Justificar em 4 linhas	(Sim/Não)	Justificar em 4 linhas
Anti-discriminação (Sim/Não; se SIM, porquê?)	(Sim/Não)	Justificar em 4 linhas	(Sim/Não)	Justificar em 4 linhas
Igualdade de género, idade, orientação sexual, etc.) (Sim/Não; se SIM, porquê?)	(Sim/Não)	Justificar em 4 linhas	(Sim/Não)	Justificar em 4 linhas
C – Resultados, avaliação e disseminação	Um óptimo projecto consegue identificar produtos e executa validação e avaliação			
Produtos/outputs (descritivo da actividade; manual, referencial de formação, bolsa de formadores, base de dados...)		Indicar quais (previstos)		Indicar quais (efectivamente realizados)
Realização de Validação (Sim//Não)			(Sim/Não)	
Realização de auto-avaliação (Sim/Não)			(Sim/Não)	
Realização de avaliação externa (Sim/Não)			(Sim/Não)	
Balanço (Pontos fortes)				Indicar sucintamente
Balanço (Pontos fracos)				Indicar sucintamente

Identifica aspectos inovadores (Sim/Não; se SIM, quais?)		Quais são os aspectos inovadores a priori?	(Sim/Não)	Quais são os aspectos inovadores no final do projecto?
Existem condições de transferibilidade (Sim/Não? ; se SIM; quem seriam as potenciais entidades adoptantes)			(Sim/Não)	Identificar potenciais adoptantes

ANEXO III

Lista de Recursos

Organização	Endereço	Contacto telefónico	Contacto Email	Pessoa(s) de contacto
A – ADMINISTRAÇÃO LOCAL E SERVIÇOS PÚBLICOS DE PROXIMIDADE				
A1 - Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia)				
A2 - Agrupamentos de Escolas/Escolas				
A3 - Centros de Saúde/Hospitais				
A4 - Rede Social				
A5 - Gabinetes de Inserção Profissional				
A6 – PSP				
A7 – GNR				
A8 – Bombeiros				

Lista de Recursos (continuação)

B – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E ORGANISMOS DESCENTRALIZADOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Endereço	Contacto telefónico	Contacto Email	Pessoa(s) de contacto
B1 - ACIDI, I.P.				
B2 - Rede CLAIH				
B3 – SEF				
B4 - Segurança Social				
B5 - IEFP/Centro(s) de Emprego				
B6 - Centro(s) de Formação Profissional				
B7 - Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)				
B8 - Serviços Aduaneiros				
B9 - Conservatórias (Registos Centrais; Registo Civil)				
B10 - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)				
B11 - Instituto Português da Juventude (IPJ)				
C – ENTIDADES PÚBLICAS AUTÓNOMAS OU INDEPENDENTES				
C1 - Universidades/ Politécnicos/ Centros de Estudo e Investigação				
C2 - Tribunal(ais)				

Lista de Recursos (continuação)

D – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (3º sector)	Endereço	Contacto telefónico	Contacto Email	Pessoa(s) de contacto
D1 - Associações de Imigrantes				
D2 - Outras associações (recreativas, culturais, de estudantes...)				
D3 - S.C. Misericórdia				
D4 - Cruz Vermelha Portuguesa				
D5 - Banco Alimentar				
D6 - Outras ONG e IPSS (intervenção social)				
D7 - Paróquia(s)				
D8 - Outras organizações religiosas				
D9 - DECO (Defesa do Consumidor)				
E – SECTOR EMPRESARIAL				
E1 - Associações Empresariais				
E2 - Núcleo Empresarial				
E3 - Empresas				

Lista de Recursos (continuação)

F – ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS	Endereço	Contacto telefónico	Contacto Email	Pessoa(s) de contacto
F1 - Organização Internacional para as Migrações (OIM)				
F2 - Embaixadas/Consulados				
G – OUTROS CONTACTOS				
G1 - Meios de comunicação nacional e local (rádios locais/imprensa local)				
G2 - Outros contactos pertinentes				

ANEXO IV

Lista de Projectos da 1ª Edição – “Promoção da Interculturalidade a Nível Municipal”

N.º	CLAII	Concelho	Projecto	N.º	Actividades Aprovadas	Coordenador/a
1	Centro Social Paroquial Vera Cruz de Aveiro	Aveiro	Aveiro + InterCool	1.	Contos do Mundo	Maria Emília Carvalho
				2.	Danças do Mundo	
				3.	Roteiro de Experiências de Empreendedorismo de Sucesso	
				4.	Dia Municipal do Imigrante	
2	Comoiprel - Moura	Moura	Cidade do Sol	1.	Divulgação de Línguas e Costumes	Antónia Baião
				2.	Leitura de Contos Tradicionais	
				3.	Sensibilização/ Informação (MT)	
				4.	Orientação Vocacional	
				5.	Histórias de Vida	
				6.	Programa de Rádio	
3	CM Loures	Loures	Mostra de Emprego e Formação Profissional do Concelho de Loures	1.	Feira de Emprego e Formação Profissional do Concelho de Loures	Paulo José Silva
				2.	Animação Artística	
				3.	Workshop sobre Microcrédito	
				4.	Workshop sobre Empreendedorismo	
				5.	Workshop sobre Coaching e Valorização Pessoal	

4	CVP- Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António	Viver Aqui	1.	Acção de Formação em Acompanhamento de Crianças	Maria Rita Prieto
				2.	Aprendizagem em Língua Russa e Ucraniana	
				3.	Suplemento do Jornal do Algarve	
				4.	Programa de Rádio	
				5.	Festa Entreculturas	
				6.	Sessões de Sensibilização sobre Microcrédito, Higiene e Segurança no Trabalho e Orientação Profissional	
				7.	Sessões de Sensibilização sobre a Imigração	
				8.	Festa de Ano Novo das Crianças Imigrantes	
5	Socialis-Maia	Maia	Raízes	1.	Curso de Informática	Maria Luísa Costa
				2.	Dia Municipal do Diálogo Intercultural	

6	CM Santarém	Santarém	ICI - Informar, Conviver e Integrar	1.	Construção e Divulgação do Baú da Interculturalidade	Maria António Lourenço
				2.	Construção e Divulgação do Kit Intercultural	
				3.	Construção e Divulgação da Newsletter	
				4.	Elaboração e Produção de Folhetos para a Não Discriminação no Mercado de Trabalho	
				5.	Stand e Prova Gastronómica	
				6.	Festa de Verão	
				7.	Concerto para a Interculturalidade	
7	JRS - Lisboa	Lisboa	Projecto ASI - Agir, Sensibilizar e Integrar	1.	Atendimento e Acompanhamento técnico personalizado dos participantes	Susana Figueirinha
				2.	Sessões de sensibilização nas Universidades	
				3.	Realização e Disseminação alargada do produto · sensibilização da opinião pública	

(cont.)

N.º	CLAII	Concelho	Projecto	N.º	Actividades Aprovadas	Coordenador/a
8	Confraria Nossa Senhora da Nazaré	Nazaré	(In)Formar para a Diversidade	1.	Kit de boas vindas	Olga Cordeiro
				2.	Roteiro de visita ao município	
				3.	Folheto de serviços de proximidade	
				4.	Mostra Cultural Nós Todos	

9	CM Sesimbra	Sesimbra	(Sem Título)	1.	Formações para a comunidade Educativa	Dinora Belchior e Sá
				2.	Actividades Interculturais nas Escolas e IPSS	
				3.	Reforço das bibliotecas com material didáctico	
				4.	Cursos de línguas maternas para imigrantes	
				5.	Sessões de técnicas de procura de emprego	
				6.	Formações sobre empreendedorismo	
				7.	Participação numa feira de emprego	
				8.	Sessões de sensibilização para as entidades patronais	
				9.	Mostra Cultural "Cem Diferenças, Sem Diferença"	
				10.	Ações de formação sobre associativismo	
				11.	Apoio ao grupo Batucadeiras de Coração Aberto	
				12.	Festa de Natal Multicultural/ Encerramento do Projecto	
10	Associação InLoco · São Brás de Alportel	São Brás de Alportel	Rostos e Gestos para a Inclusão	1.	Produção de Filmes	Maria Priscila Soares

11	CM Seixal	Seixal	Interculturalidade, Cidadania e Desenvolvimento	1.	Educação Intercultural e para o Desenvolvimento	Helena Palacino
				2.	Promoção da empregabilidade em contexto migratório	
				3.	Dia Municipal da Comunidade Migrante	

(cont.)

N.º	CLAII	Concelho	Projecto	N.º	Actividades Aprovadas	Coordenador/a
12	CM Alenquer	Alenquer	Alenquer Acolhe	1.	Um Natal Multicultural	Ana Filipa Monteiro
				2.	Ciclo de Caminhadas Intercultural	
				3.	Ultrapassando barreiras linguísticas	
				4.	Concurso subordinado à temática da não-discriminação no mercado de trabalho	
				5.	Fórum Emprego e Formação	
				6.	Quem conta um Conto	
13	CM Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	IN.TE.GAR@AGORA.MAC	1.	Informar sobre o sistema educativo português	Fátima Ferreira
				2.	Informar e sensibilizar as comunidades locais	
				3.	Sensibilizar as entidades empregadoras	
				4.	Empreendedorismo empresarial dos imigrantes	
				5.	Participar na Macedo Mostra	
				6.	Acolhimento Trasmontano	
				7.	Mobilizar os agentes locais	
				8.	Comemorar o Dia Distrital do Diálogo Intercultural	
				9.	Associação Distrital de imigrantes	
14	CM Montijo	Montijo	PlaDiversidade	1.	Divespressões	Gabriela Guerreiro
				2.	(In) Forma	
				3.	Escrito para Todos/as	
				4.	A minha Escola Inclui	

(cont.)

N.º	CLAII	Concelho	Projecto	N.º	Actividades Aprovadas	Coordenador/a
15	CM Oeiras	Oeiras	Aqui Entre Nós	1.	CLAII Itinerante	Maria Júlia Cardoso e Ana Esgaio
				2.	Culturas, Identidades e Modos de Vida	
				3.	Educação para o Empreendedorismo	
				4.	Ateliês Art(e)ducativos	
				5.	Grupo de Dança "Tradição Mix"	
				6.	Oeiras, Território Multicultural · Festas do Concelho	
16	AMigrante · Leiria	Leiria	IMteGRANTE	1.	Promoção da Cidadania Intercultural nas Escolas	Susana Ferreira
				2.	Promoção da tolerância e diversidade no trabalho	
				3.	Feira de Emprego Itinerante	
				4.	Encontro Inter-religioso	
				5.	Maio intercultural	
				6.	Dia do Diálogo Intercultural	
17	CM Valongo	Valongo	Valorizar a Diferença	1.	Festival pela Interculturalidade	Marta Costa
				2.	Biblioteca Humana	
				3.	Feira de Emprego e Formação	
				4.	Espaço Emprego Imigrante	
				5.	Participação na EXPOVAL	

(cont.)

N.º	CLAII	Concelho	Projecto	N.º	Actividades Aprobadas	Coordenador/a
18	AIPA-Ponta Delgada	Ponta Delgada	MigrAcores	1.	Conferência "A interculturalidade explicada aos mais novos"	Marina Aguiar
				2.	Concurso "A diversidade vista pelos mais novos"	
				3.	Aulas de Língua e Cultura Ucraniana	
				4.	Atelier Intercultural	
				5.	Workshop "A importância da gestão intercultural nos serviços públicos"	
				6.	Conferência "A importância dos media na integração/exclusão dos imigrantes"	
				7.	Festival "O Mundo Aqui"	
19	Cáritas Diocesana de Lisboa-Cascais	Cascais	Entre Nós	1	Escola de Pais	Helena Carvalheiro (Cáritas Diocesana de Lisboa-Cascais) e Inês Barbosa (AJU - Associação Jerónimo Usera)
				2.	Ocupação de Tempos-Livres	

20	Olho Vivo - Sintra	Sintra	Sintra Quer Mais Interculturalidade	1.	Curso de Crioulo	Denise Camacho
				2.	Fábrica de Saberes Interculturais	
				3.	Entre Tu e Eu há Nós de Cultura	
				4.	Oficina de Empreendedorismo	
				5.	Procura Activa de Emprego	
				6.	Informática Além-Fronteiras	
				7.	Portal de Oportunidades	
				8.	Sintra Acolhe	
				9.	Cidadania e Participação	

(cont.)

N.º	CLAII	Concelho	Projecto	N.º	Actividades Aprovadas	Coordenador/a
21	Cáritas Diocesana Portalegre	Portalegre	Portalegre Entre Culturas	1.	Organização dos módulos do ACIDI nas escolas (Educação Intercultural)	Luis Mamão
				2.	Sessões de Sensibilização com as comunidades imigrantes	
				3.	Celebração do Dia Municipal do Dialogo Intercultural	
				4.	Realização de um Seminário final de projecto	
				5.	Programa de rádio	
				6.	Portalegre Entre Culturas - Jornadas gastronómicas e culturais	
22	Centro Social Paroquial N.Sra. Conceição - Almada	Almada	Em Busca da Multiculturalidade	1.	Acção de Sensibilização - ACT	Carla Dias
				2.	Acção de Sensibilização - SEF	
				3.	Banco de Emprego	
				4.	Feira Gastronómica Multicultural	
				5.	Imigrante pela Inclusão Digital	
				6.	Guia de Recursos para Imigrantes	
				7.	Saúde para Todos	
23	Cáritas Diocesana da Guarda	Guarda	Contigo... na escola, no trabalho e na comunidade	1.	Contigo na Escola (preparação, execução e avaliação)	Isabel Rabaça
				2.	Contigo no Trabalho (preparação, execução e avaliação)	
				3.	Contigo na Comunidade (preparação, execução e avaliação)	

24	Grupo Instrução e Sport · Fig. Foz	Figueira da Foz	Multicores	1.	Cooperação Família- Escola	Patrícia Mendes
				2.	Atelier desportivo	
				3.	Campanha de sensibilização de recenseamento eleitoral dos cidadãos imigrantes	
				4.	Feira de Emprego	
				5.	Mostra Gastronómica intercultural	
				6.	Visitas para fora do Concelho	

Fonte: ACIDI, I.P.



CONTACTOS

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

CNAI - LISBOA

Rua Álvaro Coutinho, nº 14
1150-025 Lisboa
Tel: 21 810 61 00 Fax: 21 810 61 17

Mais Informações:
www.acidi.gov.pt
acidi@acidi.gov.pt

CNAI - PORTO

Rua do Pinheiro, nº 9
4050-484 Porto
Tel: 22 207 38 10 Fax: 22 207 38 17

CNAI - EXTENSÃO FARO

LOJA DO CIDADÃO
Mercado Municipal, 1º Piso
Largo Dr. Francisco Sá Carneiro
8000-151 Faro
Fax: 289 106 595

Outros Serviços:

Linha SOS Imigrante

 **808 257 257** ou  **21 810 61 91**

STT - Serviço de Tradução Telefónica

 **808 257 257** ou  **21 810 61 91**

